

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**CENÁRIOS PÚBLICOS JUVENIS:
O DESENHO DOS CENTROS DA JUVENTUDE NAS AÇÕES
DA POLÍTICA BRASILEIRA**

RAFAEL GARCIA BARREIRO

São Carlos
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**CENÁRIOS PÚBLICOS JUVENIS:
O DESENHO DOS CENTROS DA JUVENTUDE NAS AÇÕES
DA POLÍTICA BRASILEIRA**

RAFAEL GARCIA BARREIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional. Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional. Linha de Pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Serrata Malfitano

São Carlos
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

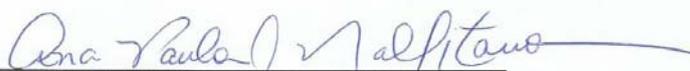
B271cp Barreiro, Rafael Garcia.
Cenários públicos juvenis : o desenho dos centros da
juventude nas ações da política brasileira / Rafael Garcia
Barreiro. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
102 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Juventude. 2. Políticas públicas. 3. Ações
governamentais. 4 Terapia ocupacional. I. Título.

CDD: 305.235 (20ª)

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DO(A)
ALUNO(A) RAFAEL GARCIA BARREIRO, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM
24 DE FEVEREIRO DE 2014.



Prof. (a) Dr. (a) Ana Paula Serrata Malfitano
Orientador(a) e Presidente
Universidade Federal de São Carlos



Prof. (a) Dr. (a) Ana Karina Brenner
Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Prof. (a) Dr. (a) Roseli Esquerdo Lopes
Universidade Federal de São Carlos

Homologado na CPG-PPGTO na
_____, Reunião no dia ____/____/____

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Aos jovens que nos últimos tempos saíram às ruas para manifestar-se, protestar e dar um “rolêzinho”

Ainda que simbolicamente, dedico.

Agradecimentos

Ao chegar à finalização deste trabalho, comecei a pensar em todo o apoio que tive durante este percurso, dentro das minhas confusões, da intensidade que me pôs em dúvida diversas vezes sobre diversos aspectos, e que hoje agradeço, pois tive grandes aprendizados colhidos na trajetória que aqui se encerra, dando vida a novos desafios. Gostaria que estes agradecimentos fossem feitos em outro espaço, um pouco mais informal, talvez ao fim de uma reunião, em um café, numa mesa de bar... Espaços onde conseguimos partilhar momentos naquilo que Espinoza define como “bons encontros”, que trazem potência para a vida. Para não tornar esse espaço óbvio e contratual, compartilho meus agradecimentos com pessoas que fizeram parte conjunta desta trajetória.

Agradeço a cumplicidade e o acolhimento de Ana Paula Malfitano, minha orientadora, que com paciência e afeto me auxiliou na projeção de tornar ideias, críticas e reflexões em algo concreto.

À professora Roseli Esquerdo Lopes, também pelo acolhimento na chegada à UFSCar, suas reflexões em aulas, discussões do grupo de pesquisa e na composição na banca de avaliação deste trabalho. Também nesse sentido, agradeço as contribuições feitas pela professora Ana Karina Brenner, que com grande disponibilidade aceitou o convite para compor minha banca de defesa.

De todos e tantos amigos que me apoiaram de perto e de longe, gostaria de agradecer especialmente àqueles que me receberam de braços abertos em São Carlos e se tornaram grandes companheiros de vida e de trabalho. À Lívia por todo apoio afetivo, à Bruna e sua sensibilidade, à Ana Toniolo pela irreverência, à Beatriz pelos compartilhamentos, à Letícia pela sintonia, à Giovanna Bardí pelo carinho, ao Gustavo pelas risadas, à Marina pelo diálogo e à Giovana Morato pela alegria. Dentro deste processo, agradeço também à Patrícia pelos empurrões, auxílios e por toda ajuda na transição.

Agradeço aos moradores do que carinhosamente chamamos de “Sanatório”, que assim como eu, recém-chegados em São Carlos, compartilhei momentos felizes.

Aos meus pais Cida e Carlos, agradeço pela liberdade e pelo apoio para minhas escolhas individuais, e também ao companheirismo nas risadas de meus irmãos Guilherme e Lucas.

Além destas pessoas em especial agradeço institucionalmente à CAPES pelo financiamento da bolsa de estudos e ao Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar pelo desenvolvimento deste trabalho.

Resumo

Os Centros da Juventude são serviços criados a partir de um projeto do governo federal no fim da década de 1990 com o intuito de funcionarem como espaços que ofertariam informações e atividades em diversas áreas, criando um espaço de convivência para jovens. O presente trabalho, filiado à Terapia Ocupacional Social, teve como objetivo compreender a consonância entre as ações dos Centros da Juventude com as propostas e diretrizes da Política Nacional da Juventude, destacando que, nos últimos anos, a agenda pública nacional ganhou força com a criação da Secretaria Nacional da Juventude. Para o recorte dessa pesquisa, escolheu-se o estado de São Paulo, pela sua representatividade numérica e política frente ao âmbito nacional. Para a coleta de dados, foi consultado o portal eletrônico Juventude.SP, que ofertava informações oficiais sobre os serviços para jovens no estado de São Paulo, onde foram identificados quatro municípios com espaços denominados “Centros da Juventude”, a saber: Barretos, Jacareí, Santos e São Carlos. Nesse universo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes dos diferentes órgãos ligados às políticas para a juventude: um representante da Secretaria Nacional da Juventude, da Coordenadoria de Programas para a Juventude do estado de São Paulo, gestores municipais e coordenadores dos quatro Centros da Juventude; com o intuito de compreender o panorama estabelecido por toda política pensada atualmente para essa população. Os resultados gerais sobre a atual política para a juventude trouxeram uma reflexão sobre os discursos obtidos em cada nível governamental, por meio de temas como: os conceitos de juventude atribuídos pelos gestores, o entendimento sobre as ações que são executadas atualmente pelos diferentes níveis governamentais, a relação daqueles espaços com os programas de transferência de renda, a definição sobre protagonismo juvenil e o objetivo dos Centros da Juventude. Ficou evidenciado o distanciamento nos posicionamentos dos gestores, a depender do nível de ação efetuada por cada espaço institucional. O discurso sobre as ações nos níveis federal e estadual está focado na garantia ao acesso de direitos específicos para essa população, contrapondo as ações efetuadas nos municípios, que apontam sua agenda política pautada na assistência social. Evidencia-se que o foco, que deveria ser projetado nos princípios da universalidade e do acesso a direitos, ainda está pautado prioritariamente na lógica do recorte de classe social, direcionado aos jovens pobres. Nesse contexto, os Centros da Juventude pouco fazem interface com a Política Nacional de Juventude, sendo representativos de ações assistenciais, por meio de políticas focais, sem se desdobrar para os princípios nacionalmente anunciados de direitos para todos os jovens brasileiros.

Palavras-chave: *Juventude, Políticas Públicas, Ações Governamentais, Terapia Ocupacional Social.*

Abstract

The Youth Centers were created from a project of the federal government in the late 1990s in order to function as spaces those offer information and activities in many fields, creating a living space for young. This work, from his affiliation with the Social Occupational Therapy, aimed to understand the consonance between the actions of the Youth Centers with the proposals and guidelines of the National Youth Policy, noting that in recent years, the national public agenda gained strength from the creation of the National Youth Secretariat. To cut this research, it has chosen the state of São Paulo because of your numerical and political representation in the country. To collecting data, the Juventude.SP electronic portal has consulted, bringing official information about the services for young people in the state of São Paulo, where four municipalities were identified with spaces called "Youth Centers", namely: Barretos, Jacarei, Santos and São Carlos. In this universe, semi-structured interviews were made with different political representatives of related to youth policies: one representative of the National Secretariat for Youth, Coordinator of Youth Programs for the State of São Paulo, municipal managers and coordinators of the four Youth Centers; to understand which is established by all political today for this population. The general results on the current youth policy brought a reflection about the discourses obtained at each governmental level, through topics such as: the concepts of youth assigned by managers, the understanding of the actions those are currently performed by different levels government, the relationship of those spaces with cash transfer programs, the definition of "youth leadership" and the goal of the Youth Centers. The distance in the positions of managers stayed evident, depending on the level of action taken by each institutional space. The discourse about the actions the federal and state levels is focused on ensuring the access of specific rights for this population, contrasting the actions performed in the municipalities, pointing their political agenda guided by the social assistance. It is evident that the focus should be designed on the principles of universality and access to rights, but it is still guided primarily in the logic of the cut of social class, targeted to young poor. In this context, the Youth Centers do a little interface with the National Youth Policy, being representative of care actions, through focus policies without unfolding the principles for nationally advertised rights for all young Brazilians.

Key-words: *Youth, Public Policy, Government Actions, Social Occupational Therapy*

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEJUVENTE – Comissão Especial de Políticas para a Juventude

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

CJ – Centro da Juventude

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBJ – Observatório Brasileiro da Juventude

OIJ – Organização Internacional da Juventude

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNJ – Política Nacional da Juventude

PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil

PPJ – Políticas Públicas para a Juventude

Projovem– Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SINAJUVE – Sistema Nacional da Juventude

SGPR – Secretária Geral da Presidência da República

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Lista de Ilustrações

Quadros e Tabelas

Tabela 1. Perfil dos gestores entrevistados	pg. 16
Tabela 2. Programas e ações do governo federal para a juventude	pg. 47
Tabela 3. Programas e ações criados pela SNJ a partir de 2012	pg. 50

Figuras

Figura 1. Organização Administrativa da SNJ	pg. 17
Figura 2. Cidades do Estado de São Paulo que possuem Centros da Juventude	pg. 18
Figura 3. Barretos e a localização de seus Centros da Juventude	pg. 20
Figura 4. Jacareí e a localização de seu Centro da Juventude	pg. 21
Figura 5. Santos e a localização de seus Centros da Juventude	pg. 23
Figura 6. São Carlos e a localização de seu Centro da Juventude	pg. 25

SUMÁRIO

Apresentação	01
1. Caminhos da pesquisa: a construção do percurso metodológico	07
1.1. Referenciais teóricos em diálogo no percurso da pesquisa	07
1.2. Caminhos percorridos: da metodologia a análise	08
1.3. O campo: contatos, planejamento e execução	11
1.4. Os locais da pesquisa	16
2. Juventude, direitos e políticas públicas no Brasil	26
2.1. Política Social, direitos e a agenda pública para a juventude	27
2.2. Aspectos conceituais sobre juventude	31
2.3. Alguns marcos histórico-políticos das ações com a juventude no Brasil	33
2.4. A criação de uma agenda pública para a juventude	37
2.5. As estratégias, programas e debates para a institucionalização de uma agenda pública	41
2.6. Juventude e os recortes de classe social estabelecidos	53
3. Centro da Juventude: entre o discurso, as ações e as interfaces	60
3.1. Entre os conceitos, terminologias e discursos	60
3.2. A compreensão do trabalho nos diferentes níveis governamentais	66
3.3. As políticas estabelecidas e a transferência de renda	70
3.4. O Centro da Juventude e suas propostas	74
3.5. A relação do jovem e o “protagonismo juvenil”	79
Considerações Finais	83
Referências	89
Anexos	
Anexo I – Roteiro para entrevistas com os Gestores Nacional e Estadual	96
Anexo II – Roteiro para entrevistas com os Gestores municipais	97
Anexo III – Roteiro para entrevistas com os Coordenadores/Técnicos dos Centros da Juventude	98
Anexo IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	99
Anexo V – Relação dos documentos oficiais consultados	101

Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque vem do que foi e é contra o que foi. Aufheben era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. Aufheben significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria.

Celebração das contradições/1
Eduardo Galeano

Apresentação

O nascimento da proposição desta pesquisa está nas inquietações e discussões vindas do âmbito da Terapia Ocupacional e das práticas profissionais realizadas na área de juventude. Com essas experiências, iniciei a trajetória de reflexão acerca dos espaços públicos para os jovens, especificamente pela função e trabalho dos Centros da Juventude (CJs), observando sua relação com a Política Nacional da Juventude (PNJ).

Para contextualizar a entrada no tema, remeto-me ao período da minha graduação, realizada na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde, através dos diversos rumos que poderiam consolidar minha trajetória acadêmica, fui buscando conhecer as temáticas que fossem semelhantes aos meus ideais e minhas reflexões.

Pelos percursos transcorridos, pelas vivências obtidas, as questões em torno da temática da política nos diferentes âmbitos permearam diversos espaços, ainda que não conseguisse refletir neste aspecto como um campo de pesquisa pessoal a ser explorado. No último período da graduação, ingressei no campo social da Terapia Ocupacional, por meio do estágio profissionalizante, experiência que levou a minha entrada no Centro da Juventude, pontuando então minha projeção para o mestrado.

A descoberta do Centro da Juventude, a aproximação de seus frequentadores e de seus técnicos entravam em consonância com o panorama de questionamentos que guiavam meu pensamento no ingresso ao mestrado, gerando a expectativa de aprofundar conceitos que ainda eram superficiais na minha concepção.

O trabalho com a juventude veio ao encontro de posições pessoais sobre o foco estabelecido com as demais populações atendidas pela Terapia Ocupacional. Durante meu período de formação, o investimento pessoal nestas outras populações (no meu caso, usuários da saúde mental e trabalhadores), que possuem trabalhos mais institucionalizados na história da profissão em formatos específicos das áreas de atuação, me fez questionar as ações com a população juvenil, especificamente nos aspectos de sua vida cotidiana, suas redes de suporte e por seus processos de exclusão.

Com estas ideias iniciais, apresentei uma proposta de projeto de pesquisa, que tinha como elemento central a análise do cotidiano de jovens, frequentadores de um Centro da Juventude específico, localizado na cidade de Santos, onde tive experiência como estagiário.

A escolha de desenvolver esta pesquisa em um Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional, dentro da linha de pesquisa “Redes Sociais e Vulnerabilidade”, delimitou o investimento tanto prático quanto teórico na área de conhecimento relacionada à população juvenil.

A Terapia Ocupacional traz, no seu campo, aspectos de suas práticas profissionais realizadas com as diferentes populações. Este alinhamento entre teoria e prática é dado, no entendimento de suas pesquisas, como um conjunto de tecnologias estruturadas sobre uma problemática que requer cientificidade (TASSARA, 1993). Neste caminho, a busca de tornar científicos os aspectos práticos da Terapia Ocupacional é impulsionada pela interface de temáticas que permeiam o saber produzido atualmente pela área, demonstrando a importância da união destes conceitos com as ciências humanas, que ofertam para o nosso campo de conhecimento uma interpretação e validação consensual dos fatos sociais (CANÍGLIA; CARVALHO; LOPES, 1993; MÂNGIA, 1999).

É por este meio – no qual as problemáticas da assistência, das instituições, das populações atendidas, das metodologias de trabalho vão sendo articuladas por terapeutas ocupacionais – que se cria a multiplicidade em que o campo da Terapia Ocupacional se compõe enquanto produção de conhecimento (MÂNGIA, 1999).

Falando mais especificamente, minha filiação à Terapia Ocupacional Social possibilitou pensar conceitualmente no campo de conhecimento produzido pela Terapia Ocupacional de forma mais ampliada e não somente nos aspectos provocados pela interface com a saúde, tradição predominante da área.

Apesar de no primeiro momento estar mobilizado pelo desejo de aprofundar a compreensão sobre como os jovens se relacionavam com o Centro da Juventude, existia também um questionamento pessoal quanto à constituição do Centro da Juventude dentro de um panorama expandido, pensando nos aspectos políticos para a juventude que vão além do espaço criado para atender determinados jovens de uma cidade. O entendimento do funcionamento de uma agenda pública tornou-se uma proposição de meu interesse, possibilitando responder alguns questionamentos pessoais, aprimorar conclusões ainda superficiais, que necessitavam ser mais bem averiguadas, conduzindo então a minha pesquisa a problematizar as questões políticas para a juventude no Brasil, entre seus discursos, planejamentos e suas práticas.

O conceito de problematizar a temática e não só reconhecer os problemas é baseado na explicação de Frigotto (1984), dizendo que, no início de uma pesquisa, dificilmente

existe um problema e sim uma necessidade gerada para problematizar determinada temática. Nesta definição deve aparecer de imediato a postura, o “inventário do investigador”, pois este posicionamento delinea as questões básicas, a problematização, os objetivos, em suma, a direção da investigação (FRIGOTTO, 1984, p. 77).

Assim, com a entrada no mestrado, a transição de universidades e a inserção no projeto METUIA¹ – núcleo UFSCar, o desenho do projeto de mestrado foi formatado sobre essa perspectiva mais ampla da agenda pública para a juventude, tentando entender a magnitude dos Centros da Juventude como ação política para esta população.

O intuito da pesquisa, dentro do seu desenho metodológico, foi compreender quais são as políticas mais amplas, relacionadas à proposição da Política Nacional de Juventude, e como essas ações vão gradativamente sendo executadas no nível local, especificamente, nos Centros da Juventude. Buscou-se garantir que o conjunto de informantes fosse diversificado, possibilitando a apreensão de semelhanças e diferenças.

Por outro olhar, o estudo está pautado em entender, acerca dos Centros de Juventude, quem é responsável por estes locais, onde estão inseridos nas instâncias municipais e conseqüentemente sua estruturação perante os níveis estadual e federal.

Na ampliação da perspectiva de trabalho, a primeira ação realizada foi obter informações de Centros da Juventude e espaços públicos similares existentes no Brasil, com o intuito de buscar um recorte para a pesquisa que tivesse aplicabilidade e permitisse execução em consonância com o período disponível para efetivação do mestrado.

Durante a procura de informações, optou-se pelo estado de São Paulo, tendo como justificativa, em um primeiro momento, sua representação numérica populacional frente ao cenário nacional, assim como a familiarização com os aspectos históricos constituídos para a pesquisa. Em um segundo momento, a escolha da temática da política pública surgiu pela realização de um levantamento na literatura sobre a perspectiva problematizada, na qual se encontraram, na maioria das referências, estudos que propõem a análise de determinados Centros da Juventude, não realizando a interface com as políticas mais amplas, como a Política Nacional da Juventude, optando-se por essa abordagem. E, finalmente, em um

¹ O METUIA é um grupo interinstitucional de pesquisa, formação e ação, envolvendo a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), trabalhando com crianças, adolescentes, jovens e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte, do qual participam docentes, discentes e profissionais da área de Terapia Ocupacional (BARROS; LOPES; GUALHEIGO, 2002). O Laboratório METUIA-UFSCar desenvolve propostas de pesquisa, ensino e extensão promovendo a construção de saberes no campo da Terapia Ocupacional e suas interconexões com a área social (MALFITANO, 2004).

terceiro e último momento, levou-se como justificativa para o recorte sobre a política da juventude o fato de este estudo ser realizado dentro de um grupo de pesquisa que grande parte de suas produções referem-se às questões da juventude urbana (METUIA – Núcleo UFSCar).

Em aspectos numéricos, o estado de São Paulo, em suas características econômicas, representa 33,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (IBGE, 2012a) e, em aspectos populacionais, totaliza 41.262.199 habitantes (22% da população brasileira), dos quais 10.730.435 habitantes (26%) estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos (IBGE, 2012b). Por esses dados, suas políticas sociais tornam-se importantes na perspectiva dos programas governamentais. O estado de São Paulo carrega a característica de ser o estado mais populoso do país, possuindo uma diversidade de situações contrastantes: além de suas grandes regiões metropolitanas, abriga ainda a realidade das cidades médias e pequenas.

O estado de São Paulo reflete também nos âmbitos nacionais das ações políticas para a juventude. A temática das políticas públicas para essa população é um fenômeno recente no mundo, e em especial no Brasil, sendo um grupo populacional amparado pela garantia de direitos (SPOSITO, 2007). A relevância do estudo fica em entender o formato da construção dessas políticas, o que tem se tornado necessário para apontar e iluminar discussões.

O desenho da pesquisa foi sendo delineado então para analisar as propostas dos diferentes níveis governamentais, focalizando o Centro da Juventude. Levando-se em conta a relevância dos discursos orais quando se realizam investigações a respeito das políticas sociais (ADORNO; CASTRO, 1994), para alcançar as proposições em torno dos Centros da Juventude projetou-se a pesquisa em duas fases: a primeira, em que se fez uma análise documental (leis, projetos políticos, entre outros materiais); e, num segundo momento, a realização de entrevistas com os diferentes responsáveis pelas políticas para a juventude. Para essa segunda fase, estabeleceu-se o diálogo com a Secretaria Nacional da Juventude; com a Coordenadoria Estadual de Programas para Juventude na Secretaria Estadual do Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo; com gestores municipais das secretarias responsáveis pela administração local dos Centros da Juventude estudados; e com os coordenadores dos Centros da Juventude.

Sendo assim o objetivo da pesquisa foi compreender a consonância entre os Centros da Juventude e a Política Nacional da Juventude, empreendendo uma análise de suas semelhanças e diferenças por meio dos discursos obtidos.

Os Centros da Juventude são visualizados inicialmente como espaços projetados dentro de instâncias políticas. A proposta foi de verificar o quanto existe de conformidade entre a prática naqueles espaços e os aspectos normativos da política, dos âmbitos mais abrangentes aos mais específicos.

A composição do texto se inicia com o Capítulo 1, relatando os caminhos da pesquisa e o percurso metodológico realizado, partindo da construção da subárea Terapia Ocupacional Social, dentro da área de conhecimento da Terapia Ocupacional, estabelecendo uma consonância com o aporte teórico das ciências sociais. A consolidação de uma metodologia de interpretação e análise dos dados obtidos foi baseada nos componentes da dialética, com base em Frigotto (1984). São apresentados o modo de realização do campo prático da pesquisa, os contatos estabelecidos, a formulação dos dados obtidos. Na sequência, são expostos os locais de realização da pesquisa, por meio de informações obtidas pelos documentos, dados oficiais disponibilizados para consulta em portais eletrônicos, além das informações trazidas nas entrevistas realizadas com as diferentes esferas (União, estado e municípios).

O Capítulo 2 procura inicialmente delinear a concepção de direitos para a juventude, frente a políticas sociais efetuadas dentro da formação do Estado Capitalista, e, na sequência, contextualizar os conceitos sobre a juventude enquanto categoria social. Este capítulo faz um breve levantamento teórico acerca dos conceitos de política social e política pública para subsidiar a implantação das ações para a juventude, continuando com a discussão dos aspectos conceituais de juventude sobre os referenciais teóricos estudados, o posicionamento dos gestores perante as terminologias estabelecidas, o direcionamento das ações governamentais e os recortes de classe social estabelecidos.

A partir da apresentação das ações estabelecidas pelos âmbitos federal e estadual e pela concepção criada nesses espaços, o Capítulo 3 traz como reflexão os Centros da Juventude que participaram da pesquisa e sua interface com as políticas implementadas no país atualmente. Além disso, o capítulo expõe os discursos obtidos nos Centros sobre o seu objetivo, as ações de maior impacto, as dificuldades visualizadas e a percepção dos gestores frente às mudanças na vida dos jovens que frequentam tais espaços.

Concluindo, as Considerações Finais apresentam uma síntese das análises feitas ao decorrer do trabalho, colocando em reflexão o objetivo proposto por esta pesquisa, demonstrando que não existe uma consonância clara entre a Política Nacional da Juventude

e os Centros da Juventude, que por suas ações apresentam uma forte influência para a assistência social, devido à configuração destes espaços e a população atendida.

1. Caminhos da pesquisa: a construção do percurso metodológico

1.1. Referenciais teóricos em diálogo no percurso da pesquisa

A construção dos referenciais de estudo foi baseada no aprofundamento das teorias que conceituam o entendimento do Estado Capitalista (GRAMSCI, 1991; SAMERARO, 1999; SIMIONATTO, 1998; MASCARO, 2013), nas políticas sociais e políticas públicas (OFFE; LENHARDT, 1994; VIANA, 1996; DRAIBE, 1997; COSTA, 1999; DAGNINO, 2002), no estudo da condição juvenil e implementação das políticas (BORDIEU, 1983; SPOSITO; CARRANO, 2003; LEÓN, 2004; ABRAMO, 2005; SPOSITO, 2007; CARRANO, 2007; BARBIANI, 2007; CASTRO; AQUINO, 2008) e nas interfaces e discussões realizadas sobre a temática da juventude no campo de conhecimento da Terapia Ocupacional Social (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; LOPES, 1999; MALFITANO, 2004; LOPES; SILVA, 2009).

Pela leitura desses referenciais, buscou-se a interpretação dos diferentes contextos (sociais, culturais, econômicos e políticos) com intuito de entender qual a composição da figuração do jovem perante o mundo por sua identidade, naquilo que constitui as ações voltadas a essa população. Esta pesquisa está focada na apreensão de como é elaborada a agenda política das ações públicas, sua efetivação mediante a multiplicidade de discursos e a construção do raciocínio para estabelecer políticas públicas.

Em um contexto em que a juventude surge de forma múltipla como questão social relevante – seja pelos problemas que vivência, seja pelas potencialidades de realizações futuras, seja ainda pelo que há de genuinamente rico nesse momento do ciclo da vida –, cabe pensar os desafios que se apresentam para a sociedade brasileira em termos de atenção aos jovens. Esta agenda indiscutivelmente aproxima a temática da juventude das reflexões sobre o desenvolvimento do país, ainda que hoje a juventude requeira atenção e demande uma abordagem que incorpore também a perspectiva própria dos jovens, ela ainda encerra uma “aposta” da sociedade no seu futuro, para onde está projetado o ideal do desenvolvimento (CASTRO; AQUINO, 2008, p.12).

Busquei estabelecer um limite metodológico que conciliasse as teorias e práticas efetivadas atualmente no âmbito da juventude, utilizando a perspectiva do discurso dos gestores entrevistados sobre as ações políticas e sua concretização. Para promover o trânsito entre a teoria e a ação, o caminho trilhado foi o da apreensão dos discursos sobre as práticas realizadas como elementos para a reflexão crítica sobre a realidade

(MALFITANO, 2011). A opção pelas falas declaradas dos governantes frente às ações que por eles são geridas/executadas deu-se pela compreensão de uma etapa fundamental influente na política pública para a juventude.

Visualizam-se as contribuições desse tipo de trabalho na integração com outras reflexões que atentam para as mudanças sociais que, evidentemente, enlaçam-se na complexidade político-social e econômica da sociedade moderna e seus fenômenos contemporâneos, na qual a juventude torna-se um marco para o debate sobre os aspectos econômicos, sociais e culturais (MALFITANO, 2011).

1.2.Caminhos percorridos: da metodologia à análise

A adoção dos pressupostos teórico-práticos da Terapia Ocupacional Social (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002) foi escolhida como ponto de partida para o debate na abordagem do tema “políticas para a juventude”, pois aponta minha filiação ao tema e ao diálogo com um conjunto de saberes das áreas afins, com as quais realizo algumas interfaces. O ponto de partida da pesquisa se dá a partir do campo de conhecimento construído pela Terapia Ocupacional Social, pela priorização das potencialidades do sujeito, pela questão da diferenciação de condições de vida entre as classes sociais, trazendo o entendimento das situações de desfiliação e vulnerabilidade social, na perspectiva de compreensão das rupturas das redes pessoais e sociais (CASTEL, 2002) no cotidiano dos jovens, associado às políticas públicas locais que incidem sobre eles. A Terapia Ocupacional Social vem projetando um campo teórico e prático de produção de conhecimento, formação de profissionais e ações direcionadas a diversos grupos populacionais, com destaque para a juventude. Seu trabalho está voltado para a criação de metodologias, dispositivos e recursos que possam ser utilizados no trabalho terapêutico-ocupacional, com o objetivo de compreender os diferentes modos de vida e contribuir com os processos de emancipação e autonomia dessa população.

Tendo como base esses fundamentos, a análise aqui empenhada tomou como referência o que os gestores trouxeram durante a entrevista, tendo sido aqui denominado de

*discurso*². Compreende-se *discurso* como um termo que aponta uma prática reflexiva, criando um efeito de sentido entre locutores, um sistema de significados linguísticos dentro de um contexto prático e histórico (ORLANDI, 1994).

Se partirmos para a definição mais usual, aplicada nos dicionários sobre a língua portuguesa, Houaiss (2014) define o termo como uma série de “enunciados significativos que expressam formalmente a maneira de pensar e de agir sobre as circunstâncias identificadas em certo assunto, meio ou grupo” (s/p). Esse conceito difere o termo *discurso* do termo *fala*, em que se define como uma “faculdade que o homem tem de expressar suas ideias, emoções e experiências, se comunicando por meio de palavras” (HOUAISS, 2014, s/p).

Durante o decorrer do texto, o uso do termo *discurso* apontará para colocações dos entrevistados referentes ao trabalho que executam e, como gestor do serviço, apresentando o discurso oficial do espaço governamental em que está inserido. Ao serem trazidas pelos entrevistados colocações acerca de suas ideias, experiências significativas de cunho pessoal, será usado então o termo *fala*, para denominar o que foi apresentado por eles.

Vale destacar que o lugar oficial ocupado pelos gestores cria uma característica própria para a sua narrativa, carregada da oficialidade que representam, juntamente com os valores ideológicos e políticos concernentes à sua posição. De acordo com Pêcheux (2009, p. 146-147), “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem o seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem”. Assim, utilizamos aqui o termo *discurso* para a referência à trechos da entrevista oficial dos gestores, compreendendo-as como unidades de sentido e representação apresentadas a partir de lugar oficial ocupado na gestão social.

Os discursos dos gestores das políticas para a juventude e dos documentos oficiais são o norte da análise aqui efetuada, buscando conhecer o panorama das políticas de âmbito federal, das ações estaduais, das agendas públicas municipais e da inserção dos Centros da Juventude em tais esferas.

² Na análise dos resultados, o que denomino de discurso não está relacionado às metodologias de pesquisa estabelecidas que realizam uma análise temática do discurso (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000; BARDIN, 2008), mas sim pelo que estabelece Frigotto (1984), para o qual o pesquisador elenca, a partir do material colhido, os pontos que são pertinentes para a discussão do seu tema central, neste caso, os Centros da Juventude em relação às políticas estabelecidas no âmbito nacional.

Dessa forma, o método aplicado expressa a escolha como o pesquisador enquadra o objeto (a realidade social) e nele se situa (ADORNO; CASTRO, 1994), tornando fundamental o emprego de um traçado metodológico que promova a relação dos discursos obtidos com a vivência do pesquisador, elencando as temáticas as quais considera ser importantes, levando a uma problematização e reflexão delas.

Esse enfoque “dialético” origina-se conceitualmente dos posicionamentos marxistas, do discurso sobre as metodologias apontadas por Frigotto (1984, p.79), tendo a “dialética” enquanto postura, concepção de mundo, atributo da realidade e não do pensamento, permitindo uma “apreensão radical” (aquela que vai à raiz) da realidade, isto é, unidade de teoria na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica.

Por isso, o reconhecimento na interpretação do pensamento adquire uma importância essencial como componente do real, não trazendo a crítica apenas porque exprime uma “indignação” ou simplesmente por uma “denúncia” (IANNI, 1988, p.15). Esta projeção implícita na dialética materialista-histórica demarca o rompimento com o modo de pensar dominante das ferramentas usadas na pesquisa, que distanciam o objeto e que apontam para os fenômenos sociais uma perspectiva de “cientificidade, da objetividade e da neutralidade” (FRIGOTTO, 1984, p.77).

Romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante é, pois, condição necessária para instaurar-se um método dialético de investigação. Aqui reside, a meu ver, uma armadilha, na qual tem-se caído comumente no processo de investigação nas ciências sociais, de modo geral [...]. Trata-se de não dar a devida importância ao inventário crítico das diferentes e conflitantes concepções de realidade gestadas no mundo cultural mais amplo, nas concepções religiosas, nos diferentes sentidos comuns, especialmente o da concepção positivista da ciência (FRIGOTTO, 1984, p. 77).

A reflexão do conhecimento científico está na distinção do fundamental e do secundário, entre o necessário e o eventual, princípio epistemológico sem o qual não é possível construir conhecimento científico. Elencar aquilo que se problematiza é ter como ponto de partida os fatos empíricos dados pela realidade, o que leva conseqüentemente ao exercício de superar as primeiras impressões, as representações fenomênicas dos fatos empíricos, despertando no pesquisador as leis fundamentais do estudo em questão. O ponto de chegada será não mais as representações primeiras do empírico ponto de partida, mas o concreto pensado (FRIGOTTO, 1984).

À medida que o raciocínio, este “concreto pensado”, vai sendo absorvido, vão sendo incorporadas as análises e, por isso, não se trata simplesmente de opor ou substituir interpretações, mas sim de “ir a fundo” nas relações, processos e estruturas, apanhando, inclusive e necessariamente, as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto e impregnadas nele (IANNI, 1988).

O método está vinculado nessa perspectiva a uma concepção de realidade, constituindo uma mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 1984). Portanto a tradução das várias linguagens filosóficas e científicas é um elemento “crítico”, próprio da concepção de mundo ou próprio tão somente à filosofia da práxis (de maneira orgânica) e apenas parcialmente apropriável pelas outras filosofias (GRAMSCI, 1981).

Portanto, a metodologia aplicada parte do princípio de que a condução da investigação é do investigador, sendo o pesquisador quem estrutura as questões e sua significação para conduzir a análise dos fatos, dos documentos, dos discursos (FRIGOTTO, 1984). Com o material coletado e pensando nesta perspectiva, estabeleceu-se uma análise de temas escolhidos advindos dos discursos, no intuito de elaborar uma síntese sobre toda a investigação, ou seja, uma exposição orgânica, coerente, concisa das “múltiplas determinações” que explicam a problemática investigada.

Na análise realizada, foram destacados os seguintes pontos: a discussão conceitual de juventude perante os gestores; a questão do jovem enquanto sujeito de direitos, sua relação com as políticas implementadas em diferentes níveis governamentais; e os Centros da Juventude, suas interfaces com a projeção política.

1.3. O campo: contatos, planejamento e execução

Com o desenho estrutural da pesquisa finalizado, ou seja, tendo o Centro da Juventude como objeto de investigação dentro das ações estabelecidas pela política para a juventude, o objetivo foi compreender a consonância entre os Centros da Juventude e a Política Nacional da Juventude, empreendendo uma análise de suas semelhanças e diferenças por meio dos discursos obtidos. A partir daí, houve uma busca no intuito de estabelecer os locais que seriam a composição do campo da pesquisa.

A escolha sobre o Centro da Juventude como objeto de investigação advém da minha experiência como estudante de graduação em um serviço dessa natureza, sendo que compreendê-lo em profundidade poderia trazer fundamentos para a discussão sobre a atuação terapêutica-ocupacional naquele local. Vale destacar que essa opção se deu por serviços caracterizados nessa nomenclatura específica: Centros da Juventude, e não em seus derivados, como Centros de Esporte, Cultura e Juventude, Centros de Assistência Social e Juventude, entre outros; na medida em que gostaria de compreender os espaços que se dizem criados como foco para os jovens, sem filiação também à cultura, ao esporte, à assistência social. Dessa maneira, pela minha história pregressa, juntamente com a reflexão sobre a atuação profissional naquele local, a opção foi direcionar-me para espaços que respondessem a essa especificidade, delimitando aqueles em funcionamento no estado de São Paulo.

Pela escolha do estado de São Paulo, realizei uma procura por informações sobre os municípios através da consulta ao portal Juventude.SP (SÃO PAULO, 2012), usando a palavra chave, entre aspas, “Centro da Juventude”. Por essa busca foram encontradas quatro cidades que denominam seus espaços dessa forma: Barretos, Jacareí, Santos e São Carlos.

O portal eletrônico Juventude.SP foi escolhido para realizar esse levantamento, pois, no momento em que se realizava a busca por informações acerca de espaços que pudessem compor a pesquisa, o sítio eletrônico concentrava o maior número de informações das ações para a juventude efetuadas pelas cidades paulistas. Ainda se trata de um local de informação pública disponibilizado pelos gestores oficiais, agregando todas as informações sobre os municípios paulistas.

O intuito foi reunir os espaços que são denominados de “Centro da Juventude” no estado de São Paulo, mesmo sabendo que existem outros espaços públicos que se assemelham ou derivam em sua nomenclatura. Sabe-se da referência de alguns espaços para as políticas públicas de juventude, como, por exemplo, o Centro Cultural da Juventude da cidade de São Paulo (SILVA, 2010), entre outros, porém, dentro do procedimento metodológico aplicado, este e alguns outros locais não compuseram o campo de investigação, mesmo que sabidamente tivessem proposições semelhantes. Optou-se por conhecer aqueles locais que se autodenominavam para a juventude, sem uma filiação a demais setores, como esporte, cultura, lazer, questionando se, efetivamente, realizam ações para a juventude local.

Pensando na premissa de entender a consonância entre os Centros da Juventude e as políticas mais abrangentes (políticas nacional e estadual), estas cidades despertavam um aspecto inédito em termos de informações e dados para a pesquisa sobre os CJs que existem no estado de São Paulo. Estes municípios possuíam características similares (em sua maioria cidades de médio porte, com características populacionais e econômicas semelhantes). Priorizou-se que a pesquisa fosse feita com os gestores, por questões temporais para a finalização do mestrado, não se alcançando os usuários desses serviços, e para conseguir apreender as semelhanças e diferenças entre os diferentes níveis da gestão, partindo da premissa que é fundamental a posição dos gestores para a compreensão da política social.

Neste formato, os participantes da pesquisa foram escolhidos, sendo os gestores: da Secretaria Nacional da Juventude, da Coordenadoria Estadual de Programas para a Juventude e dos municípios que no estado de São Paulo possuíam Centros da Juventude: Barretos, Jacareí, Santos e São Carlos.

Projetando um melhor aproveitamento dos discursos apresentados nas entrevistas, foram criados roteiros semiestruturados para estabelecer uma correlação com os objetivos da pesquisa. O intuito dos roteiros era traçar um rumo para a conduta das entrevistas, não possuindo a intenção de enrijecê-las, mas sim de ser um dispositivo que pudesse evocar nos discursos aquilo que se pretendia analisar e comparar.

Assim, elaborou-se um roteiro para os Gestores direcionado aos responsáveis no estado de São Paulo e no governo federal (Anexo I), um roteiro específico para os gestores municipais (Anexo II) e outro roteiro para os Coordenadores de Centro da Juventude (Anexo III). Preconizou-se uma diferenciação na organização dos roteiros, pelo fato de que tanto no caso dos gestores municipais, como no caso dos coordenadores dos CJs, o intuito foi entender, além dos aspectos globais da política, o cotidiano do espaço, a aproximação com os jovens, uma vez que são as pessoas que estão na rotina dos serviços prestados à população.

Com os roteiros finalizados iniciou-se a fase de contato com as localidades escolhidas no desenho metodológico da pesquisa. Para realizar esta aproximação foi feita uma busca através dos sítios eletrônicos das cidades, procurando localizar em quais secretarias de governo estavam inseridos os Centros da Juventude e possíveis contatos dos responsáveis.

Através da conversa com as secretarias a que os CJs estavam subordinados, realizou-se a aproximação com os responsáveis pelos Centros da Juventude, com a explicação e apresentação do projeto de pesquisa, seus objetivos, o intuito das entrevistas, finalizando com o convite para os municípios tomarem parte. Todos concordaram com a participação, não havendo recusa.

Paralelamente, o contato realizado com a Coordenadoria da Juventude do Estado e Secretaria Nacional da Juventude se deu também em consulta aos sítios eletrônicos para colher informações sobre os responsáveis e, na sequência, fez-se o convite para participação na pesquisa.

Em um primeiro momento, na Secretaria Nacional da Juventude, tentou-se uma entrevista com a secretária atual da gestão. Quando foi estabelecida uma data para a conversa houve indisponibilidade da gestora em conceder a entrevista, o que resultou em uma articulação dentro da SNJ para realizar esta conversa com um representante indicado pelo órgão para falar em nome da instituição. No caso do estado de São Paulo a entrevista foi realizada com a própria secretária e seu assessor, seguindo mesma metodologia de aproximação.

Nos aspectos temporais desta fase de contatos, agendamento e realização das entrevistas, a preferência inicialmente foi em estabelecer contato com os municípios, uma vez que, em 2012, momento da coleta de dados dessa pesquisa, ocorreram eleições municipais, com a possível troca de gestões³, o que acarretou a realização do recorte da pesquisa para as políticas implementadas até aquele ano, final das gestões municipais analisadas.

Os contatos e convites nos municípios foram realizados de agosto a outubro de 2012, ocorrendo as entrevistas no período de outubro a dezembro de 2012, com data e local determinados pelos responsáveis contatados para a entrevista. A única exceção foi o município de Barretos, onde, por uma incompatibilidade na agenda dos gestores, que alegaram dificuldades em reunir-se devido à transição de governo, a entrevista foi realizada por telefone com o responsável pelos CJs na Secretaria de Assistência Social⁴.

³ Dos quatro municípios entrevistados, em três houve troca de gestores: em Barretos a gestão passada foi de Emanuel M. Carvalho (PDT) e atualmente é de Guilherme Ávila (PSDB); em São Carlos a última gestão foi de Oswaldo Barba (PT) e a atual é de Paulo Altomani (PSDB); em Santos a gestão passada foi de João Paulo Tavares Papa (PMDB) e a atual gestão é de Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Em Jacaréí houve reeleição da gestão do prefeito Hamilton (PT).

⁴ Pela transição de governo ocorrida no município de Barretos, foi possível realizar somente a entrevista com o responsável pelas ações da juventude na Secretaria Municipal de Assistência Social, em dezembro de 2012.

Em paralelo aos municípios, houve o encaminhamento das entrevistas com o estado e o governo federal, sendo realizada a entrevista na Secretaria Nacional da Juventude em novembro de 2012, em Brasília, e em fevereiro de 2013 a entrevista com a Coordenadoria Estadual de Programas para a Juventude na Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude do Estado, em São Paulo.

Para formalizar as questões sobre os aspectos éticos da pesquisa, os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo IV) elaborado especificamente para este fim.

Ao todo foram realizadas 14 entrevistas: sete entrevistas em Santos⁵, duas entrevistas em São Carlos, duas em Jacareí, uma realizada em Barretos, além de uma entrevista com a Coordenadoria Estadual de Programas para a Juventude e outra com a Secretaria Nacional da Juventude.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados em um aparelho eletrônico gravador, sendo posteriormente transcritas para melhor aproveitamento na composição dos resultados. Cada entrevista teve uma média de 45 minutos de duração, o que totalizou aproximadamente 640 minutos de gravação e, ao transcrevê-las, cada entrevista produziu uma média de 10 páginas digitadas, totalizando 143 páginas.

Sobre este material foram realizadas as análises aqui apresentadas, em conjunto com a análise documental. Além das entrevistas, solicitou-se aos gestores documentos oficiais que referendassem o trabalho executado. Fez-se ainda uma busca nos documentos oficiais da Política Nacional de Juventude, expedidos desde a fundação da Secretaria Nacional de Juventude pelo Governo Federal, além de uma busca por documentos oficiais do estado de São Paulo, porém estes não foram encontrados disponíveis, contando-se, então, apenas com o discurso da gestão realizado na entrevista que foi concedida para a pesquisa.

Para diferenciar os discursos durante o decorrer do texto, os gestores foram nomeados por: “Secretaria Nacional da Juventude”; “Coordenação da Juventude do Estado

Ao entrar em contato com a Secretaria, em janeiro de 2013, o órgão alegou passar por uma fase de reestruturação das políticas para a juventude, o que implicava os Centros da Juventude, não sendo possível a realização das entrevistas com seus responsáveis.

⁵ No município de Santos, foram realizadas, além das entrevistas previstas com o responsável pela juventude na Secretaria de Assistência Social e com os coordenadores dos três Centros da Juventude da cidade, entrevistas extras com o Presidente do Conselho Municipal de Juventude, com a idealizadora do projeto dos Centros da Juventude do município e com o Assessor Técnico de Políticas para a Juventude do Gabinete da Prefeitura Municipal de Santos. Todas as demais entrevistas foram sugeridas no dia em que houve as entrevistas previstas pela responsável da área de juventude na Secretaria de Assistência Social do município.

de São Paulo”; “Gestor Público Municipal”, numerados de 01 a 06, para as entrevistas realizadas nas Secretarias correspondentes; e “Coordenador de Centro da Juventude”, numerados de 01 a 05, além de uma entrevista realizada com o “Conselheiro Municipal da Juventude”, do qual denomino desta forma.

A Tabela 1 apresenta o perfil dos 14 gestores entrevistados, apontando seu cargo, faixa etária, gênero, e se possuíam uma filiação em algum movimento para a juventude⁶, sendo este último em decorrência do que ficou apontado pela entrevista.

Tabela 1. Perfil dos gestores entrevistados

	Cargo/Função	Sexo	Idade⁷	Ativistas no âmbito da juventude
1	Gestor da Secretária Nacional da Juventude	Masculino	28	Sim
2	Gestor da Coordenadoria Estadual de Projetos para a Juventude do Estado de São Paulo	Feminino	Não informado	Sim
3	Gestor Público Municipal 1	Masculino	Não informado	Sim
4	Gestor Público Municipal 2	Feminino	Não informado	Não
5	Gestor Público Municipal 3	Feminino	Não informado	Não
6	Gestor Público Municipal 4	Masculino	Não informado	Sim
7	Gestor Público Municipal 5	Feminino	Não informado	Não
8	Gestor Público Municipal 6	Feminino	48	Não
9	Conselheiro Municipal da Juventude	Masculino	27	Sim
10	Coordenador do Centro da Juventude 1	Feminino	Não informado	Não
11	Coordenador do Centro da Juventude 2	Feminino	54	Não
12	Coordenador do Centro da Juventude 3	Feminino	31	Não
13	Coordenador do Centro da Juventude 4	Masculino	40	Não
14	Coordenador do Centro da Juventude 5	Feminino	41	Não

1.4. Os locais da pesquisa

Os dados apresentados a seguir foram extraídos de bases de informação do governo, em consulta aos portais eletrônicos do governo federal, estadual e dos municípios. As entrevistas realizadas com os gestores das políticas públicas também serviram de informação para apresentação dos dados abaixo.

⁶ Foram considerados como ativistas no âmbito da juventude: Conselhos de Juventude (Municipal, Estadual e Nacional), Juventudes Partidárias e Organizações estudantis de juventude.

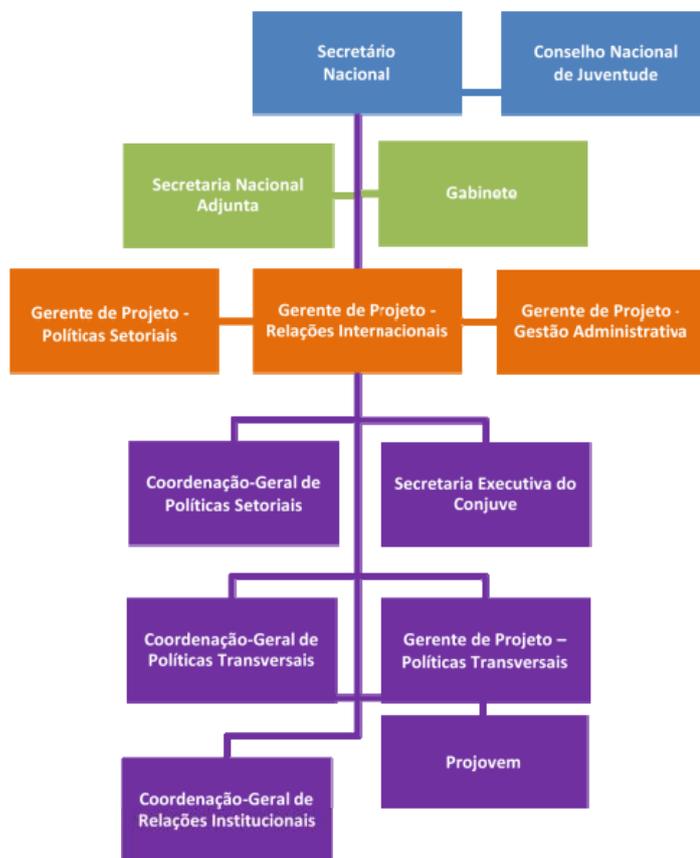
⁷ Durante a realização das entrevistas, a idade dos entrevistados não foi perguntada diretamente dentro do roteiro semiestruturado. Entretanto, considerou-se importante o destaque dessa informação para uma apresentação de um perfil geral dos entrevistados. A Tabela 1 explicita a informação daqueles que espontaneamente disseram suas idades durante a entrevista.

Secretaria Nacional da Juventude

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) foi concebida em 2004 e instituída por lei em 2005 (BRASIL, 2005a). Vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, tem como tarefa “formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis” (BRASIL, 2013d, s/p).

Sua organização administrativa, segundo entrevista realizada com o gestor público e sintetizada na Figura 1, tem em suas atribuições o gerenciamento dos projetos e programas federativos para a juventude, articulando a execução destes com ministérios, estados e municípios (BRASIL, 2013d). A SNJ promove também a articulação internacional da temática nas esferas políticas de cooperação entre os países, assim como o debate com as organizações mundiais. Além de suas tarefas administrativas, deve estabelecer um diálogo com a sociedade civil organizada, através do Conselho Nacional da Juventude.

Figura 1. Organização Administrativa da SNJ



Fonte: (BRASIL, 2013d)

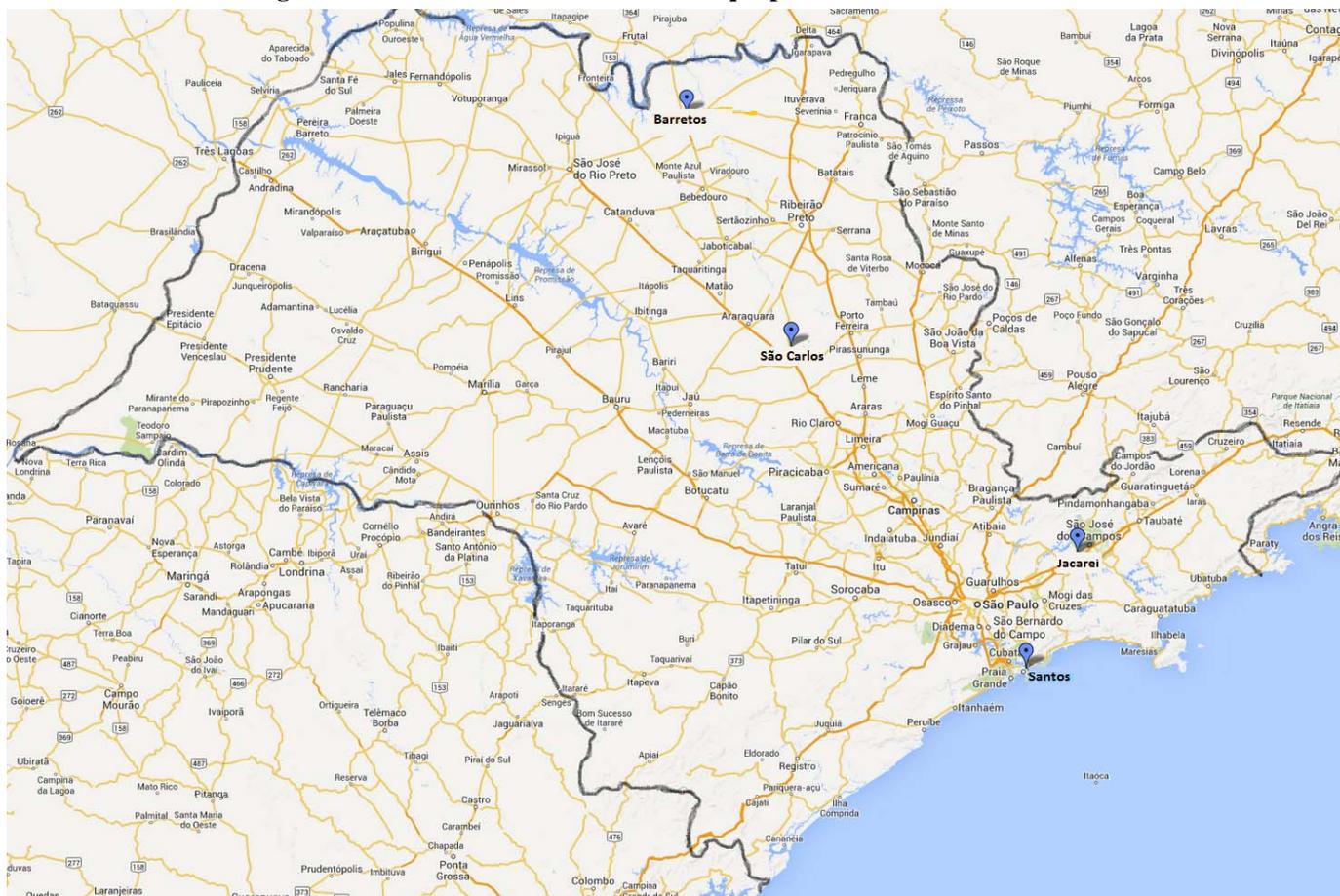
Coordenadoria Estadual de Programas para a Juventude

Criada em 2006, a Coordenadoria Estadual de Programas da Juventude, compõe a Secretaria da Juventude, Esportes e Lazer. Tem como objetivo “promover políticas públicas e atender as especificidades dos jovens, tanto nas suas características e potencialidades como nas suas necessidades” (SÃO PAULO, 2013, s/p).

Na entrevista realizada com a gestora estadual, foram apontadas como ações desta coordenadoria o apoio a órgãos e entidades que atuam com a juventude, seja na esfera pública ou em parcerias com a iniciativa privada. O órgão procura concentrar informações destas instâncias através de um portal eletrônico (Juventude.SP), além de buscar a implementação de um sistema estadual de juventude, a realização de eventos estaduais temáticos (sexualidade, educação, trabalho etc.) e a reativação do Conselho Estadual de Juventude.

No referido portal eletrônico, através do mapeamento, ficou possível identificar a presença de Centros da Juventude nas cidades de Barretos, Jacareí, Santos e São Carlos (Figura 2).

Figura 2: Cidades do estado de São Paulo que possuem Centros da Juventude



(Fonte: Google®, 2013)

Apresentando as Cidades

Dentro dos municípios, a perspectiva estabelecida consistiu em entender as ações desenvolvidas em cada local, como os Centros da Juventude estavam inseridos, a qual secretaria eram subordinados, possibilitando, assim, o entendimento da relação entre o CJ e a secretaria.

Durante o levantamento dos dados foram constatadas algumas similaridades entre os municípios, como o caso de Barretos, Jacareí e São Carlos, que possuem uma mesma proporcionalidade em aspectos demográficos e territoriais. A cidade de Santos diferencia-se dos outros municípios por conter quase o dobro de habitantes, aproximando-se mais da característica demográfica dos grandes centros urbanos.

Essas informações foram relevantes para o fechamento do campo de pesquisa nestes municípios, no propósito de investigar as similaridades territoriais dos serviços que utilizam a mesma denominação para a execução de seu trabalho.

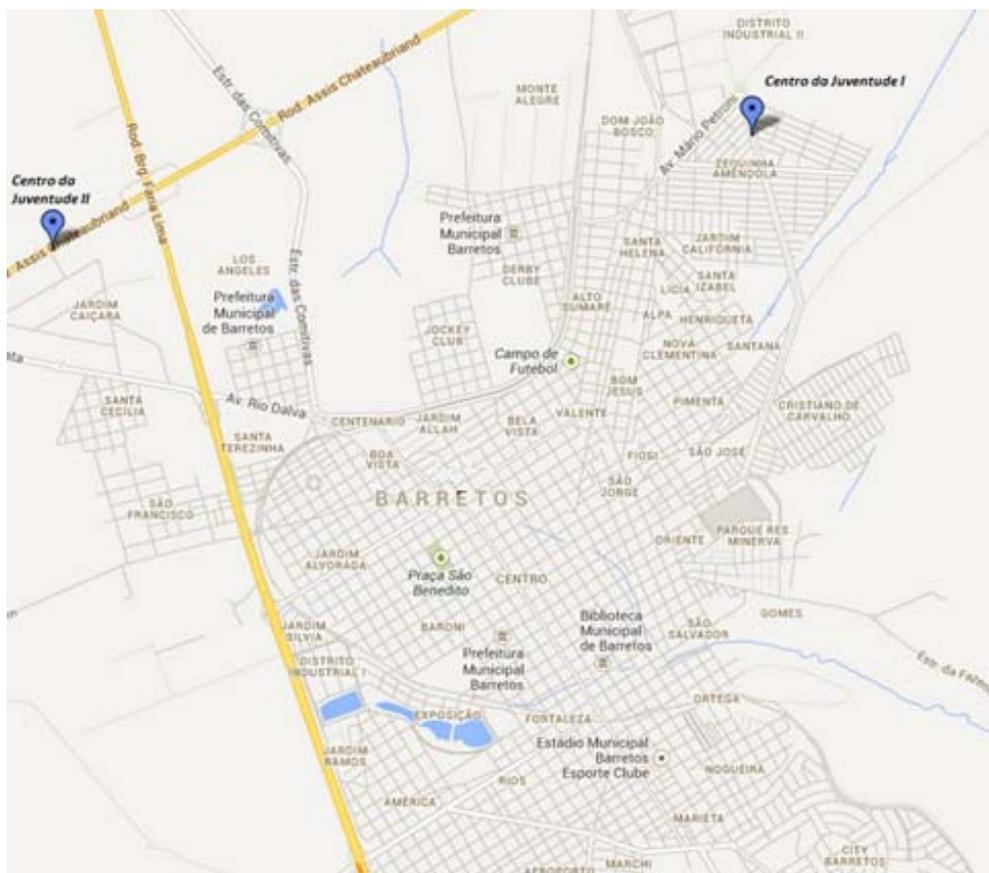
Barretos

Em dados gerais, o município possui 121.101 habitantes, sendo que 28.734 (24%) estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos (IBGE, 2013a).

A cidade possui dois Centros da Juventude (Figura 3): o Centro da Juventude I, localizado no bairro Zequinha Amêndola, periferia de Barretos, e o Centro da Juventude II, localizado no Jardim Caiçara, à beira da Rodovia Estadual Assis Chateaubriand, também situado em área periférica da cidade.

Os Centros da Juventude do município estão alocados na Secretaria de Assistência Social. A entrevista para colaboração com esse trabalho foi concedida pelo Coordenador de execução dos programas e projetos voltados para a juventude. O município conta também com projetos para a juventude desenvolvidos em parceria com outras secretarias (Educação, Esporte e Trabalho) e possui um Conselho Municipal da Juventude constituído.

Figura 3. Barretos e a localização de seus Centros da Juventude



(Fonte: Google®, 2013)

De acordo com o gestor municipal, as ações desenvolvidas pelos Centros da Juventude são oficinas, atividades culturais e cursos profissionalizantes, a execução do Projovem Adolescente e do Ação Jovem (ambos serão melhor detalhados no decorrer do texto).

Acerca do histórico e do funcionamento dos CJs, o Centro da Juventude I, segundo entrevista com o gestor, é um espaço que funciona desde 1997 no município e teve seu início como um programa de atividade complementar ao contraturno escolar.

No decorrer dos anos houve uma alteração em seu formato, devido às características daquele território, conhecido como um “bolsão de pobreza” do município. Houve então uma ampliação das atividades não só para aqueles que já frequentavam o espaço, mas também para o atendimento às famílias, iniciando um processo de “desfavelamento” (termo usado pelo gestor) do local.

Através da implantação do Sistema Único de Assistência Social no município, houve uma pequena alteração no perfil socioeconômico das famílias residentes no bairro em que se situa este CJ. Atualmente o Centro da Juventude divide seu espaço com um

Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O gestor alega que o Centro da Juventude era o único equipamento público da assistência social localizado no bairro, por isso a implantação do CRAS neste espaço.

O outro equipamento, Centro de Juventude II, fundado em 2008, localiza-se em um local mais afastado do centro da cidade, em uma região rural onde, influenciado pela proximidade com uma rodovia estadual, existem problemáticas como o tráfico de drogas e a prostituição.

O projeto desse CJ também está vinculado ao contraturno escolar. O gestor aponta que a idade mínima para ingresso nas atividades seria de 12 anos, porém essa faixa etária foi ampliada para 8 anos de idade, pois também havia uma demanda de atendimento para crianças.

Existe neste espaço a oferta de oficinas culturais e cursos profissionalizantes no período noturno, para atender a demanda de jovens entre 18 e 29 anos.

Jacareí

A cidade possui 211.214 habitantes, sendo que 52.894 (25%) estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos (IBGE, 2013b). O município possui um único espaço (Figura 4), localizado em um bairro central da cidade.

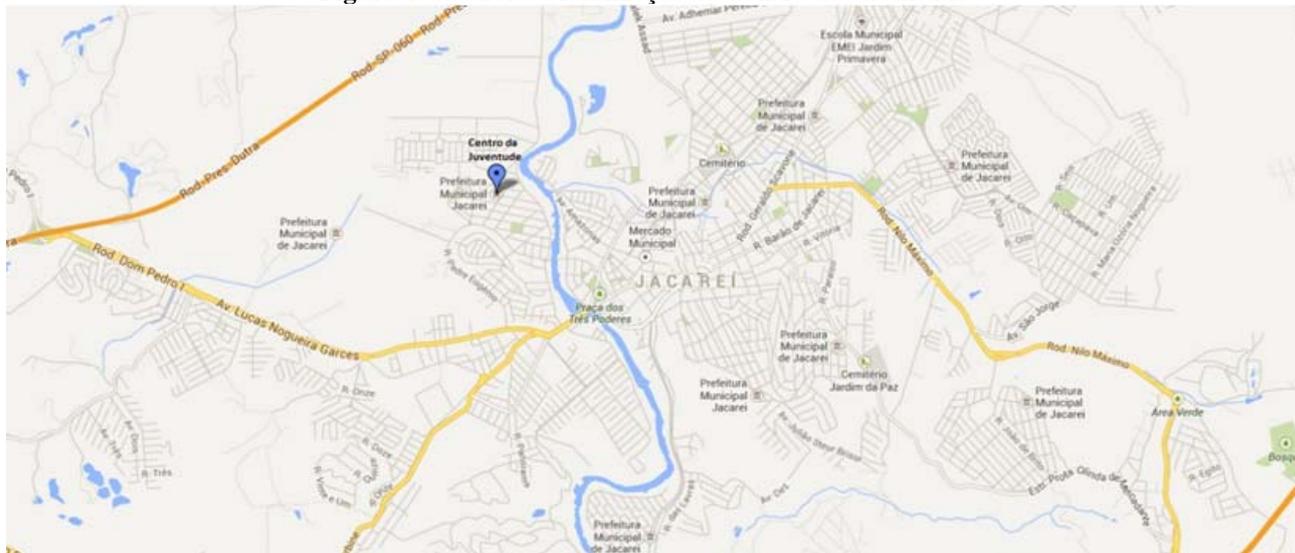
O Centro da Juventude está ligado à Secretaria de Assistência Social do município, onde foi realizada a entrevista com a Coordenadoria de Programas da Atenção Básica em Assistência Social e também com a supervisora do Centro da Juventude, responsável técnica pelo espaço. A cidade não possui um Conselho Municipal da Juventude.

Segundo dados obtidos nas entrevistas, o Centro da Juventude de Jacareí iniciou suas atividades em 2004, pela junção de três serviços que atendiam aos jovens da cidade e que funcionavam de forma independente e descentralizada.

Atualmente, o município se organiza por uma estrutura própria, denominada de “Serviço de Atenção à Juventude” (SAJ), composto por três supervisores que dividem suas funções, havendo um gerente para as questões administrativas, uma pessoa que coordena os programas “Ação Jovem” e Projovem Adolescente, e um último que administra o Centro da Juventude, assim como as oficinas que são ofertadas naquele espaço. Além destes cargos, o SAJ tem como quadro de funcionários educadores divididos nas oficinas e no coletivo do Projovem Adolescente que o município possui, contratados com recurso municipal e federal.

O Centro da Juventude promove também oficinas descentralizadas de seu espaço físico, no intuito de favorecer o acesso dos jovens via território, realizando parcerias com igrejas, escolas, com os espaços multiuso da cidade denominados de “EDUCAMAIS”.

Figura 4. Jacaré e a localização do Centro da Juventude



(Fonte: Google®, 2013)

Santos

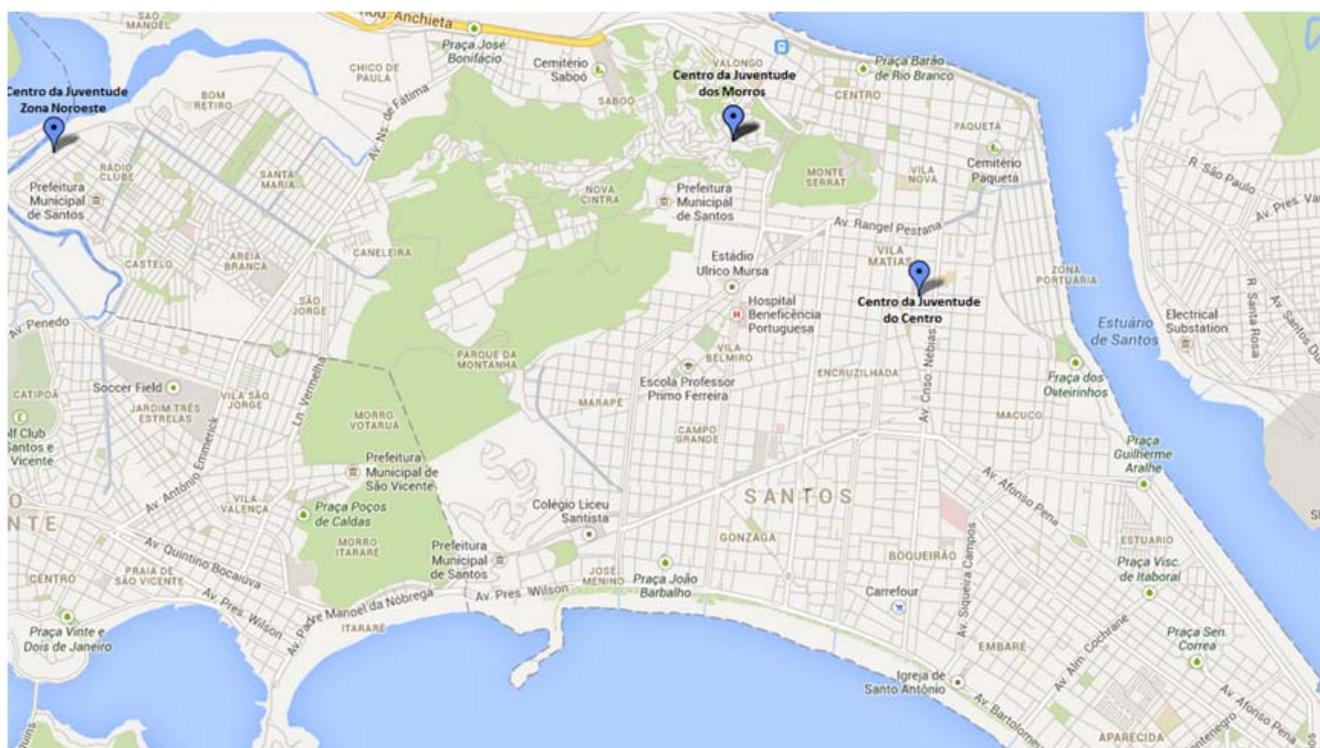
A cidade possui 419.400 habitantes, sendo que 91.521 (22%) estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos (IBGE, 2013c). O município possui três Centros da Juventude (Figura 5), localizados de acordo com a divisão territorial da cidade: Centro da Juventude “Zona Noroeste”, inaugurado em 2000; Centro da Juventude “Zona Orla–Intermediária–Centro Histórico–Área Continental”, inaugurado em meados de 2008; e o Centro da Juventude dos “Morros”, inaugurado em 2011. A cidade conta também com o Conselho Municipal da Juventude.

Os CJs estão alocados dentro da Secretaria de Assistência Social, onde foram realizadas entrevistas com Assessor Técnico de Políticas para a Juventude do Gabinete do Prefeito; Presidente do Conselho Municipal da Juventude; Assessora Executiva da Secretaria de Assistência Social, idealizadora dos projetos dos CJs; Assistente Social da Secretaria de Assistência Social, responsável pela Seção dos Centros da Juventude; Chefe da Seção “Centro da Juventude da Zona Noroeste”; Chefe da Seção “Centro da Juventude Zona Orla–Intermediária–Centro Histórico–Área Continental”; e Chefe da Seção “Centro da Juventude dos Morros”.

Pelos dados obtidos em entrevista com os gestores, a questão da juventude no município começou a ser visualizada por uma mobilização dos técnicos da secretaria que elaboraram uma pesquisa para mapear as políticas que existiam no local para a juventude. Então, elaboraram um Seminário Municipal da Juventude, que originou um plano municipal identificando a necessidade trazida pelos jovens de haver na cidade um espaço físico para essa população. Com isso, houve a inauguração do primeiro Centro da Juventude (Zona Noroeste, em 2000), sendo uma ação pioneira para a cidade e que abarcou a criação de toda uma estrutura da agenda pública para a juventude, como a elaboração do plano municipal, a criação do conselho e posteriormente a criação dos outros dois CJs.

Nesses espaços, são ofertadas oficinas culturais em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e a realização dos coletivos do ProJovem Adolescente e do Programa de Valorização do Jovem, um programa municipal que prevê ações socioeducativas e uma transferência de renda no valor de R\$130,00/jovem.

Figura 5. Santos e a localização dos Centros de Juventude



(Fonte: Google®, 2013)

São Carlos

A cidade possui 221.950 habitantes, sendo que 56.893 (25%) estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos (IBGE, 2013d). O município possui um Centro da Juventude denominado de “Elaine Viviani” (Figura 6), inaugurado no final de 2008, segundo dados trazidos pelos entrevistadores, a partir de um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

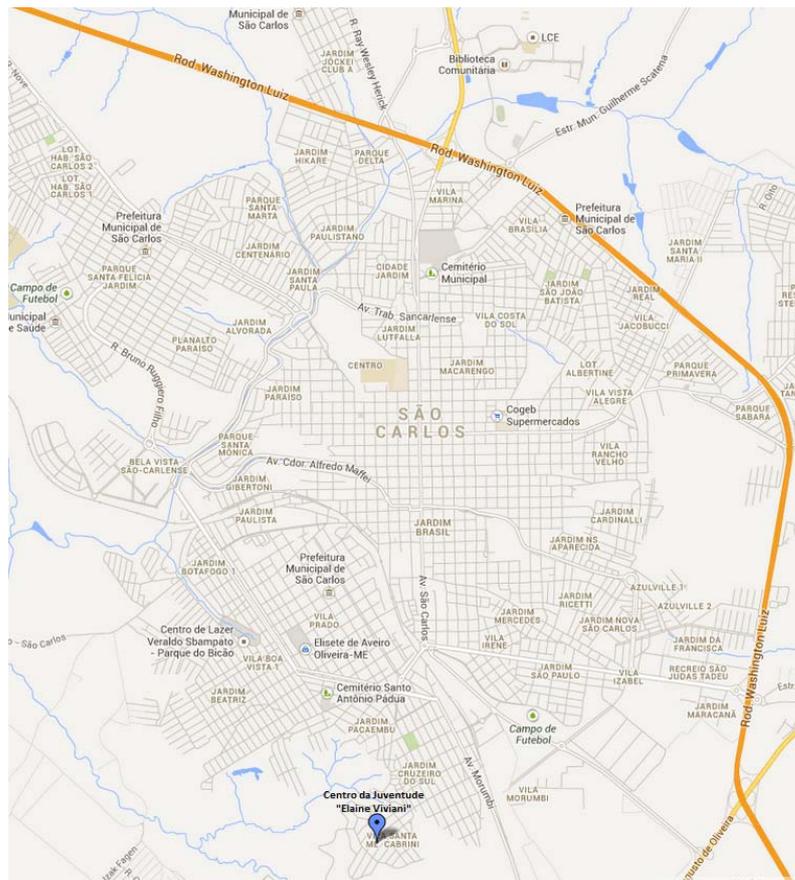
Em entrevista, os gestores também destacaram que o Centro da Juventude foi implementado em uma região periférica da cidade no intuito de este espaço atender demandas sociais da população, que carece de estruturas do serviço público naqueles locais. As ações desenvolvidas no CJ são principalmente as atividades esportivas, programas de capacitação para o trabalho e atividades de estágio e extensão universitária do projeto METUIA⁸-UFSCar, do curso de Terapia Ocupacional da mesma instituição.

O Centro da Juventude está alocado na Secretaria Especial de Infância e Juventude do município, dentro da Divisão de Apoio aos Centros da Juventude. Foram então realizadas entrevistas com a Secretária Municipal Especial da Infância e Juventude e com a coordenadora do Centro da Juventude. O município programava ainda para o ano de 2012 a inauguração de um novo Centro da Juventude, também na periferia da cidade.

Em São Carlos não há um Conselho Municipal da Juventude constituído.

⁸ Ver Nota 1.

Figura 6. São Carlos e a localização do Centro da Juventude



(Fonte: Google®, 2013)

Portanto, esses locais compuseram o campo da pesquisa com o intuito de apresentar um panorama acerca dos serviços denominados “Centros da Juventude” no estado de São Paulo.

2. Juventude, direitos e políticas públicas no Brasil

Este tópico tem sua reflexão baseada na afirmativa de que a juventude é um grupo populacional amparado por direitos sociais no Brasil (BRASIL, 2006). Em consonância com essa concepção, buscou-se entender, através dos estudos realizados, como as políticas efetuadas pelo Estado devem visar ao acesso dessa população aos direitos e bens sociais.

Pela entrevista com os governos federal e estadual, percebeu-se que a efetivação de uma agenda pública para a juventude tem sido significativa nos últimos anos e requer análises perante as atitudes recentes que tornam o jovem um grupo estatutário no país, como exemplificado nas entrevistas com os órgãos públicos:

A juventude é uma fase da vida que começou a ser vista de maneira estratégica por outras políticas, para além das políticas de juventudes específicas, e aí, nesse sentido, nossas apostas são nos marcos legais da política de juventude, nós achamos que para institucionalizar a política pública para a juventude como uma política de Estado tem que ter um marco institucional sólido, e nisso estamos apostando em algumas iniciativas que estão em curso hoje. (Gestor da Secretaria Nacional da Juventude)

O tema juventude ganhou muita força nessa gestão, e falar para âmbito nacional, sentimos que os jovens vêm conquistando seu espaço de modo a ter condições de motivar isto. É estar criando interesse por parte do setor público e interesse de desenvolver políticas públicas. (Gestor da Coordenadoria Estadual de Programas para a Juventude)

Além dos discursos recolhidos relativos a esse parâmetro, os documentos oficiais produzidos pela gestão da Secretaria Nacional da Juventude apontam o pensamento de desenvolvimento de políticas para a juventude como ação estratégica, constituindo uma população com direitos específicos, como a inclusão, a autonomia, a emancipação e a participação juvenil, dimensões nas quais a Secretaria vem persistindo e que tem pautado como prioridades ao colocar no debate público a garantia de direitos dos jovens (BRASIL, 2013d).

Por esse investimento da esfera pública, através da criação das coordenações específicas para a juventude (SNJ, coordenadorias estaduais e municipais), que executam uma agenda pública determinada, a análise aqui empregada está baseada em entender os códigos estabelecidos perante a afirmativa de que a juventude é um grupo assegurado por direitos próprios. A busca é pela compreensão do que vem a ser “direito” e de como isso

reflete em uma organização da sociedade civil perante uma regulação do Estado e, especificamente, do Estado Capitalista⁹.

2.1. Política social, direitos e a agenda pública para a juventude

Política social pode ser definida como uma ação no processo de distribuição de valores frente às necessidades sociais básicas, formatada em nossa sociedade, pelo Estado Capitalista de produção de bens (ABRANCHES, 1987). É, portanto, a tentativa de resolver o problema de “transformação duradoura do trabalho não assalariado em trabalho assalariado” (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 84) como garantia de bens sociais.

A política social é uma forma de acesso aos direitos sociais, trazendo o aspecto da legitimidade democrática para as relações de troca entre Estado e sociedade civil (OFFE; LENHARDT, 1984). Os bens a seres acessados através de políticas sociais dependerão do que ganhará a institucionalidade política, via diferentes projetos em disputa presentes na sociedade (GRAMSCI, 1991). É em consonância com este movimento que o Estado estabelece uma agenda pública para a juventude.

A partir dos diversos panoramas e contextos do cenário político estatal, as necessidades sociais precisam ser de alguma forma percebidas pelo Estado, seja por problemáticas como desigualdades sociais, aspectos econômicos, culturais ou outras. Por isso, estabelecer as ações prioritárias e necessárias, que precisam ser executadas, implica uma participação da sociedade civil nas ações do Estado. Essa criação da agenda pública perpassa conceitos da concepção de direito, em que Gramsci (1991) problematiza a relação com as ações efetuadas pelo Estado:

A concepção de direito deverá ser libertada de todo o resíduo de transcendência e de absoluto; embora a mim pareça que não se pode partir de um ponto de vista de que o Estado não “pune” (reduzindo-se este termo ao seu significado humano), mas luta apenas contra a “periculosidade” social. Na realidade o Estado deve ser concebido como “educador”, desde que tende a criar um novo tipo de civilização (GRAMSCI, 1991, p. 96).

⁹ O conceito de Estado Capitalista aqui usado é definido por Offe e Lenhardt (1984), que o colocam como a forma institucional do poder público, caracterizado basicamente por três determinações funcionais: a “privatização da produção”, sendo a força de trabalho e dispondo de um orçamento politicamente aprovado e executado; a “dependência estrutural de acumulação”, as regras tributárias de acumulação/transferência de recursos substancial para execução de políticas; e a “legitimidade democrática”, a forma institucional do poder político sujeito a regras de um governo democrático-representativo (LOPES, 1999, pp.17/18).

O acesso aos direitos, combinado com o financiamento público, é em suma a grande alavanca da efetivação das políticas sociais, através da reinvidicação da sociedade civil frente às suas necessidades, seja por movimentos sociais, ou também, por exemplo, no caso da juventude, a visualização da sociedade perante aos episódios de violência¹⁰ que pontuaram ações e necessidades a essa população (SPOSITO, 2007).

O ponto chave para a constituição de agenda política se dá dentro do que Offe e Lenhardt (1984) apontaram como inovações sociopolíticas. No caso aqui em estudo, o enfoque em espaços e projetos que compõem o cenário das políticas estabelecidas, especificamente aquelas para a juventude:

Tendo em vista as medidas e inovações sócio-políticas isoladas, essa tese estaria afirmando que tais inovações e medidas não são concebidas nem como ‘resposta’ a exigências nem como ‘resposta’ aos imperativos de modernização resultante dos problemas da valorização do capital: ao contrário trata-se de respostas – como pode ser demonstradas nos motivos manifestos e nas condições de surgimento de inovações sócio-políticas (OFFE; LENHARDT, 1984, p.36).

A construção e a legitimação das inovações sociopolíticas podem estabelecer relação para o trabalho efetivo entre a sociedade civil e o Estado, no que diz respeito às necessidades sociais e à resolução de problemáticas que vão se reconfigurando. A “solução” de um problema não coincide em absoluto com a solução do outro, pois, na complexidade intrínseca das questões sociais, podem se comportar contraditoriamente:

Deste modo, como acreditamos, o modelo evolutivo das estratégias e inovações da política social do Estado é determinado pela tentativa de resolver um “meta-problema”, que pode ser resumido na seguinte pergunta: como podem ser desenvolvidas as estratégias sócio-políticas e como podem ser modernizadas as instituições existentes, de modo que satisfaçam, simultaneamente, no contexto dos direitos políticos existentes da classe operária, as exigências políticas ‘admitidas’ (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 36).

O aparelho de dominação política deve reagir tanto às “exigências” quanto às “necessidades”, de acordo com as instituições políticas existentes e as relações de força societária por elas canalizadas (OFFE; LENHARDT, 1984). A política estatal não está a serviço das necessidades ou exigências de qualquer grupo ou classe social, mas reage a

¹⁰ A repercussão nacional em 1997 do assassinato em Brasília do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus por cinco jovens de classe média, constituiu elemento importante para a formação de uma opinião pública sensível ao tema da juventude. Esse assassinato, assim como outros episódios, como a chacina contra adolescentes na Igreja da Candelária no Rio de Janeiro em 1993 e as rebeliões no interior de várias unidades socioeducativas de internação, favoreceu o desencadeamento de algumas ações públicas especificamente dirigidas para os segmentos juvenis (SILVA; ANDRADE, 2009; SPOSITO, 2007).

problemas estruturais do aparelho estatal de dominação e de prestação de serviços (OFFE; LENHARDT, 1984).

Portanto, colocar a juventude na agenda pública é uma escolha feita pelo governo brasileiro, através do reconhecimento de problemáticas (emprego, violência, entre outras) que podem diretamente afetar os jovens (KERBAUY, 2005). Para tanto, há a criação de uma agenda com proposição universalizante de ações, o que, no entanto, não tem se refletido na prática, a qual se encontra mobilizada em atender determinado subgrupo populacional, sob o discurso da priorização de determinados grupos, frente a sua prioridade e escassez de recursos públicos disponíveis.

No retrato da escolha dessas ações pelo governo surgem alguns questionamentos, como, por exemplo, o investimento de projetos políticos nos aspectos do trabalho e profissionalização para a juventude. Uma das hipóteses que aponto é de que essas ações incidem sobre uma determinada faixa da juventude, a juventude pobre, em situação de vulnerabilidade, atuando para a diminuição de sua situação de extrema desigualdade; sendo que o discurso governamental estabelecido é marcado pelas ações específicas para essa população. Outra hipótese refere-se à interferência de interesses políticos na realização desses tipos de ações relacionadas ao trabalho para a juventude, ou seja, as efetivações de políticas específicas trazem visibilidade para as gestões nestes determinados espaços e servem como “dispositivos eleitoreiros”, além de responderem, de forma superficial, aos apelos da sociedade civil para as problemáticas da juventude, como, por exemplo, a contenção da violência e das drogas.

Sobre o discurso governamental, León (2004) aponta a ausência das expressões coletivas das políticas para a juventude, fazendo com que o aspecto governamental (referente ao modelo de governo adotado por cada gestão) seja dominador para o público.

Nesses moldes, as políticas de juventude implantadas podem se caracterizar como reparatórias e compensatórias, em vez de realizarem valores e objetivos sociais efetivos ao período juvenil, a fim de promover o desenvolvimento e a construção da cidadania nos jovens (KERBAUY, 2005).

O reconhecimento da juventude como alvo de ações políticas já está presente nas ações do governo brasileiro. Por isso a reflexão sobre a entrada do jovem na esfera pública assim como os fatores que levaram a essa entrada são importantes para o entendimento de diversos dispositivos públicos criados, entre eles os Centros da Juventude, levantando o questionamento de se possuem ou não interfaces com o que vem se estabelecendo.

A colocação na agenda política das questões da juventude como objeto de intervenção do poder público brasileiro vem trazendo desdobramentos nas ações estabelecidas em diferentes esferas (educação, economia, assistência social, entre outras), onde o reconhecimento de um problema e a possibilidade de intervenção pública sobre ele estão permanentemente circunscritos ao campo político da interação de diversos atores, incluindo os governamentais (SPOSITO, 2007).

A composição das proposições políticas é recente e seu processo de conquista tem sido complexo, caracterizando um movimento global na busca da defesa e da efetivação dos direitos dessa população (SILVA; LOPES, 2009). O perfil político atual da juventude alterou sua característica demográfica, pelo menos em países latino-americanos onde se vive uma “onda jovem”, formada por uma população juvenil representativa em termos numéricos, compondo um setor que, por um lado, carece de estruturas dentro das políticas públicas e, por outro, é um nicho de mercado promissor e em potencial (BARBIANI, 2007).

Por meio desses processos, os jovens vão conquistando e assumindo a condição de sujeitos com uma especificidade, remetendo à ação e à experiência da juventude em espaços de ações práticas, criando um mercado econômico e promovendo ações políticas. Estes aspectos caracterizam o que se convencionou denominar de esfera pública, ou seja, espaço utilizado para o debate na relação entre a sociedade civil e o Estado (ARENDDT, 2007).

No Brasil, a dimensão da esfera pública tem sido problematizada em seus aspectos de enfraquecimento e de constituição efetiva de um lócus para realização do debate público. A definição de quais são os temas de interesse público, bem como a própria definição de política pública, encontra resistências (DAGNINO, 2002). Nesta relação, Dagnino (2002) aponta o espaço público como um espaço de aprendizado da tarefa de uma construção heterogênea, que requer o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida de um processo na busca de princípios e interesses comuns em torno dos quais a articulação das diferenças possa abrir caminhos para a configuração do interesse público.

Portanto, as políticas sociais surgem através de uma legitimação democrática que garante ações políticas reguladas pelo Estado. A agenda pública para a juventude existe, pois esse grupo populacional é visto como um grupo com direitos específicos formatados pelo Estado, que demandam a criação e financiamento de políticas sociais para serem assim efetivados.

2.2. Aspectos conceituais sobre juventude

Parto de uma abordagem sociológica da juventude como grupo social caracterizado por uma determinada geração marcada pelo ritmo biológico da vida humana, referindo-se aos indivíduos que pertencem a uma mesma geração e dividem uma situação comum na dimensão histórica do processo social (MANNHEIM, 1982).

A juventude possui na sua representatividade uma gama de formas culturais que se desdobram pela interação dos aspectos de classe social, gênero, idade, além da memória incorporada e das instituições presentes nesse segmento populacional (MARGULIS; URRESTI, 1998).

Destaca-se que a criação social do conceito “juventude” ocorreu em um determinado contexto histórico, que se remete a uma “invenção” pós-guerra, por uma nova ordem na geografia política mundial, que impôs padrões nos estilos de vida e valores atribuídos aos bens de consumo (CRUZ, 2000). Isso pode ser observado, por exemplo, nas definições em que Mannheim (1973, p. 97) apresenta a juventude como uma parcela importante do que denominam de “reservas latentes” presentes em todos os povos, sendo um contingente com uma contribuição à comunidade global, dependendo da estrutura social para a qual a sociedade em geral se mobiliza e de como a integra na sua função social.

Outro aspecto são os fatores biológicos e comportamentais, concebendo a juventude como categoria etária, dentro de uma maturação fisiológica nas características físicas, sexuais, motoras e cognitivas, além da dimensão sociológica na construção de uma identidade e de suas relações afetivas (SANDOVAL, 2002). A base material vinculada com a idade traz um aspecto facilitador (MARGULIS; URRESTI, 1998), pois regula um formato de encontrar certa temporalidade, dando a questão etária uma condicionalidade para categorias geracionais, ou seja, conseguem-se classificar grupos pelas suas gerações.

Apesar de os fatores biológicos serem facilitadores, Bourdieu (1983) afirma que este aspecto não deve ser visto como o componente mais importante nas abordagens com essa população:

Falar de jovens como uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes (...) comparando sistematicamente a condição de vida, de mercado de trabalho, o orçamento de tempo, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 2).

A conceituação da juventude demonstra o quanto o próprio termo pode ter um aspecto impreciso, frente a disparidades e mistificações que o conceito encerra (ABRAMO, 2005). Levar em consideração os aspectos etários imprime limites para as políticas e cria um ordenamento onde cada um se mantém em seu lugar (BOURDIEU, 1983).

Ser jovem, portanto, não depende apenas da idade e condição como característica biológica do corpo. Também não depende apenas do setor social a que se pertence com a conseqüente possibilidade de acesso diferencial a uma moratória. Devemos considerar também o fato geracional: a circunstância cultural que vem sendo socializada com códigos diferentes, incorporação de novas formas de perceber e apreciar, para serem competentes em novos hábitos e habilidades, elementos que separam no mundo as novas gerações das gerações mais velhas (MARGULIS; URRESTI, 1998, p. 6, tradução livre).

Com isso, não iremos nos deparar com um conceito único e normalizador sobre juventude, pois cada conceituação provém de uma abordagem e de diferentes perspectivas, o que pode dar a impressão de o termo “juventude” não apresentar claramente uma construção teórica (LÉON, 2004). O que visualizamos na juventude enquanto categoria populacional é que sua definição passa por um quadro analítico que busca compreender o jovem sob uma visão mais ampliada de juventude.

É fundamental que o debate da terminologia seja realizado, promovendo uma relação precisa com as ações destinadas a essa população, pois a vinculação teórica diz respeito às práticas estabelecidas.

O debate acerca das concepções com relação à juventude e à adolescência é essencial, pois a partir delas, serão retratadas e interpretadas suas formas de ser e estar no mundo e, além disso, a maneira como a sociedade se organiza na atenção a essas fases da vida, especialmente o modo como são configurados os direitos e os deveres dos adolescentes e dos jovens e quais são as ações sociais e políticas reivindicadas (LOPES et al., 2008, p. 65).

Para as projeções políticas que estão sendo construídas nos últimos anos, é importante que os aspectos terminológicos sejam mais bem compreendidos pelos gestores. O termo “juventude” se tornou recorrente para a discussão, pela repercussão que vem ganhando na agenda política, nos últimos anos.

2.3. Alguns marcos histórico-políticos das ações com a juventude no Brasil

Tomando como base a institucionalização e a consolidação das ações políticas de juventude no cenário contemporâneo brasileiro, estabeleceu-se o limite dos últimos 12 anos, quando a construção das políticas para a juventude se intensificou, culminando na criação da Secretaria Nacional da Juventude, do Conselho Nacional da Juventude e do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens.

Cabe ressaltar que as proposições, informações e reflexões que serão apresentadas são baseadas no material analisado disponibilizado pelos órgãos oficiais¹¹ e nas entrevistas obtidas de seus representantes¹²; portanto expõem a perspectiva de governos à frente das ações realizadas. Aponta-se como necessária e relevante a averiguação em campo do que vem, efetivamente, ocorrendo no cotidiano dos serviços, para além das proposições formalmente escritas, o que não pôde ser abarcado por este trabalho.

Acerca dos marcos políticos, tenho como início o resgate histórico a partir do período pós 2ª Guerra Mundial (1939 a 1945), período em que a ordem econômica mundial foi sendo estabelecida dentro do formato que possuímos nos dias atuais. Neste aspecto, algumas referências (ABRAMO, 2005; SILVA; ANDRADE, 2009; BRASIL, 2011) apontam o ano de 1965, quando Brasil e outros países assinaram a “Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos”, elaborada pela Organização das Nações Unidas. Apesar de ter sido importante devido à abordagem do jovem pelas características de sua fase da vida, e não sob o enfoque de suas “problemáticas”, a participação do Brasil não criou nenhum impacto no cenário nacional.

Um dado importante do período mencionado (década de 1960) era o momento histórico mundial marcado pela Guerra Fria e, no Brasil, assim como em muitos países da

¹¹Consultou-se o material disponibilizado nos sítios eletrônicos dos órgãos públicos federais, dentre eles: a Secretaria Nacional da Juventude, a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Realizou-se também uma busca sobre os decretos de lei e emendas constitucionais relacionados à juventude, por meio do acesso aos sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ainda foram consultados documentos oficiais disponibilizados em meio impresso pela Secretaria Nacional da Juventude, através do contato estabelecido pela entrevista realizada com o gestor público, colaborador com este trabalho. A listagem completa dos documentos analisados encontra-se no Anexo V.

¹²Na abordagem do histórico das políticas públicas para a juventude no estado de São Paulo, por não ter acesso a documentos que apresentassem a trajetória das ações neste segmento, utilizou-se dos dados obtidos na entrevista com a Coordenadoria Estadual da Juventude.

América Latina, viveram-se os anos de ditadura militar, entre as décadas de 1960 e 1980, período no qual as dimensões sobre direitos sociais não estavam na agenda do dia (GASPARI, 2002). Seguindo a lógica das políticas sociais em geral, não havia um enfoque sobre a juventude, embora já houvesse um movimento mundial para traçar diretrizes com a abordagem nesse grupo populacional.

Silva e Lopes (2009) apontam que, neste período da ditadura militar, poucos foram os avanços das políticas públicas para os jovens no país, pois não eram abordados como grupo específico e, ainda, as ações realizadas para as crianças e adolescentes, grupo no qual poderiam estar subentendidos, eram voltadas ao seu controle e estigma social. Um exemplo disto está na criação, em 1964, da “Política Nacional do Bem-Estar do Menor” e, por decorrência, da “Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor” (FUNABEM).

Sob a proposição de uma metodologia interdisciplinar, previam mudar comportamentos pela educação em reclusão, direcionando consequentemente crianças e adolescentes infratores, abandonados, provenientes das situações de pobreza para o complexo institucional, justificando a expansão dos atendimentos para os “menores” pobres e “perigosos”. Tal concepção foi atualizada, do ponto de vista legislativo, em 1979, com a revisão do Código de Menores, originalmente elaborado em 1927, formalizando a compreensão “biopsicossocial” e explicitando o estigma de adolescentes pobres como “menores” e delinquentes em potencial através da noção de “situação irregular” (SILVA; LOPES, 2009; LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006; MARCILIO, 1998; HOLANDA, 1990).

Essa situação foi sendo modificada no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando houve uma intensa mobilização em torno da democratização do Brasil e diversos movimentos sociais reivindicaram causas específicas, como o movimento pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Daí decorreu a inserção na Constituição Federal da prioridade nacional em torno da população infanto-juvenil, por meio do Artigo 227 (BRASIL, 1988), e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constituindo princípios para a garantia de direitos de todas as crianças e adolescentes e deveres do Estado e da sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) é um marco jurídico, pois, além de ser a primeira legislação latino-americana característica para a infância e a adolescência reconhecendo seu lugar de direito e de prioridade na sociedade

(MALFITANO, 2011), impulsionou a discussão sobre outros grupos populacionais, como a juventude, trazendo-os para a esfera pública.

É importante apontar que, no período referido, o termo “juventude” não correspondia a ações específicas para um determinado grupo, pois “adolescência” e “juventude” eram termos tidos como sinônimos. Estava vinculada ao termo adolescência uma compreensão que remetia a um campo de estudo das ciências médicas, psicológicas, representando o retrato de uma ciência positivista, racional e concreta (SILVA; LOPES, 2009; LEÓN, 2004).

Vale destacar que os termos empregados em determinadas épocas carregam historicidade e intencionalidade e precisam ser sempre abordados pelas vertentes sobre quando e o porquê de serem empregados. Aqui se opta pelo uso político do termo juventude e as ações feitas na esfera pública para com esse grupo populacional, na intencionalidade de evidenciar essa fase da vida e as ações políticas pensadas exclusivamente para atender as demandas juvenis.

Em se tratando especificamente da juventude, outros marcos da discussão mundial ganharam relevância na década de 1980, sobretudo pelo fim da Guerra Fria. No ano de 1985, a ONU institucionalizou o “Ano Internacional da Juventude”, com o subtítulo “Participação, Desenvolvimento e Paz”. A publicização desses temas se relacionava ao ápice da nova divisão internacional do trabalho, com o aprofundamento dos processos de globalização dos mercados, de desterritorialização dos processos produtivos e de flexibilização das relações de trabalho (NOVAES, 2012). A problemática da empregabilidade, que vinha projetada desde o fim da década de 1970, se associava a uma concepção da juventude compreendida pelo período de entrada na vida ativa ou, como alguns apontam, na vida adulta, o que ocasionou progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, transformando-a em categoria econômica (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Esse ano temático desenvolveu algumas ações no intuito de elencar as problemáticas e debater as questões acerca dessa população, como o Congresso Mundial da Juventude, em Barcelona, Espanha, e a Feira Mundial da Juventude na Jamaica (OIJ, 2013). As ações estabelecidas tiveram o caráter de valorizar mais a discussão entre os países para que cada um expusesse, separadamente, medidas que fossem economicamente favoráveis para os jovens. Como resultado, não apresentaram conceitos de relevância mundial que propusessem ações políticas generalizadas e efetivas, pois cada nação seguiu

trabalhando dentro dos seus aspectos de governabilidade. Porém trouxeram para a visibilidade de governos a temática.

O impacto desse ano se deu no Brasil por um plano estadual em São Paulo, no ano de 1986, e um em Minas Gerais, no ano de 1987, com a instituição dos primeiros Conselhos Estaduais de Juventude (BRASIL, 2011).

As avaliações feitas pelo governo no final da década de 1980 diziam não terem ocorrido mudanças efetivas para o enfrentamento das problemáticas da juventude no Brasil (BRASIL, 2011). Os indicadores sobre o desemprego juvenil continuavam elevados e acentuaram-se os processos de precarização social, fomentando a necessidade de políticas de inclusão (tanto assistenciais como de promoção social e econômica) para um patamar diferencial de integração na sociedade. Isso ocorreu juntamente com uma crise da ação do Estado, que se estendeu durante toda a década de 1990 e o início do novo século, vivendo uma predominância das políticas neoliberais, produzindo estratégias globais que visavam à manutenção da estabilidade política e à redução de conflitos que, em alguns momentos, camuflavam proposições de corte de gastos, pautadas pela lógica econômica (DRAIBE, 1993).

As referências à juventude brasileira nesta época ainda carregavam sua apatia e seu conservadorismo, em contraste com as gerações passadas, para a qual havia um imaginário de uma geração engajada, combativa e propositiva, principalmente ao se considerarem os movimentos ocorridos em 1968. Importante ressaltar que as pesquisas apontam um imaginário e não a realidade de toda a juventude da época, na medida em que a menor parte estava engajada em tais movimentos (SIRKIS, 2008).

Apesar da dita apatia, no de redemocratização, corporificado com o processo da constituinte, observaram-se algumas manifestações advindas da organização juvenil (SILVA; ANDRADE, 2009), por exemplo, a união de movimentos de juventude na campanha “Se liga 16”, em 1994, (BRASIL, 2011), que conseguiu recolher cerca de um milhão de assinaturas para legitimar o voto facultativo para jovens na faixa etária de 16 e 17 anos, conferindo um peso eleitoral à juventude brasileira frente a um novo ordenamento democrático.

Os documentos consultados (mencionados no anexo V) também apontam como marco o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992, então presidente do Brasil, impulsionado por jornadas de protestos de estudantes, em sua maioria secundaristas e universitários. Dessa forma, Silva e Andrade (2009) afirmam que as organizações juvenis

impulsionaram a participação ativa da sociedade civil na luta pela redemocratização e na construção de pautas no interior de muitos movimentos sociais.

Com a posse do então vice-presidente Itamar Franco, instituiu-se, em 13 de julho de 1993, a Semana Nacional do Jovem, através da lei nº 8.680 (BRASIL, 1993), que estabeleceu a realização anual desta semana, nos últimos sete dias do mês de setembro. Segundo o texto jurídico, durante este período os órgãos de comunicação do país deveriam reservar espaço para a publicação e a divulgação de matérias alusivas à juventude, e aos estabelecimentos de ensino de todos os níveis caberia desenvolver palestras, conferências, campanhas e concursos com a temática da juventude, sob diretrizes advindas dos Ministérios da Educação, Esporte e Cultura.

Estes foram então os passos iniciais e as sinalizações de institucionalização do tema no Brasil, promovendo uma movimentação de órgãos de juventude para levar o assunto ao centro da agenda das políticas públicas anos depois.

2.4. As estratégias, programas e debates para a institucionalização de uma agenda pública

A partir dos avanços realizados no período da redemocratização do país, a concepção pública de juventude foi moldada pelo desencadeamento de episódios de natureza violenta¹³, envolvendo jovens na segunda metade dos anos 1990. Aqueles fatos favoreceram a visibilidade da condição juvenil pela violência, quer fossem vistos como vítimas, quer como protagonistas dos atos (SPOSITO, 2007). Como consequência, trouxeram para a cena a demanda por políticas públicas para esse grupo, enfocando, principalmente, o “controle” da violência.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, em 1994, houve a execução de algumas propostas¹⁴, sobretudo em ações de efeito compensatório aos problemas socioeconômicos que atingiam a juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003). O retrato de ações que estejam sobre a ótica do controle está sobre uma concepção simplista

¹³ Ver nota 10.

¹⁴ Vale ressaltar que praticamente todos os serviços e programas planejados, tanto pelo Estado como por entidades da sociedade civil, adotaram como limite etário os 18 anos (ABRAMO, 2007), sobretudo na associação dos termos adolescência e juventude nas ações estabelecidas. Os jovens maiores de 18 anos ficaram fora do alcance das ações e dos debates sobre direitos e cidadania trazidos pelo ECA (SILVA; ANDRADE, 2009; MALFITANO, 2011).

de violência, que foca apenas no ato em si, perspectiva que infere sobre a juventude pobre, a partir de um discurso conservador e de sua culpabilização, sob uma organização do Estado para a realização do controle social que não visualiza as múltiplas causas e relações com uma estrutura de desigualdade social estabelecida (HEIN; CÁRDENAS, 2009).

Em 1995, a ONU celebrava os dez anos após o Ano Internacional da Juventude, propondo aos países-membros a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude (SILVA; ANDRADE, 2009). Houve como iniciativa da época a realização, em 1995, no Rio de Janeiro, do 1º Encontro Nacional de Técnicos da Juventude, promovido pela Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes), que se derivou em outras ações significativas:

[...] com a participação de especialistas e jovens de vários municípios brasileiros, no qual foi debatida e indicada uma proposta de formulação de Política Nacional da Juventude. Em 1997, dois anos depois, no âmbito do governo federal, criou-se uma assessoria específica de juventude vinculada ao gabinete do Ministro da Educação. Neste mesmo ano, constituiu-se a primeira articulação nacional de gestores de juventude de governos e prefeituras focada especificamente na promoção das PPJ [Políticas públicas para a juventude], a Organização Brasileira de Juventude (BRASIL, 2011, p.31).

Estas ações foram visualizadas como movimentos para a criação de uma agenda pública para a juventude formatada dentro do sistema político instaurado, requerendo órgãos específicos que se dedicassem exclusivamente às questões relativas à vida dos jovens. Nessa estrutura política, isso representaria a instituição de uma Coordenadoria ou uma Secretaria de Juventude, o que foi realmente efetivado somente quase dez anos depois do início das discussões no cenário brasileiro, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude.

Com o tema ganhando maior evidência, em 1998, contando com a participação de cerca de cinco mil jovens, e tornando-se o encontro de juventude mais amplo da década de 1990, foi realizado o 1º Festival Nacional de Juventude, em Brasília, promovido pelo governo do Distrito Federal, na gestão de Cristovam Buarque. A proposta do encontro foi de discussão, aprofundamento, elaboração e execução de políticas para a juventude (BRASIL, 2011). Como resultados, surgiram as bases do que se tornou o Fórum Nacional dos Movimentos e Organizações Juvenis¹⁵, oficializado em maio de 2004, sendo uma

¹⁵ Os princípios do FONAJUVES, segundo seu portal eletrônico, baseiam-se na promoção e no diálogo de atividades educativas, críticas e transformadoras orientadas pelo respeito às diversidades e construção coletiva de posicionamentos e consensos (FONAJUVES, 2013). Vale ressaltar que em 2010 o órgão foi eleito para a presidência do Conselho Nacional de Juventude.

organização apartidária de atuação em diferentes instâncias políticas com o objetivo de articular jovens de diferentes movimentos, redes, coletivos e organizações (FONAJUVES, 2013).

No estado de São Paulo, segundo entrevista realizada com o gestor, o período de 1995 a 1999 foi importante para as ações de juventude, dentro do governo de Mário Covas, pois, em 1997, foi reativado o Conselho Estadual de Juventude e criada a Secretaria de Juventude do Estado de São Paulo. O gestor não conseguiu detalhar ações que foram importantes sobre aquele momento e espaços institucionais.

Um ponto para se destacar neste período em âmbito federal, dentro das políticas estabelecidas no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi a criação do projeto “Centro da Juventude”, lançado pelo antigo Ministério da Assistência e Previdência Social. O serviço deveria funcionar com o objetivo de estabelecer conexões entre a oferta e a demanda, apoiando a juventude local na busca de soluções para seus problemas, tendo a informação, o esporte e a cultura como o tripé de sustentação da agenda de atividades (SPOSITO; CARRANO, 2003). Foram concebidos, então, para serem gradativamente de responsabilidade do governo local:

O projeto previa repasses financeiros decrescentes, ao longo de quatro anos, por parte da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) para determinado município ou estado, da ordem de 20 mil reais no primeiro ano, 15 mil reais no segundo ano, 10 mil no terceiro e 5 mil no quarto ano. Os repasses foram concebidos como estratégia de indução da auto-sustentabilidade progressiva do programa no âmbito local, ou ainda uma retirada progressiva da presença federal ante os municípios que adotaram essa política para a juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.27).

Por meio do projeto, alguns municípios brasileiros tiveram a criação de Centros da Juventude para a sua população, que, ao decorrer dos anos, foram se extinguindo ou sendo modificados devido à interrupção daquele financiamento e à execução de novas políticas. Isso ocorreu, segundo Carrano (2007), em pesquisa realizada junto aos coordenadores da juventude do município de Niterói (RJ), porque os responsáveis pelo programa no governo federal avaliaram negativamente a experiência nacional dos Centros de Juventude e resolveram interromper os repasses financeiros, deixando as cidades na delicada situação de decidir sobre a interrupção ou a continuidade do programa.

Assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelo início de uma projeção de agenda pública para a juventude, pois em sua gestão não houve nenhum órgão da administração federal que demonstrasse capacidade de concentrar e gerenciar as

informações acerca das ações políticas (SPOSITO; CARRANO, 2003), provocando uma descentralização no debate dentro aparelho governamental, não havendo nenhum ministério, nenhuma coordenação específica que fizesse este papel. Tal situação foi explicitada no levantamento das ações políticas deste período, feito por Sposito e Carrano (2003):

No primeiro mandato (1995-1998) foram criados seis programas. Entre 1999 e 2002 ocorreu a ativação de 18 programas para o setor, número significativo para o período estudado, representando uma verdadeira explosão da temática juventude e adolescência no plano federal ainda que esta tenha ocorrido num quadro de grande fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.22)

Os autores relatam que as primeiras ações e programas específicos, sobretudo com adolescentes, apareciam no interior da área da saúde e eram marcados pela prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), drogadição, acidentes de trânsito e gravidez precoce. Isso se deve ao paradigma estabelecido nas décadas de 1980 e 1990 para a adolescência e a juventude, o qual visualizava o jovem como um “problema”, sendo aplicadas medidas de efeito compensatório e de controle populacional para as questões acerca da violência, sexualidade, entre outras (SPOSITO; CARRANO, 2003; ABRAMO, 2005).

Em paralelo ao movimento governamental que não chegou a se estruturar como uma Política Nacional de Juventude, começaram a surgir organizações e grupos juvenis com representação em vários campos (entre eles cultural, esportivo, ambiental, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro) que pressionavam o poder público a reconhecer os problemas específicos que os afetavam e a formular políticas que contemplassem ações para além daquelas que apenas viam os jovens como sinônimos de problema (ABRAMO, 2005). Tais demandas emergiam da compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, definidos não por suas incompletudes ou desvios, mas por suas especificidades e necessidades, que deveriam ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas (SILVA; ANDRADE, 2009).

Os documentos oficiais (BRASIL, 2011) apontam que no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (início da década de 2000) houve o aprofundamento do debate na sociedade civil e nas universidades sobre a juventude como uma categoria que requer ação a partir da esfera pública. A Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2001, e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2002, constituíram os

primeiros Observatórios de Juventude em universidades brasileiras, e a Universidade Católica de Brasília, em parceria com a UNESCO, lançou o Observatório de Violência nas Escolas em 2004.

Sposito (2007) assinala a visibilidade que decorreu da expressiva ação da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e de outros atores desde 1997, realizando uma série de parcerias com o governo federal. Essas ações alcançaram rapidamente os meios de comunicação, ampliaram as repercussões dos diagnósticos realizados sobre a condição juvenil e abriram canais de legitimidade para a criação de projetos de intervenção, como também criaram a pauta da agenda política em torno dos jovens nos diferentes níveis de governo.

No ano de 2002, com o peso político das eleições para presidente e demais cargos, diversos movimentos de juventude, convocados pela Organização Brasileira de Juventude (OBJ), UNESCO e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reuniram-se no Rio de Janeiro para aprovação de uma carta de reivindicações denominada “Agenda Jovem 2002”, tendo como base as experiências das organizações e os consensos internacionais (BRASIL, 2011). Essa carta serviu como dispositivo para os três principais candidatos à presidência da república na ocasião apresentarem propostas específicas para a juventude em seus planos de governo.

Por tais abordagens, Sposito e Carrano (2003) afirmam que as políticas públicas não posicionavam o jovem como protagonista de seus atos e que, por consequência, não atingiam práticas efetivas que provocassem mudança e auxílio com medidas concretas frente às problemáticas. A constituição de uma agenda pública nacional em torno da juventude se deu com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (SPOSITO, 2007), quando um conjunto de instituições convocou um amplo seminário sobre a juventude, propondo intervenções públicas.

2.5. A criação de uma agenda pública para a juventude

Em paralelo às ações do Poder Executivo, o Poder Legislativo criou a Comissão Especial de Políticas para a Juventude (Cejuvente) em 2003, com papel significativo na constituição do panorama atual. No ano de 2004, em caráter experimental, realizou Audiências Públicas e Conferências Estaduais de Juventude, resultando, neste mesmo ano,

na primeira Conferência Nacional de Juventude, realizada pela Câmara dos Deputados Federais (BRASIL, 2011).

Este encontro ofertou subsídios para a criação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 394/2005, que alterou a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal (passando a se denominar “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”), modificando o artigo 227, para cuidar dos interesses da juventude. Essa emenda foi aprovada e promulgada em 2010 como Emenda Constitucional nº 65:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

[...]

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas. (BRASIL, 2010a, s/p.)

Consolida-se assim um marco para a implementação das políticas para a juventude no Brasil de forma e caráter institucional. Com isso, o governo federal buscou parceria com coletivos juvenis e organizações não governamentais (ONGs), como já havia apontado Sposito (2007), objetivando o envolvimento desses órgãos no plano de ação do Projeto Juventude¹⁶, tendo como meta redigir um documento contendo um diagnóstico

¹⁶Cabe mencionar que o Projeto Juventude foi redigido pelo “Instituto Cidadania” que, atualmente, é denominado de “Instituto Lula”. Este instituto foi responsável pela concepção dos projetos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva: Projeto Moradia (2000), Projeto Fome Zero (2001), Projeto Energia Elétrica (2002), Projeto Segurança Pública (2002), Projeto Reforma Política (2003), Projeto Juventude (2004), Projeto Política de Apoio ao Desenvolvimento Local (2006). O Projeto Juventude formalizou diversos levantamentos, dados, debates e pesquisas acerca das políticas para a juventude.

sobre os jovens brasileiros e uma proposta de diretrizes para a formulação de políticas públicas de juventude.

Os coletivos juvenis e as ONGs também tiveram uma importância na participação em diversas audiências na Câmara Federal, resultando na constituição de uma comissão parlamentar, que teve como meta a elaboração de uma proposta do Plano Nacional de Juventude. Após sua redação, estabeleceram objetivos e metas a serem alcançados pelos governos, o que, no ponto de vista do discurso presente nos documentos analisados (anexo V), observa-se como uma melhoria da projeção das condições de vida dos jovens brasileiros (BRASIL, 2007). Esse trabalho abriu a discussão em torno da possibilidade de que, alguns anos depois, se formataria em um novo instrumento legal: o “Estatuto da Juventude” (BRASIL, 2013a).

Entre as ações executadas no governo Lula, a primeira foi realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pela Lei nº 10.748 (BRASIL, 2003c), que instituiu o “Programa Primeiro Emprego”. Tinha como objetivo central o combate ao desemprego juvenil por meio de ações que estimulassem a contratação de jovens no mercado formal de trabalho, sendo o público-alvo com idade entre 16 e 24 anos, sem experiência de trabalho formal, provenientes de famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (que na época correspondia a aproximadamente R\$120,00) e que apresentassem baixos níveis de escolaridade (ANDRADE; RODRIGUES, 2008).

Nesse período, percebe-se na proposição de uma política de juventude um avanço efetivo do governo federal, principalmente pela procura por desenhos institucionais adequados que buscassem promover o desenvolvimento da agenda dentro do espaço do poder executivo.

Segundo documento elaborado pelo Grupo Interministerial, realizando um mapeamento dos programas federais existentes voltados para o segmento da juventude, foram identificadas 135 ações federais, vinculadas a 45 programas, sendo realizadas por 18 ministérios ou secretarias estaduais (SILVA; ANDRADE, 2009). As autoras ainda apontam que, do total de ações, apenas 19 eram específicas para o público jovem na faixa etária de 15 a 24 anos e que as outras 112, ainda que incidissem sobre os jovens, não se voltavam exclusivamente para esse público.

Por esse trabalho, o grupo identificou a frágil institucionalidade, a fragmentação e a superposição das ações políticas federais de juventude, sugerindo a urgente necessidade de criar uma instância de coordenação e articulação, que tivesse, entre outras atribuições, a de

combater o paralelismo e a fragmentação das ações federais dirigidas ao público jovem (SILVA; ANDRADE, 2009).

Como resultado, o governo federal, através de uma medida provisória apresentada no início de 2005, consolidada na Lei nº 11.129 de 30 de junho do mesmo ano, propôs a criação de dispositivos destinados aos jovens brasileiros de 15 a 29 anos, instituindo: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE); e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), (BRASIL, 2005a).

A Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, tem como função articular intersetorialmente as ações nacionais para a juventude (BRASIL, 2013d).

Segundo o discurso apresentado nos documentos oficiais analisados (anexo V), a agenda de governo para a juventude não se limita a um programa específico, apresentando-se as ações de forma transversal, pelas ações de vários Ministérios (BRASIL, 2011). Tal proposição se viabilizaria pela vinculação da SNJ à Secretaria Geral da Presidência da República, que tem uma facilidade em realizar a conversa entre as ações interministeriais. O desenho de uma Secretaria de Juventude não possuindo um “status” ministerial tornou-se uma estratégia para a articulação entre os Ministérios, visando à constituição de uma agenda pública da juventude.

A SNJ acompanha um movimento procedente do formato de administração adotado pelos governos de Lula e da atual gestão da presidenta Dilma Rousseff, que criaram secretarias que assegurassem a garantia de direitos a grupos populacionais e a execução de uma agenda pública federal específica. São exemplos em outras áreas: a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2003a; BRASIL, 2003b) e a Secretaria de Políticas para a Mulher (BRASIL, 2010b).

O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), criado a partir do decreto presidencial nº 5.490, tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção das políticas públicas para a população (BRASIL, 2005b), além de fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil (SPOSITO, 2007) e estabelecer o diálogo entre Poder Executivo, Poder Legislativo e a sociedade civil.

O CONJUVE tem como composição 60 membros, na proporção de 1/3 de representantes do poder público¹⁷ e 2/3 da sociedade civil, ou seja, 20 representantes do governo e 40 representantes da sociedade civil. Essa composição foi estruturada para que as ações sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), com o intuito de que a política juvenil se transforme, de fato, no Brasil, em uma política de Estado (BRASIL, 2005b).

A parcela da sociedade civil, que é maioria no CONJUVE, apresenta uma diversidade de atores sociais que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. O Conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os membros do Conselho são escolhidos para o mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade civil (BRASIL, 2007).

Cabe apontar que o CONJUVE foi criado a partir de uma iniciativa do governo federal e não da sociedade civil, o que revela a estratégia governamental para a criação de um aparato institucional para a juventude, mas não a assunção na esfera pública desse grupo populacional. No processo governamental, o mesmo decreto de lei estabeleceu a criação da SNJ concomitantemente com o CONJUVE e, ainda, a proposta do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem (BRASIL, 2005a). Essa articulação visava, segundo os documentos, consolidar a agenda pública de forma ampliada com diferentes componentes da estrutura política, ou seja, possuindo um órgão para execução da agenda, outro para sua representação e fiscalização, além de uma ação efetiva, como ponto de partida para sua implementação.

Dentro do decreto-lei nº 11.129, o governo federal estabelece como carro-chefe das ações para a juventude a execução do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens – Projovem (BRASIL, 2005a), uma proposta de caráter emergencial voltada para jovens de 15 a 29 anos excluídos da escola e do mercado de trabalho. Castro e Aquino (2008) discursam sobre a composição do programa e de seu formato:

¹⁷A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para os jovens; a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; além das associações de prefeitos (BRASIL, 2006).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi lançado para atender os jovens de 15 até 29 anos que estão fora da escola e não possuem formação profissional, buscando unificar e integrar as diversas ações governamentais voltadas para este público, além de ampliar seu escopo e cobertura. Por comportar uma população bastante ampla e heterogênea, o novo programa está concebido em quatro eixos, que visam atender diferenciadamente a quatro grupos de jovens: I) ProJovem Urbano, que ficará a cargo da Secretaria Geral da Presidência da República; II) ProJovem Campo, coordenado pelo Ministério da Educação; III) ProJovem Trabalhador, cuja responsabilidade é do Ministério do Trabalho e Emprego; e IV) ProJovem Adolescente, que será gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CASTRO; AQUINO, 2008, p.30).

Essas iniciativas resultaram, segundo o discurso apresentado nos documentos consultados (anexo V), em parcerias entre o governo federal, os estados e municípios no objetivo de ampliar o atendimento a um número maior de jovens, assegurando-lhes a reintegração à escola e a qualificação profissional, além da inserção em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer (BRASIL, 2006).

O Projovem contempla em seus âmbitos específicos a aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens, transferindo, em três das quatro modalidades do programa, o auxílio financeiro da ordem de R\$100,00 (valor vigente em 2014) para os jovens participantes.

Na direção da proposição da SNJ e do CONJUVE, em 2006 foi lançado um documento denominado “Política Nacional de Juventude” (NOVAES et al., 2006), sendo a primeira publicação do governo com esse nome, fruto dos debates iniciais dos atores políticos para a implementação de uma agenda pública, de emendas que se tornariam ações efetivas da SNJ. O documento traz uma análise das principais áreas elencadas como preocupação da Política, sendo elas: Desenvolvimento integral (educação, trabalho, cultura e tecnologias da informação); Qualidade de vida (meio ambiente, saúde, esporte e lazer); e Vida segura (valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos).

Além do Projovem, que foi apresentado na Lei nº 11.129, e do documento “Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas” (NOVAES et al., 2006), a SNJ publicou em 2006 um guia com os principais programas e projetos para a juventude no Brasil (BRASIL, 2006). Os projetos estavam ligados a diferentes ministérios (conforme apresentados na Tabela 2) e, em sua maioria, já estavam em execução, não tendo sido criados pela SNJ. O guia serviu para apresentar as ações que o governo elencava como direcionadas para a juventude e consonantes com os objetivos da SNJ.

Tabela 2. Programas e ações do governo federal para a juventude em 2006

Ministério	Programas	Definição
Ministério da Educação	Programa Brasil Alfabetizado	<i>Para jovens com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar</i>
	Programa Escola Aberta	<i>Com a finalidade de abrir as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio nos finais de semana para acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda</i>
	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	<i>Oferta de vagas para jovens a partir de 21 anos, em cursos profissionalizantes, que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular</i>
	Programa Universidade para Todos – ProUni	<i>Concede bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas</i>
	Programa Saberes da Terra	<i>Acesso e permanência dos agricultores familiares no sistema formal de ensino</i>
	Programa Escola de Fábrica	<i>Com a finalidade da inclusão de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação profissional oferecidos nas empresas</i>
	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio	<i>Expansão dos cursos profissionalizantes e de vagas para o ensino médio nas instituições federais</i>
	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio	<i>Distribuição de livros para os alunos do ensino médio de escolas públicas</i>
Ministério dos Esportes	Programa Bolsa-Atleta	<i>Garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contem com patrocínio da iniciativa privada</i>
	Programa Segundo Tempo	<i>Acesso à prática esportiva em período contrário ao turno escolar</i>
	Praças da Juventude	<i>Construção de espaços esportivos nos municípios. Em parceria com o Ministério da Justiça</i>
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Pronaf Jovem	<i>Programa Nacional de Agricultura Familiar voltado para filhos de agricultores, com idade entre 16 e 25 anos</i>
	Programa Nossa Primeira Terra	<i>Linha de financiamento voltada a jovens rurais para aquisição de imóveis e investimento em infraestrutura</i>
Ministério da Defesa	Projeto Rondon	<i>Objetivo de levar estudantes universitários para estágios em regiões menos favorecidas do país</i>
	Programa Soldado Cidadão	<i>Preparar o jovem egresso do serviço militar para o mercado de trabalho</i>
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Projeto Agente Jovem	<i>Oferta aos jovens de 15 a 17 anos, no horário contrário ao turno escolar, capacitação teórico-prática para a permanência do jovem no ensino e futura inserção no mercado de trabalho</i>
Ministério do Meio Ambiente	Programa Juventude e Meio Ambiente	<i>Incentivo ao debate sobre o tema entre os jovens de 15 a 29 anos para a formação de lideranças ambientalistas.</i>
Ministério do Trabalho e Emprego	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego	<i>Para jovens desempregados de 16 a 24 anos com a oferta de qualificação socioprofissional</i>
Ministério da Cultura	Programa Cultura Viva	<i>Propósito de potencializar iniciativas culturais já existentes como meio de acesso para todos os cidadãos</i>

(Fonte: BRASIL, 2006)

O enfrentamento da violência e da criminalidade também entrou na agenda pública em 2007 pela criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, ligado ao Ministério da Justiça. Com o objetivo de articular políticas de segurança com ações sociais tendo por público-alvo os profissionais de segurança pública e os jovens de 15 a 24 anos à “beira da criminalidade”, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei (BRASIL, 2007).

Os projetos e programas que estavam em execução em 2006 marcavam um conflito nas suas ações, uma vez que, advindos de diferentes Ministérios e iniciativas e, portanto, de diferentes concepções teórico-metodológicas originárias; não se caracterizavam por um traçado metodológico congruente, com diferenças visíveis em sua amplitude das práticas e em suas diferenças ideológicas. Tal fato criava dificuldades efetivas para que a Secretaria Nacional de Juventude exercesse sua função de articulação das ações em desenvolvimento.

Ainda é recente a projeção do legado que vem sendo construído pela SNJ e que já está consolidado para as futuras gestões do nível federal. Entretanto, vale destacar que ainda há um longo percurso até que possa se falar, efetivamente, em uma política pública que possibilite aos jovens o acesso aos seus direitos.

Em 2007, quando a Política Nacional de Juventude completava dois anos, o governo federal iniciou uma nova discussão para redesenhar tal política, que ainda estava presa a alguns vícios de criação (SILVA; ANDRADE, 2009), ou seja, ao paradigma do jovem como “problema”.

Assim os quatro principais desafios que se colocavam para a Política Nacional de Juventude em 2007 eram: I) ampliar o potencial de integração entre os programas emergenciais e destes com outro conjunto de ações consideradas mais estruturantes, vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura; II) aumentar a escala de atendimento dos programas emergenciais para todo o universo de jovens brasileiros considerados excluídos, compreendendo juventude a faixa etária entre 15 a 29 anos; III) otimizar recursos; e IV) aumentar a eficácia. (SILVA; ANDRADE, 2009, p.52)

Em conjunto a esta readequação, iniciou-se o processo de construção da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada entre 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília. Organizada pelo CONJUVE e pela SNJ, a conferência teve por objetivo criar um espaço de diálogo entre governo e sociedade civil, para ofertar subsídios para a consolidação das ações políticas para a juventude e a inclusão permanente do tema na agenda das políticas públicas do Estado Brasileiro (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009). Segundo as autoras, a Conferência mobilizou 400 mil pessoas em municípios e estados do

país, sendo recebidos 260 relatórios referentes a 841 Conferências Municipais e Regionais e 689 Conferências Livres e 26 relatórios de Conferências Estaduais (um por Estado), totalizando 4.492 propostas sintetizadas em 548 propostas-sínteses, distribuídas em 16 temas. A conferência contou com a participação de cerca 3.000 pessoas, entre delegados, imprensa, pesquisadores e convidados.

Desta conferência, um documento com 22 resoluções foi elaborado como prioridade para as ações com a juventude pelo poder público. Essas resoluções permearam áreas como a cultura, o trabalho, a participação política, além de colocar a necessidade do fortalecimento institucional, através de um marco legal, como o Plano Nacional da Juventude (BRASIL, 2013f).

Três anos após a primeira conferência, em 2011, já no primeiro ano de governo da presidenta Dilma Rousseff, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Juventude, que trouxe como temática “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil!”. Desta conferência não foram ainda disponibilizados dados quanto aos números de delegados, municípios e propostas. Foram, apenas, apresentadas as suas resoluções finais e moções.

Suas resoluções finais permeiam temáticas que estão em debate atualmente no país, como a destinação de 10% do PIB para a educação, o “passage livre” no transporte público para os estudantes, as políticas de cotas em diversos espaços; portanto, temas da ordem do dia em consonância com as necessidades dos jovens.

Porém, além de temáticas relacionadas à vida social juvenil, também estão sinalizadas, em suas resoluções, temáticas em que o debate é de responsabilidade de toda a sociedade civil, sob a justificativa de que a juventude não está alheia aos outros movimentos (BRASIL, 2013a). Como exemplo disso: uma resolução no eixo saúde da conferência trata da redução da jornada de trabalho para os servidores da saúde; outro exemplo está no eixo de cultura, que aborda em uma resolução a questão de cotas para a produção nacional nos veículos de mídia (cinema, rádio, televisão) (BRASIL, 2013b).

O uso do espaço da Conferência Nacional da Juventude por atores que promovem a interface das temáticas e que, por sua vez, também militam em outros espaços de temáticas específicas (como a Conferência Nacional da Saúde, Conferência Nacional da Cultura, por exemplo) é tido como uma ação estratégica para fortalecer e conseguir uma ampla divulgação de seus projetos, mas que não dizem diretamente sobre ações efetivas para o público juvenil.

É necessário refletir sobre a construção de espaços públicos, dentro das premissas propostas pelos órgãos federais administrativos para a juventude (SNJ e CONJUVE), para que as conferências possam trazer, em suas resoluções, debates reais daquilo que de fato poderá incidir na vida do jovem. As interfaces são importantes, porém devem ser realizadas em outros contextos e não em espaços tão específicos como o da Conferência Nacional da Juventude. Esse fórum deveria legitimar a discussão da juventude e seus direitos, debatendo o que, efetivamente, será responsabilidade coletiva na sociedade brasileira em relação à população juvenil.

Os gestores da política apontam que a realização das Conferências é resultado principalmente da institucionalização dos órgãos nacionais voltados para a juventude que realizam e efetivam os assuntos determinantes desta população. Ainda não há, por questões de temporalidade em que estas conferências foram realizadas, como definir se o que foi decidido como necessidades e colocado no documento final destes encontros torna-se metas e ações efetivas para o governo federal.

O que se pode perceber é uma continuidade do trabalho iniciado no governo Lula, na gestão da presidenta Dilma Rousseff, que, além da realização da 2ª conferência, trouxe uma continuidade aos programas já implantados, promovendo a reestruturação do Projovem e criando novos programas com execução da SNJ, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3. Programas e ações criados pela SNJ a partir de 2012

Programas	Objetivos
Plano “Juventude Viva”	<i>Incorpora a dimensão preventiva da violência sofrida pela população negra, articulando políticas sociais em diversos campos no combate às desigualdades raciais e na garantia dos direitos humanos.</i>
Programa “Estação Juventude”	<i>Ampliar o acesso ao jovem, ofertando tecnologias sociais para o desenvolvimento de locais permanentes para a juventude.</i>
Participatório – Observatório Participativo da Juventude	<i>Espaço virtual, inspirado nas redes sociais, voltado à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com participação e mobilização social.</i>
Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para a Geração de Renda da Juventude Rural	<i>Promover ações que estimulem a produção agroecológica e as práticas de geração de renda agrícola e não agrícola sustentáveis.</i>

(Fonte: BRASIL, 2013e)

A concepção do projeto “Estação Juventude” compreende a criação de equipamentos socioculturais a partir de uma ação conjunta com municípios e estados, no

intuito de criar espaços e serviços nos quais se realizem a interlocução do jovem com o seu território em aspectos socioeducativos. O projeto se assemelha aos objetivos propostos pelos Centros da Juventude, planejado na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que propõem entender a consonância destes espaços com a política nacional estabelecida, valendo então a ressalva de que os Centros da Juventude não estão inseridos nos documentos oficiais redigidos pela SNJ.

O Centro da Juventude é citado apenas na cartilha “Orientações Técnicas do CRAS”¹⁸ (BRASIL, 2009) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste documento o Centro da Juventude é apontado como um “equipamento social” (p.19) da rede de proteção social básica, que realiza ações com os jovens de determinado território de abrangência do CRAS. A informação é importante no momento em que a discussão e efetivação das ações nos municípios analisados pela presente dissertação apontam para essa perspectiva.

Além da implantação destes programas, desde o ano de 2005 até 2013, a mais recente aposta da gestão como proposição política é o Estatuto da Juventude, que foi sancionado pela presidenta em 5 de julho de 2013. O Estatuto tem por objetivo instituir os direitos dos jovens trazendo os princípios e diretrizes para as ações políticas nacionais na juventude, divididos em 11 seções: I – Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; II – Direito à Educação; III – Direito à Profissionalização, Trabalho e à Renda; IV – Direito à Diversidade e à Igualdade; V – Direito à Saúde; VI – Direito à Cultura; VII – Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; VIII – Direito ao Desporto e ao Lazer; IX – Direito ao Território e à Mobilidade; X – Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; XI – Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça (BRASIL, 2013a).

Igualmente, a mesma lei do estatuto instituiu o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve (BRASIL, 2013a), com a finalidade de articular uma rede de informações entre municípios, estados e a União para consolidação de conselhos e das políticas públicas.

Por ser um documento muito recente, as primeiras impressões são de uma aposta da atual gestão na implementação da Política para a Juventude a partir do princípio de direito ao acesso às políticas públicas, como um norteador para a efetuação de novas propostas. Evidentemente é preciso considerar, também, o fato de ser um dispositivo que auxilia no

¹⁸CRAS é a sigla para os Centros de Referência em Assistência Social, equipamentos sociais que servem de referência à atenção básica para assistência social e serviços sociais. Foram implantados a partir da Política Nacional de Assistência Social, que criou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005.

debate para próximas campanhas eleitorais para a presidência, assunto da pauta política no momento, por exemplo.

O que se percebe nas notícias veiculadas pela mídia a respeito do novo Estatuto é o foco em artigos mais polêmicos, como a questão da “meia-entrada” para estudantes em eventos artísticos e esportivos e seu recorte para beneficiar jovens cuja família recebe o “bolsa-família”, por exemplo. O debate produzido pela grande mídia não está focado na compreensão do aporte legislativo como um instrumento que possa vir a assegurar os direitos para a juventude.

A defesa de desenhos institucionais específicos para a gestão das ações políticas para juventude reuniu atores importantes nos últimos anos, apresentando consensos que orientaram os debates e algumas ações no nível federal (SPOSITO, 2007). O Estatuto da Juventude tem a finalidade de assegurar direitos aos jovens do país, porém, mesmo pretendendo ser universal, apresenta em seus artigos uma preocupação legítima com os jovens de baixa renda, como se percebe em:

[...]

Seção II: Do direito à educação

Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

[...]

Seção IX: Do direito ao território e a mobilidade

[...]

Art. 32. No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica:

- I - a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para jovens de baixa renda;
- II - a reserva de 2 (duas) vagas por veículo com desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os jovens de baixa renda, a serem utilizadas após esgotadas as vagas previstas no inciso I. (BRASIL, 2013a).

O desenho institucional dos programas elaborados pelo governo federal imprimem sua lógica de governabilidade de modo mais nítido, demonstrando os mecanismos

institucionais que entram em ação no interior dos poderes Legislativo e Executivo (SPOSITO, 2007).

Com isso, as ações políticas para a juventude no Brasil estão relacionadas com as políticas sociais em vigência, com ações projetadas para recorte populacional da pobreza. Do ponto de vista institucional, este formato é interessante, pois assim ações partem de um mesmo pressuposto e conseguem realizar um diálogo mais fácil, mas, do ponto de vista de criar uma política universal, o recorte ainda não é bem compreendido.

Com relação ao estado de São Paulo, na entrevista com o gestor, afirmou-se que a formulação de um órgão institucional para a juventude ocorreu em meados dos anos 2000 com a criação da Secretaria de Juventude, Esportes e Lazer. Este desenho foi remodelado por uma reforma ocorrida em 2007 no governo, extinguindo a Secretaria anterior e criando a Coordenadoria de Programas para a Juventude, atrelada à Secretaria de Relações Institucionais do Estado de São Paulo. A coordenadoria foi alterada novamente em 2011, quando foi extinta, e a pasta da juventude retornou compondo a então Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude. Por esse histórico é possível perceber que as ações para a juventude no estado de São Paulo não possuem uma linearidade na sua construção, mudando suas estratégias em um curto espaço de tempo e não efetivando uma pauta significativa dessas ações no decorrer dos anos, segundo o que foi apresentado pelo gestor.

A falta de informações, devido à não disponibilidade dos documentos do estado, contando somente com a entrevista com o gestor da coordenadoria, ocasionou também uma análise superficial dos marcos histórico no âmbito estadual.

Contudo, a entrada na agenda federal da juventude com a institucionalização de um órgão como a Secretária Nacional da Juventude demonstra um grande avanço nas ações políticas em termos de representatividade da população alvo na agenda política. Porém os programas que chegam aos municípios estão focalizados para jovens pobres, demonstrando que o discurso de universalização das políticas públicas para a juventude, não é efetivado pelas práticas realizadas atualmente.

2.6. Juventude e os recortes de classes sociais estabelecidos

Um aspecto importante de ser definido é a classe social, pois as ações políticas implementadas pelos diferentes âmbitos de governo analisados trazem este aspecto como

estruturante de suas ações. Tal fato está ligado à organização socioeconômica capitalista da sociedade ocidental, o que define as possibilidades de vivência da juventude contemporânea (MALFITANO 2008):

As diferenças entre as juventudes passam, também, pelas classes sociais, pela desigualdade socioeconômica, pelo acesso aos direitos, pela diferenciação cultural de alguns grupos, dentre outros muitos elementos. Notadamente no Brasil, mas não só, pertencer a uma classe desfavorecida economicamente, determina mesmo que não totalmente, alguns grupos de jovens e suas possibilidades de inserção na sociedade. (MALFITANO, 2008, p.13).

Portanto, classe social significa pensar não somente pela categoria econômica, mas também pela dimensão sociocultural que representa os mecanismos organizativos do cotidiano, submissão e resistência, observados pelos comportamentos, modos de vida, linguagem, entre outros aspectos (BOURDIEU, 1996).

Pelo retrato apresentado perante os conceitos trazidos, um ponto importante de ser debatido é o que os gestores vem denominando como as problemáticas deste grupo populacional.

Desde quando eu era jovem muita coisa mudou. Eu vejo que no jovem existia essa coisa da presença dos pais, que têm papel fundamental na formação deste filho, hoje os pais se perderam na educação destes filhos, não estão sabendo o que fazer. Tenho aprendido muito, pois não trabalhava com essa demanda anteriormente. (Coordenador de Centro da Juventude 1)

Estamos muito preocupados com essa questão das drogas, do tráfico, que é muito difícil a gente concorrer com isso e trazer esse adolescente. Talvez em linhas gerais é uma situação que não é do município, é uma situação do Brasil, onde está tendo muitas discussões, muito encaminhamentos e é tentar correr um pouco na frente, porque, assim, acho que a situação está muito crítica. (Gestor público municipal 2)

Estes discurso retratam um julgamento moral implícito que é estabelecido na sociedade civil como um todo, isso fica explícito quando, por exemplo, o Coordenador do Centro da Juventude aponta uma possível “desorientação” da família sobre a educação dos jovens, e também pelo que é trazido pelo gestor público municipal sobre a questão das drogas em relação com o que é ofertado nos espaços públicos projetados para a juventude. De forma recorrente, justificam o trabalho efetuado na gestão pública para a juventude, dentro de temáticas como família, violência, drogas, pois existe apelo da urgência de ação frente à resolução dessas problemáticas.

Sobretudo, de acordo com os trechos, os gestores apontam problemáticas que visualizam como desafios para o trabalho realizado nos seus espaços de representação, nos

Centros da Juventude ou nas secretarias municipais, dentro de um enfrentamento real das problemáticas. O que pode se perceber pelos exemplos trazidos pelos gestores nas entrevistas é que estes espaços não possuem ações efetivas para as situações mais complexas.

O trabalho realizado pelos Centros da Juventude, e também pelas secretarias e coordenadorias específicas, está pautado basicamente por ações socioeducativas, que enfocam diretamente a prevenção e não a resolução das questões. Sposito (2007) destaca, na análise de outras experiências dessa natureza, que o trabalho pouco oferece de fato melhores condições de projeções futuras, atuando sobre uma vocação “presentista”, traduzida pela mera ocupação do tempo livre dos jovens (p.22).

Os Centros da Juventude atendem uma demanda que é a juventude pobre dos seus municípios e que estão em um contexto de vulnerabilidade social:

A população que nós atendemos dentro do Centro da Juventude, dentro dos coletivos do ProJovem, é a população carente, não temos como fugir deste recorte, nosso trabalho é com aqueles que não tiveram oportunidade e precisam de ajuda para pensarem em um futuro melhor. (Gestor público municipal 4)

O conceito de classe social está intrínseco no discurso dos gestores, dado pelo recorte populacional do trabalho realizado pelos CJs. No caso dos municípios, o recorte de classe fica evidente, pelo território de alocação do Centro da Juventude, ou seja, a pasta da assistência social, que lida com jovens em situação de vulnerabilidade social, cotidianamente:

O jovem de baixa renda, ele tem se tornado presa fácil de uma sociedade bastante desigual, de uma sociedade bastante perversa. Existe uma cobrança, uma crise da sua parte de identidade e o jovem acaba sendo, nesse caso de vulnerabilidade, presa fácil, e numa sociedade de consumo, uma sociedade que vulnerabiliza bastante o jovem... Acho que é ao mesmo tempo uma fase efervescente da vida, aflora muitas coisas, muitas possibilidades, eu também vejo como uma fase muito difícil. O mundo que se apresenta hoje é infinitamente mais cruel com esse jovem. (Conselheiro Municipal de Juventude)

Tais pressupostos marcam, sobretudo, a realidade que os serviços possuem e o direcionamento aos jovens pobres. Com isso, a interface com a violência emerge nas falas sobre essa população, entretanto é preciso contextualizá-la como se compo de práticas socialmente produzidas, culturalmente aceitáveis e que violam, notoriamente, direitos sociais. Assim, demonstram um viés de classe instituído no qual é estabelecida uma relação direta entre periculosidade e classe social, constituindo uma “cultura” que estigmatiza essa população (LOPES et. al, 2008).

Além da realidade vivenciada nos municípios, os documentos oficiais que norteiam as políticas trazem o debate sobre classe social, abrangendo questões para além da pobreza:

O recorte de classe é fundamental para compreender não apenas o impacto da pobreza e da desigualdade social sobre as vidas dos/das jovens, mas também desigualdades frutos das relações de gênero, raça, orientação sexual, deficiência, local e região de moradia etc., uma vez que a condição de pobreza influencia as demais (na realidade as condições de vulnerabilidade se influenciam mutuamente) (BRASIL, 2006, p. 87).

A relação entre as diferentes formas de desigualdade retrata a compreensão das linguagens e dinâmicas trazidas pela condição de vida dos jovens pobres, que devem ser entendidas não a partir de seus códigos de transgressão ou de desvio, mas sim pela busca de novas saídas efetivas para estas questões. Os aspectos da desigualdade social tornam-se grandes alavancas das ações políticas, porém colocam em dúvida o discurso realizado sobre a abrangência das políticas para a juventude.

Por mais que haja a predominância de um discurso sobre a universalização da política para toda a juventude brasileira, fica o questionamento se as ações são realmente projetadas para todos os jovens no Brasil.

Uma contradição vista nos municípios que participaram desta pesquisa é o fato das políticas para a juventude serem executadas, majoritariamente, pela pasta da assistência social, demonstrando um recorte para as ações desenvolvidas. Trata-se de uma escolha, a priori, que não deve ser classificada como negativa em si, pelo contrário, aponta para o desafio de concretização de uma política de assistência social que seja respeitosa com relação às diferenças e que pautar o acesso à renda como elemento intrínseco ao debate da questão juvenil, todavia tal princípio se contrapõe a projeção do que se assume nacionalmente enquanto política universal ou ação para todos.

Sabe-se também que não é do interesse, por exemplo, da elite juvenil ter acesso a estas determinadas políticas que estão sendo efetuadas especificamente pelos órgãos do governo para grupos juvenis. A elite juvenil tem o interesse em acessar outros espaços, como, por exemplo, a universidade pública brasileira, não existindo mesmo assim a percepção de que esses locais (universidade, entre outros) são também um espaço público provedor de serviços em uma diferente esfera e instância.

Com exceção daqueles serviços considerados pela sociedade como de excelência e pouco ocupados pelo mercado, o jogo econômico estabelecido para as populações jovens de classes média e alta leva para a lógica da aquisição de um serviço a partir da compra,

sendo este oferecido por uma instituição privada, corroborando com uma descrença nos serviços públicos e a replicação da ideia de sua deterioração, frente a população mais pobre (DRAIBE, 1993). Isto pode ocasionar uma “segmentação da cidadania”, com relações preconceituosas e pejorativas destinadas aos “pobres”, criando uma duplicidade da política social: uma política para pobres (em geral uma pobre política) ao lado de uma política para ricos (em geral, rica, sofisticada e muitas vezes também financiada com recursos públicos) (DRAIBE, 1993, p.100).

Os Centros da Juventude analisados por esta pesquisa estão por sua vez alocados na política de assistência social, o que levanta a hipótese de que os jovens estão naqueles espaços por não possuir alternativas. Ainda, vale questionar o quanto as ações desenvolvidas nesse tipo de local visualizam projeções pessoais futuras para os jovens.

Pela crise do mundo do trabalho formal na sociedade contemporânea (CASTEL, 2002), a concepção de juventude perante a agenda pública vem sendo construída com enfoque na inserção do jovem dentro do sistema econômico, assim como estão sendo construídas outras políticas sociais no Brasil (como, por exemplo, as políticas de assistência social) no decorrer dos últimos anos:

A juventude, em sua maioria, é uma população economicamente ativa, que se encontra numa fase da vida em que há disputa de valores, ideias e concepções de vida, estando muito latente frente a outras fases, então é uma fase da vida que começou a ser vista de maneira estratégica por outras políticas para além das políticas de juventudes. (Gestor da Secretaria Nacional da Juventude)

As políticas para a juventude culminam no discurso feito sobre os aspectos de apontar o jovem como provedor de seus atos, possibilitando certa autonomia, mesmo que ainda seja tutelada pelas ações governamentais:

O eixo que está orientando nossa abordagem é o eixo da promoção da autonomia e da emancipação deste jovem. A ideia das políticas públicas para a juventude é como você pode dar um suporte para estas trajetórias, não só do ponto de vista da proteção, mas dessa da autonomia e dessa emancipação do jovem. (Gestor da Secretária Nacional da Juventude)

Esta referência nos leva à reflexão de como vem sendo programada pelo governo a inserção dos jovens como grupo populacional nas políticas de Estado e qual o posicionamento do governo em relação a isso. A questão que se levanta neste ponto é sobre o porquê do investimento em efetivar a juventude como um grupo populacional amparado de direitos específicos?

Esse questionamento leva à reflexão sobre a setorização das políticas sociais que são concebidas para a juventude, uma vez que são destinadas a determinados tipos de realidades, criando, na verdade, políticas de governo e não políticas públicas (KERBAUY, 2005).

Importante ressaltar que o histórico das ações voltadas para a juventude foi sendo estabelecido, originalmente, em ações realizadas pelo setor da Assistência Social, cunhando uma marca nas políticas voltadas para essa população. Dessa forma, até hoje, enfrenta-se o reflexo desse processo, sendo que os investimentos em ações para aqueles que se encontram em uma situação de maior defasagem econômica, juntamente com a necessidade de uma política universal, tendo como princípio, o debate contemporâneo sobre juventude e direitos; permanece na ordem do dia.

Concluindo os apontamentos sobre o percurso apontado na literatura, a partir dos autores que se debruçam sobre o tema (SPOSITO; CARRANO, 2003; SPOSITO, 2007; NOVAES et al., 2006, SILVA; ANDRADE, 2009; ANDRADE; RODRIGUES, 2011), podemos afirmar que houve um avanço, principalmente em um desenho institucional dentro da agenda pública de governo. A criação dos espaços institucionais para a juventude (SNJ e CONJUVE) foi uma mudança significativa na agenda política.

A execução das ações realizadas dentro deste desenho político precisa estar em constante debate para modificações e resoluções necessárias. As ações práticas vão trazendo uma construção gradativa da agenda em torno do tema da juventude, promovendo o debate de modo significativo com a concorrência desses fatores conjunturais que ocuparam a mídia e o debate público (SPOSITO, 2007). As políticas estabelecidas atualmente retratam um formato de governo e suas prioridades.

Mesmo com o avanço da institucionalidade da agenda pública para a juventude no Brasil, é preciso atentar para a discussão acerca do orçamento destinado a tais políticas e sua efetiva viabilidade. Atualmente, observa-se um recorte de classe social predominante, ou seja, as ações são focadas para grupos juvenis mais vulneráveis socialmente, na medida em que não há a ascensão de todos aqueles que poderiam se beneficiar das políticas. Essas proposições precisam ser visualizadas como estratégias de um determinado governo, com a preocupação e a análise para a criação da institucionalidade de tais ações ao longo dos próximos anos.

Projetar uma perspectiva longitudinal dentro do que vem sendo consolidado implica expandir as políticas nos aspectos intersetoriais do governo, destinar efetivamente

orçamento para sua execução, provocando a implementação efetiva das ações projetadas nos diferentes níveis políticos, atentando para uma real garantia de direitos da população juvenil. Ainda não há como avaliar os benefícios que o Estatuto da Juventude pode trazer para a população do país, porém é preciso que se debata a assunção da demanda na esfera pública social.

As Políticas Públicas para a Juventude no Brasil, como apontam Castro e Aquino (2008), devem continuar na ampliação da proposta da Política Nacional de Juventude para todos os segmentos que compõem a juventude, integrando programas emergenciais com os programas universais e observando a importância de olhar o jovem sob a ótica de direitos, como sujeito de um direito específico, considerando as suas especificidades e a integralidade de suas demandas.

3. Centro da Juventude: entre o discurso, as ações e as interfaces

3.1. Entre os conceitos, terminologias e discursos

Um ponto recorrente nas entrevistas foi a denominação do grupo em tela. As diferentes nomeações que os gestores atribuíram aos jovens podem representar um imaginário acerca desse grupo populacional e, conseqüentemente, a implicação política das diretrizes formuladas para atingi-los.

A respeito dos aspectos terminológicos, foi recorrente no discurso dos entrevistados a confluência de termos que explicassem para quem é a política. Não foi comum a todos os gestores denominar suas ações como para a “juventude” ou aos “jovens”. Termos como “adolescência” e “meninos” também apareceram e refletem a construção histórica e as proposições diretas estabelecidas para esse público.

Os documentos oficiais analisados trazem uma conceituação uniforme para a juventude, como um grupo social, caracterizado por uma determinada faixa etária (BRASIL, 2006). As entrevistas com os gestores não apresentaram a mesma linearidade, sendo que, dependendo do nível governamental da gestão, os conceitos se apresentavam contraditórios e confusos. Assim, levanta-se o questionamento a respeito dos interesses e razões para tal embaralhado de termos. Se nos documentos que norteiam a política o termo usado é juventude, por que as ações práticas implicam diferentes denominações ao trabalho realizado?

A finalidade aqui não é apontar as problemáticas que trazem estas denominações ou indicar um termo “correto” para utilização na gestão pública, mas sim levantar um questionamento frente às implicações que acarretam o uso de determinadas terminologias. Parte-se do princípio de que a terminologia é uma linguagem carregada de valores e sentidos e que tem implicações nas ações efetivadas.

Nos espaços onde o discurso sobre a política estava focado na juventude, como no caso da Secretaria Nacional da Juventude e da Coordenadoria Estadual da Juventude do Estado de São Paulo, a construção da terminologia usada abarcava conceitos específicos de juventude. Uma das possíveis explicações para isso pode estar relacionada com o fato de tais órgãos serem os reguladores das ações políticas ligadas a esta população no Brasil, podendo se apropriar das denominações mais pertinentes e em uso nestes espaços:

O que tentamos construir para a concepção da Política Nacional da Juventude, por meio de avaliações que realizamos, é que o eixo da política da juventude é diferente do eixo da política de criança e adolescente, sobre diferentes aspectos. (Gestor da Secretaria Nacional da Juventude)

A mesma perspectiva é encontrada nos documentos oficiais, que apontam as diretrizes das políticas para a juventude no país:

É considerado jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. No entanto, a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso por opção ou por origem em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências (BRASIL, 2006, p.5).

O que os documentos oficiais apresentam como compreensão de juventude vão ao encontro do debate acerca das proposições etárias e para além delas (BOURDIEU, 1983; MARGULIS; URRESTI, 1998; MANNHEIN, 1973), pois entendem a faixa etária ser um recorte necessário para a elaboração de políticas, ao mesmo tempo em que não se limitam a ela.

Aproximando-se das instâncias municipais, esta marcação terminológica vai se confundindo com outras populações. Tal fato pode estar relacionado com o histórico político do local nas ações para a juventude, as quais podem vir sendo realizadas em conjunto com outros grupos, como, por exemplo, crianças e adolescentes.

A nomenclatura usada levanta dúvidas sobre a existência de uma confusão sobre as abordagens que são realizadas através das ações políticas tanto para jovens quanto para adolescentes e crianças. Entretanto, sabe-se que um parâmetro está na apreensão do discurso, e outro na prática realizada nesses espaços.

Ainda podemos pensar na hipótese de as ações consideradas para a juventude, serem na verdade voltadas para outros grupos populacionais. Isso vai revelando como o município foi costurando suas políticas para a juventude durante a construção de ações focadas em determinadas populações, como, por exemplo, nos âmbitos econômicos e de financiamento de ações.

Para melhor exemplificar este aspecto, trago, em um excerto de uma entrevista, o retrato sobre a forma de funcionamento dos Centros da Juventude de um dos municípios estudados, demonstrando as abordagens que eram realizadas pelas demandas que surgiram:

O projeto do Centro da Juventude atende em horário complementar da escola, e a princípio seria a partir de 12 anos, mas só que a quantidade de crianças de 8 a 12 anos é muito grande no local, então atendemos a partir de 8 anos mesmo. Então eles chegam lá às 7 da manhã, tomam café e 7h30 eles vão para as atividades, 11 horas essas atividades acabam e eles almoçam 11h30, saem de lá, vão para suas casas, para entrarem à tarde na escola. (Gestor público municipal 1)

A descrição traz algo peculiar, que é a entrada das crianças/adolescentes no serviço, demonstrando que a concepção deste não foi para a juventude; ele carrega a denominação de Centro da Juventude, porém traz nas suas ações o recorte para crianças e pré-adolescentes.

Outra peculiaridade neste exemplo importante de ser questionada é a condicionalidade destas crianças/adolescentes estarem no serviço mediante a presença na escola em período contraturno, observando-se que, segundo o gestor, não existe nenhuma relação entre as atividades escolares e as práticas realizadas no Centro da Juventude.

O que se sinaliza aqui é um paralelismo entre as atividades não convencionais de caráter socioeducativo e as práticas escolares formais, algo desarticulado da prática educativa da escola pública, instituição à qual está relacionado a essa população, de modo a estabelecer uma precariedade na relação destes espaços (SPOSITO, 2006). As atividades escolares, realizadas com uma população que não é foco para um Centro da Juventude se distanciam da perspectiva de consolidar uma agenda pública para a juventude naquele município.

Dessa forma, percebe-se que a obrigatoriedade das atividades ofertadas não responde a uma interface promovida por essas ações, pelo contrário, demonstra apenas que são impostas por outros fatores que não possuem uma reflexão sobre o que isso vem implicar sobre a população.

A mistura de termos entre adolescência e juventude pode ter filiação à questão de uma fase comum entre as duas etapas. Segundo a Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2006), por uma padronização internacional, a juventude pode ser dividida em três subcategorias: jovem-adolescente, de 15 a 18 anos; jovem-jovem, de 19 a 24 anos e jovem adulto, de 25 a 29 anos.

Percebe-se, no discurso de alguns gestores, a projeção política apenas dos “jovens adolescentes”. Entretanto, na relação entre a implementação de ações e sua nomeação, ganham o título de “políticas para a juventude”. Este aspecto é revelado nos discursos, demonstrando a quem efetivamente se direciona determinadas ações:

*Gostaríamos que estes **adolescentes** fossem atraídos com as ofertas que temos de atividades no Centro da Juventude, se conseguirmos dar conta de estar neste período de desenvolvimento que é da **adolescência** para ter uma melhor qualidade de vida, etc. (Gestor público municipal 2, grifo meu)*

Discutir o termo é importante, pois essa junção entre infância, adolescência e juventude, relatada pelos gestores e profissionais nos âmbitos municipais, pouco auxilia na construção de políticas específicas. De fato, promovem indiretamente o destaque para grupos populacionais que já são (ou deveriam ser) atendidos, como a infância e a adolescência. Fica evidente que a juventude é pouco contemplada pelas ações que se dizem direcionadas para ela, ficando a questão: há a assunção pública, no nível da gestão local, desse grupo populacional?

Vale destacar que não estou julgando a natureza ou mesmo a necessidade do trabalho realizado frente ao público infantil e adolescente, pois certamente possui uma relevância nos municípios. Porém, especificamente sobre a juventude, segundo a qual essas ações são intituladas, possuem falhas na sua concepção e teoria, uma vez que o discurso com uso de terminologias diferentes não deixa claro para quem são determinados espaços, se são para crianças, adolescentes ou jovens.

A confusão de termos demonstra que o foco pode estar em outras populações que não a juventude. Denominar as ações estabelecidas nos Centros da Juventude para crianças e adolescentes, não realiza uma interface com a Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2006), deixando claro que existe uma priorização de outras faixas etárias.

Nas instâncias políticas mais amplas, como o caso da SNJ e da Coordenadoria Estadual, a abordagem com estes grupos também é sinalizada como uma problemática para efetivação das políticas para a juventude:

Inclusive isso é um debate polêmico dentro dos municípios na questão da política da criança e adolescente, que chama da doutrina da proteção integral, você considerar essa população de criança e adolescente com certa vulnerabilidade, você parte da concepção que essa fase de desenvolvimento especial do ser humano demanda uma proteção integral do Estado, da família e da sociedade, no caso da juventude, apesar de também determinadas faixas dos jovens estar em condição de vulnerabilidade ou demandar políticas de proteção social, de uma maneira mais ampla. (Gestor da Secretaria Nacional da Juventude)

A questão aqui colocada, perante o trabalho realizado nas cidades, vem no intuito de apontar como foram as construções coletivas da temática nesses espaços, não pelo intuito de apontar o quanto os gestores entrevistados estavam ou não engajados com a

construção das políticas, mas sim levantando a reflexão de o quanto os aspectos da terminologia entram em debate ou não.

Coloco em destaque que havia uma diferença significativa no perfil dos gestores inseridos nos órgãos da administração pública, tanto nos âmbitos federal e estadual, como aqueles ligados diretamente a órgãos de planejamento das ações de juventude nos municípios, conforme apresentado na Tabela 1. Ali se fazem presentes, também, gestores mais jovens, demonstrando o jogo institucional de ter um jovem na representação das instâncias políticas para essa população, mesmo que estes não estejam lá prioritariamente para defender pautas da juventude, pois os jovens que ocupam esses cargos possuem uma trajetória nos movimentos estudantis secundaristas e costumam estar inseridos nas juventudes partidárias. O engajamento partidário é visto também como um investimento pessoal que alguns jovens projetam na construção de uma carreira dentro da política, uma vez que existe o apoio através dos documentos e discursos partidários para a sua inserção nos espaços que se caracterizam como instituições adultas (BRENNER, 2011).

As entrevistas realizadas seguiram uma metodologia através do contato estabelecido com as gestões e da solicitação de conversa com o representante institucional da Política da Juventude, conforme cadastro realizado nos sítios eletrônicos de informação pelas próprias prefeituras. A partir daí, representantes foram indicados pelos espaços institucionais (secretarias, espaços públicos), sendo eles responsáveis pela execução das políticas da juventude em suas diferentes instâncias. Portanto, quando essas pessoas fazem a mescla de conceitos sobre o público que atendem em suas ações, isso demonstra que nem no nível do planejamento político a juventude foi contemplada.

Por isso, faço o questionamento se a execução dos serviços dedica-se realmente para a juventude como um todo (faixa etária compreendida dos 15 aos 29 anos), ou se compreende apenas uma parcela da população juvenil: os jovens adolescentes, sendo que possivelmente as políticas estão sendo efetuadas com a população que está incluída nesta faixa de congruência.

Sobre a terminologia, destacam-se também as concepções pessoais sobre juventude para cada gestor. Essa reflexão foi levantada a partir de uma pergunta dos roteiros elaborados para as entrevistas (Pergunta 3 dos Anexos I, II e III).

Contudo, retomando a fala geral dos entrevistados, foram trazidas reflexões sobre as diferenças entre a juventude atual e uma juventude vivida em seus passados. Houve uma forte comparação sobre o desenvolvimento de questões relativas da informatização, novos

canais de comunicação, maior oferta de atividades relacionadas ao ensino, cultura, entre outros aspectos que podem ser exemplificados abaixo:

Eu tenho 40 anos hoje, a minha juventude foi muito diferente, acho que as coisas hoje evoluíram demais, acho que jovem hoje ele tem muita informação, é uma pressão social dos pais, sobre o que ele vai ser. Então mudou e muito, a gente tinha na época uma tribo que participava e tudo era mais tranquilo, drogas não eram tão acessíveis, sabia das coisas por rádio, televisão. Internet e celular não existiam, então eu acho que o jovem tem muita informação, hoje é uma coisa até que desconhecida e acho que eles têm uma dificuldade nisso. (Coordenador de Centro da Juventude 4)

Esta percepção retrata a evolução nos aspectos da informação, não deixando claro se as mudanças foram positivas, uma vez que por mais que haja nos dias de hoje diferentes veículos de informação, eles se tornam “desconhecidos”, demonstrando a dificuldade de captar as informações pertinentes a juventude atual. Isso pode demonstrar quanto os gestores compreendem os veículos de mídia que levam informação à população e que tipo de informação referida se torna “desconhecida” perante aquilo que contempla significativamente o jovem.

Outra dimensão trazida nas falas dos gestores, conforme mencionado acima de uma predominância de um imaginário acerca de 1968 (SIRKIS, 2008), foram aspectos do senso comum acerca de uma juventude vivida nas décadas de 1960 e 1970, como sendo engajada nos movimentos políticos da época, conforme exemplificado a seguir:

Falar década de 60, teve uma grande participação política da juventude, e no lugar comum que escutamos sempre por que o jovem de hoje está apático? Em partes a percepção está correta, em parte não, você vê que a juventude estudantil da década de 1960 se engajou, se sacrificou em nome da democracia, que lutou e participou da luta política daquela época, e tínhamos um ambiente de polarização política lá, em que o jovem acabou se tornando a vanguarda daquele movimento. (Gestor da Secretaria Nacional da Juventude)

Na minha época a juventude foi dentro de um momento do país em que os movimentos eram para a luta de uma liberdade de expressão, hoje não vemos mais este espírito na juventude. (Gestor público municipal 4)

As referências à geração dos anos 1960/1970 estão apoiadas sobre uma percepção “ingênua” dos gestores de ser uma geração de “heróis destemidos” (BENEVIDES, 2006), ao se lembrarem dos movimentos da juventude que ocorreram naquela época. Porém, este aspecto não condiz com a realidade vivenciada, uma vez que nenhum dos gestores sinalizou o engajamento político frente aos movimentos ocorridos no período.

A criação de um imaginário sobre o engajamento político da juventude preenche uma lacuna histórica nos discursos, criando um leque de representações sociais para a

juventude no interior do senso comum (SPOSITO, 2000), dificultando uma proposição de ações concretas para o jovem, uma vez que o discurso fica à frente de uma comparação com a geração juvenil atual. A fala dos gestores está alocada sobre uma diferenciação das gerações, existindo, além da historicidade retratada, uma visualização que expõe a geração atual em um patamar inferior à juventude que os gestores tiveram:

Hoje em dia eu penso assim: “olha, quando eu era jovem, se tivesse as oportunidades que os jovens têm hoje”. Nós não tínhamos a oportunidade, mas nós tínhamos sonhos, hoje o que eu percebo é assim, o jovem eles têm oportunidade, porém lhes foi roubado o que há de mais importante, os sonhos, a capacidade de sonhar, de desejar, isso lhes é roubado, então acabo percebendo, do meu ponto de vista, que eles acabaram perdendo o melhor, porque você precisa levar este jovem a sonhar, a se encantar com a vida, a acreditar no seu potencial, a ampliar o seu olhar, acreditar que a vida tem diversas oportunidades e que eles são capazes. (Coordenador de Centro da Juventude 4)

O comentário exposto pelo gestor demonstra implicitamente um discurso que carrega a concepção do “jovem problema”, ao qual é preciso dar soluções que o “reintegrem” à sociedade, evitando que se transforme em um “risco” para os outros (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2005, p.75).

A postura deste gestor demonstra sua juventude como ponto de partida para poder enxergar o jovem que trabalha atualmente. Assim aquilo que não está em consonância com o imaginário dele torna-se errado, produzindo esquemas preconcebidos de juventude (CICCHELLI, 2009).

Essa compreensão dos gestores para a juventude atual parte de um discurso composto por elementos do senso comum, pela interpretação de outros universos geracionais, diferentes da geração vivida por eles. Trata-se de uma posição ilusionista, determinada pelo modo de como certos padrões de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência de dados naturais de uma geração para outra (MANNHEIM, 1982).

As conceituações sobre juventude, assim como as terminologias dadas, influem nas ações políticas que são efetuadas pelo poder público, tornando-se importante discutir a inserção da temática juvenil na agenda pública e os entendimentos que existem sobre elas.

3.2. A compreensão do trabalho nos diferentes níveis governamentais

Apresentam-se aqui análises que buscam compreender a visão dos gestores pelo trabalho desenvolvido nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal). As

entrevistas demonstraram uma diferença de discursos entre as instâncias de governabilidade quanto à compreensão acerca da responsabilidade e competência dos diferentes âmbitos, tornando-se este um ponto de reflexão.

A gestão atual da Secretaria Nacional da Juventude, pelo que foi trazido do gestor, se coloca no papel de dirigente das políticas para a juventude no âmbito dos estados e municípios:

O fortalecimento dos espaços institucionais, como a Secretária Nacional da Juventude, trazem novos parâmetros para os estados e municípios, na verdade trazem um formato para que nestes locais sejam projetadas políticas que dialoguem com que estamos fazendo, na ideia de sermos a referência nacional para estes locais se falar em juventude. (Gestor da Secretaria Nacional da Juventude)

Já na Coordenadoria Estadual de Projetos para a Juventude de São Paulo, o gestor mantém o discurso de que o estado de São Paulo tem como principal ação articular as ações políticas em desenvolvimento pelo estado com os municípios, tendo uma função ainda pouco significativa em projetar ações políticas próprias:

A Coordenadoria ganhou no ano de 2011 um papel institucional, de executora de políticas nas relações institucionais, pois sempre tivemos um papel de articular e nortear as políticas públicas junto às secretarias, é o que tem sido desenvolvido. Nós temos esse papel, porém ganhamos um novo destaque que é este de execução e desenvolvimento da política, estamos começando. (Gestor da Coordenadoria da Juventude do Estado de São Paulo)

O reflexo desta vertente de conduta do trabalho que a coordenadoria desenvolve está sobre as parcerias que realiza com os municípios. Dentro do aparelho estatal é possível entender que São Paulo, assim como outros estados da federação, pela autonomia fiscal, assume em suas funções na gestão de políticas públicas uma conduta própria de iniciativa ou investe na parceria com o nível mais abrangente de governo, aderindo a algum programa proposto (ARRETCHE, 1999).

As relações são verticais e independentes entre governo federal, estados e municípios e dos governos estaduais com seus respectivos municípios, pois “estado” e “município” são entidades federativas autônomas, por isso as garantias constitucionais do Estado federativo permitem que os governos locais estabeleçam sua própria agenda na área social (ARRETCHE, 2004).

No caso de São Paulo, pela atual oposição partidária entre o governo do estado (PSDB) e governo federal (PT), as condutas políticas não convergem para parcerias de programas e ações, fazendo com que fique a cargo dos municípios realizarem o intermédio desses programas, garantindo uma efetividade de agenda política para a juventude.

No nível municipal, os gestores, incluindo os inseridos tanto nas secretarias quanto nas coordenações dos Centros da Juventude, não se colocam como uma representatividade para o Estado brasileiro, mas como executores das políticas, não cabendo a eles, portanto, promover o debate e a garantia de direitos para a juventude, mesmo que seja em nível local: *“Agora de entender política mesmo eu não vou saber te falar assim, eu estou na prática, não estou no pensar”* (Coordenador de Centro da Juventude 2).

Para os gestores municipais e principalmente aqueles que estão nos Centros da Juventude, verifica-se esta a dicotomia entre o que é a política e a ação técnica, onde o gestor se coloca apenas como executor de ações, não projetando que isso esteja intrínseco com as políticas planejadas, pois existe aqui uma relação de dependência mútua. A política só ocorre porque existe a execução dentro do espaço público e as ações destes espaços se concretizam porque existe uma diretriz política e um financiamento, logo o gestor é um articulador técnico-político, ou seja, sua contribuição é fundamental dentro da composição das demandas e necessidades que surgem no campo prático dos espaços públicos, pois estas é que darão o retorno na pertinência ou não das ações em desenvolvimento pelos órgãos públicos.

Muitos gestores municipais não se colocam sobre esse papel de articulador, evidenciando o distanciamento que estes possuem das instâncias mais amplas da política, produzindo uma concepção de que nestes espaços não há execução de ações práticas, somente o planejamento estratégico:

A visão que me vem na cabeça, e eu não tenho todo esse conhecimento, é de muita gente pensando, falando, coloca no papel e aí vai ficar na mão daquele que vai ler e interpretar. Ainda estou aprendendo, não é tão fácil, estamos observando o quanto está crescendo, o quanto que a política está se mostrando e o quanto que nós como Centro da Juventude temos uma parcela de fazer com que isso aconteça. (Coordenador de Centro da Juventude 3)

A fala demonstra a confusão que existe sobre quais são as atribuições destes órgãos nos níveis federal e estadual da gestão pública. Pelo desconhecimento do trabalho efetuado nestes espaços, ao tentar explicar sua compreensão sobre as políticas para a juventude, os gestores municipais apontam para o que conhecem minimamente dos programas desenvolvidos em âmbito federal e estadual, sendo que necessariamente o que é exemplificado por estes gestores não está no comando efetivo dos órgãos municipais:

Eu acho que a política nacional ainda não funciona. Pelo menos no estado de São Paulo, eu acho que não funciona porque ela não consegue caminhar sozinha. A política caminha até certo ponto e depois a Coordenadoria Estadual deveria caminhar junto. Eu acho a política nacional, é assim, o Projovem está junto à Política Nacional da Juventude. Então a Secretaria Nacional da Juventude acaba só funcionando nesse sentido, de organização de conferência e fiscalização e execução do Projovem, tirando isso ela acaba não fazendo mais nada. E acho ainda que a maior dificuldade encontrada é como aqui na cidade, onde todas as secretarias possuem programas e desenvolvem “coisas” para jovens, só que são ações pontuais. Eu acho que o maior problema está também nessa costura do que é feito. (Gestor público municipal 1)

Uma das hipóteses para explicar esse desconhecimento das políticas mais amplas levantou-se no Capítulo 3, sobre a recente construção de um aparato institucional de nível nacional para a juventude (SNJ e CONJUVE) e a fragilidade institucional percebida nas ações da Coordenadoria Estadual de Projetos para a Juventude do estado de São Paulo.

No trecho citado acima, o gestor municipal também aponta a inexistência do diálogo dentro das próprias projeções municipais. As cidades possuem ações destinadas à juventude em suas diferentes secretarias e não há a compreensão de formalizar uma rede dos serviços prestados aos jovens.

O desafio de promover a intersetorialidade¹⁹ foi relatado por outros gestores municipais:

É tudo muito novo a questão da “intersetorialidade”, ou você faz um link muito forte, porque a comunicação falha muito, tem que se descobrir uma forma de comunicação onde todos estejam muito presentes para que tudo isso agregue, senão fica cada um funcionando no seu “quadradinho”, às vezes fazendo a mesma coisa, e não se conversa, estamos evoluindo juntos. (Gestor público municipal 2)

O ideal para mim seria isso, um Centro da Juventude com todas as secretarias, que todas entendessem e contassem com a questão do jovem, e participassem e se incluíssem. Acho que mais que infraestrutura é esta visão de que os jovens são de todos nós, não de uma secretaria ou de outra, são da cidade. (Gestor público municipal 4)

Dentre as cidades analisadas, nenhuma possui constituído um órgão específico para a juventude, havendo na verdade outros formatos de coordenação, tendo-se como exemplos Jacareí, com o Serviço de Atenção à Juventude (SAJ), e São Carlos, com uma Secretaria Especial da Infância e Juventude. O que foi visto foi uma forte ligação dessas coordenações às secretarias de assistência social, o que não as configura como órgãos que organizam as ações políticas universais para a juventude nos municípios. Ou, na estrutura

¹⁹ O termo empregado é definido por Junqueira (1998) como uma lógica para a gestão da cidade que busca superar a fragmentação das políticas. Nessa perspectiva, a intersetorialidade é uma “lógica que determina uma nova maneira de gerenciar a cidade, que passa pela identificação dos problemas e pela solução integrada, buscando garantir, aos diversos grupos populacionais, seus direitos de cidadãos” (p. 15).

de São Carlos, a qual não se filia à assistência social, a Secretaria conta com o menor orçamento do município, limitando sobremaneira sua possibilidade de alcance. Portanto, existe um distanciamento entre as ações efetivadas no nível local e a Política Nacional da Juventude, que vem tentando se consolidar como uma política universal para a juventude brasileira como um todo (BRASIL, 2006).

Carrano (2007) aponta que a fragilidade do nível municipal não cria mecanismos efetivos que possam garantir consistência técnico-profissional e transversalidade nas ações municipais orientadas para a juventude, que se dispersam por diferentes secretarias e órgãos da administração municipal.

Percebe-se então que a concepção de projeção política é falha nos níveis mais próximos da aplicabilidade das políticas sociais (SPOSITO, 2007), porém é nelas que acontece a execução das ações diretamente com os jovens, valendo a pena analisar o que é significativo para os jovens dentro do CJ, suas problemáticas e propostas perante o município.

3.3. As políticas estabelecidas e a transferência de renda

No período em que foram levantados os dados iniciais sobre as ações públicas para a juventude em execução no Brasil, a questão dos programas de transferência de renda para essa população demonstrou ser um investimento estratégico para as ações políticas com a juventude, em diferentes esferas governamentais. Na formulação dos roteiros semiestruturados para as entrevistas, constou uma pergunta sobre este tema para todos os gestores (pergunta 7 dos Anexos I e II; pergunta 6 do Anexo III) no intuito de entender as relações estabelecidas entre o assunto e as ações políticas efetuadas nos Centros da Juventude.

Pelo questionamento realizado aos gestores acerca de ações e programas que existem com a finalidade de transferência de renda para os jovens, tais atores trouxeram colocações importantes para o debate em todos os espaços de realização desta pesquisa, com uma forte presença nos Centros da Juventude, em que foi feito um paralelo destes programas na vida dos jovens.

Em âmbito nacional, o desenho das políticas para a juventude no Brasil tem trazido uma especificidade: o Projovem – Programa Nacional de Inclusão dos Jovens. Criado em

conjunto com o aparelho governamental (SNJ e CONJUVE), apontado nos documentos oficiais como a principal ação para a juventude no país (BRASIL, 2008), é direcionado para promover essencialmente a inclusão de jovens no mercado de trabalho, via componentes econômicos e socioeducativos.

Conforme apresentado acima, o programa conta com quatro diferentes modalidades, sendo administrado por diferentes ministérios: Projovem Urbano pelo Ministério da Educação; Projovem Campo pelo Ministério da Agricultura; Projovem Trabalhador pelo Ministério do Trabalho; Projovem Adolescente pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008).

O Projovem, na atual gestão da Secretaria Nacional da Juventude (2010-2014), não atua em ações diretas sobre o programa, ou seja, o papel da SNJ concentra-se na mediação das ações políticas, segundo o discurso realizado pelo gestor, ao exemplificar a transição da responsabilidade do Projovem Urbano da SNJ para o Ministério da Educação:

Desde o final do ano passado o Projovem Urbano entrou em transição, ele deixou de ser coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude e está no Ministério da Educação, e nós consideramos que foi importante para dar escala ao programa e até para fortalecer a dinâmica educacional dele, que já era a principal dimensão que ele estava tendo. Nós continuamos na participação dele, só que em outra dimensão, na dimensão de medir a efetividade para os jovens. (Gestor público da Secretaria Nacional da Juventude)

O caráter mediador do Projovem, e não de executor de suas ações, levanta uma questão sobre a especificidade neste papel de mediação perante as ações que são totalmente desenvolvidas por outras instâncias do governo. Isto se torna um dado importante, pois, no Guia de Políticas Públicas para a Juventude (BRASIL, 2013e), na versão lançada no início do ano de 2013, não há nenhuma menção ao Projovem, somente às ações mais recentes executadas pela SNJ.

Este fator é importante uma vez que, nos municípios visitados, foi unanimidade a execução do Projovem adolescente, demonstrando que o mesmo estava ligado às políticas de assistência social e ganhou uma institucionalidade nos governos locais. O desenho proposto pelo Projovem, bem como sua preponderância no nível local, refletindo aquilo que se tem para oferecer aos jovens; é o retrato de que, apesar de a política colocar em suas diretrizes formais sua composição universal e seu propósito de atender a população juvenil como um todo, ao aproximar-se das instâncias mais práticas da política, como as ações efetuadas nos municípios, estas estão focalizadas nos programas sócio-assistenciais que garantam, por exemplo, uma transferência de renda ao jovem.

O programa possui um significado forte perante os municípios, atuando como “carro-chefe” das ações locais para a juventude, sendo que, em três das cidades entrevistadas (Barretos, Santos e São Carlos), o programa faz parte das ações que os Centros da Juventude realizam, mesmo que estes espaços contribuam somente com a utilização do espaço.

Além do Projovem adolescente outros programas também são executados nos CJs, como o Ação Jovem, programa de transferência de renda do governo estadual executado pela Secretaria de Desenvolvimento Estadual, destinado a estudantes de 15 a 24 anos, com o objetivo de estimular a conclusão da educação básica, preparando o jovem para o mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2013). O valor da bolsa é de R\$ 80,00 (oitenta reais), sendo o programa destinado a jovens com renda familiar de até meio salário mínimo²⁰ por pessoa.

A transferência de renda é outro aspecto que retrata a diferenciação das políticas quando se observam os diferentes níveis governamentais. Por um lado tanto o governo federal quanto o estadual utilizam o discurso de que a transferência de renda não é responsabilidade destes espaços:

Aqui na coordenadoria, não realizamos projetos que tenham objetivo de transferir renda aos jovens. O “Ação Jovem” que as cidades colocam é um programa de responsabilidade da Secretaria Estadual de Assistência Social, e não possuímos nenhuma ligação com eles, até porque nosso trabalho é outro. (Gestor público da Coordenadoria Estadual da Juventude)

No entanto, os municípios não sabem muito bem indicar onde estão inseridas tais ações, o que é abordado pelos mesmos nas entrevistas é a representatividade da transferência de renda, sobretudo em um imaginário deste valor relativo a um poder de aquisição de bens materiais, de compra que este jovem pode ter:

Dizer que segura o jovem pelo valor é mentira, o valor não é nada, mas eu acho que é importante tanto que lutamos para aumentar este valor, pelo menos para a família ter a consciência que ele está conseguindo comprar as roupas, aquilo que ele precisa, enquanto ele ganha essa grana, ele também está conhecendo coisas novas, evoluindo, aprendendo com as oficinas. (Coordenador de um Centro da Juventude 3)

²⁰ O salário mínimo vigente em 2014 no país correspondia o valor de R\$ 724,00. No estado de São Paulo, devido a um decreto-lei (SÃO PAULO, 2013), o valor do salário mínimo varia de R\$ 810,00 a R\$ 820,00, a depender da categoria de trabalho exercida.

A transferência de um valor para o jovem aparece nos discursos como algo positivo, porém não sendo o fator que condiciona a presença do jovem nestes espaços, projetando as ações realizadas como o grande intuito destes programas:

Eu acho que acaba sendo um incentivo, embora seja um valor um pouco baixo, ele acaba sendo um incentivo para o jovem adquirir novos bens materiais que ele necessita, mas eu acho que é trabalhar para que não seja somente isso, isso é um pouco difícil, porque acredito que não é isso que faz com que ele permaneça, então acho que pra cada um, o dinheiro faz um sentido, então não dá pra generalizar. (Gestor público municipal 2)

Esta projeção da transferência de renda se assenta, sobretudo, sobre uma lógica de contrapartida das ações efetuadas, fazendo com que essa transferência não seja apenas por um viés “meramente assistencialista”, incluindo um possível rompimento com a lógica da filantropia (SPOSITO, 2007). O que é encoberto nessa perspectiva é que este viés se constrói sobre uma lógica também relacionada a benefícios e vinculada à rede socioassistencial, em vigor no país atualmente, pela implementação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2009).

Assim, os benefícios dados à juventude, especificamente aos jovens de baixa renda, incorporam a rede de benefícios que uma família pode se assegurar, tendo a transferência de renda, nesse caso, outra concepção perante os discursos dos gestores:

Nos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), quando eles atendem as famílias, isso é mais um benefício que favorece aquela família, aí sim eles vão ver essa bolsa como um recurso a mais para aquela família, como uma transferência de renda, então tem que ter dois olhares para dois segmentos, o assistente social tem que estar à frente no sentido de entender aquela renda como uma contribuição para aquela família, como alguma saída para aquela situação de pobreza instalada. (Coordenador do Centro da Juventude 2)

A proposta da transferência de renda vem sendo construída há algumas décadas e há diversos pressupostos e orientações envolvidos, constituindo diferentes modos e concepções do sistema de proteção e de direitos. É preciso destacar o papel fundamental do Estado no fomento da justiça e da redução de desigualdades sociais, que são acentuadas pela crise do trabalho e do emprego assalariado, justificando as políticas de transferência de renda e colocando-as em posição central naquilo que se refere às políticas sociais (SPOSITO; CORROCHANO, 2005; SPOSITO, 2007).

Todavia, reduzir as desigualdades sociais implica ir além da estratégia da transferência, nas ações que são vinculadas a estes programas em execução da agenda política atual, que perpassam os diferentes níveis de governabilidade. Nesta projeção em

que as políticas públicas vão construindo os espaços públicos, o entendimento dos gestores sobre o funcionamento das outras instâncias políticas é ponto chave da discussão sobre as relações estabelecidas entre cada nível governamental (município, estado e União), como estas dialogam perante as ações em comum.

Contudo, as ações de transferência de renda poderiam ter um diálogo com a Política Nacional da Juventude se o objetivo fosse a transferência visando promoção da autonomia e emancipação do jovem, sob a lógica da distribuição de renda como direito social (SPOSITO; CORROCHANO, 2005). Dentro do formato das políticas assistenciais, como a vinculação ao “Bolsa-Família”, por exemplo, fica evidente que as ações de transferência de renda não estão em consonância com os pressupostos da Política Nacional da Juventude e sim com as políticas da assistência social.

3.4. O Centro da Juventude e suas propostas

Nas entrevistas, durante a realização de perguntas tratando do funcionamento dos CJs e de ações que os gestores identificaram como de maior e menor impacto (perguntas 5, 9, 10 e 11 do Anexo I; 5, 11, 12 e 13 do Anexo II; 5, 8, 9, 10 e 11 do Anexo III), diversos itens foram relatados como problemáticos para o Centro da Juventude, porém a questão do espaço físico foi evidenciada diversas vezes:

Acho que precisamos ter melhores estruturas no território, isso que vai garantir o bom funcionamento, pois os espaços ainda não estão adequados. Precisamos estruturar os espaços físicos de uma melhor forma, para que este jovem tenha uma referência, isso fortalece qualquer trabalho, porque ele vai para uma oficina, em algum momento que nem seja o horário de ele estar lá, ele tem uma necessidade, ele sabe que naquele lugar ele vai encontrar uma pessoa, há uma vinculação muito grande com os funcionários. (Gestor público municipal 4)

O trecho acima demonstra uma crença de que, com espaços físicos melhores, os CJs despertariam no jovem um sentimento de pertencimento do local. Essa perspectiva precisa ser analisada com cautela, compreendendo que a apropriação do espaço pelo jovem passa principalmente pela relação institucional com o Centro da Juventude. O espaço físico até pode ser um facilitador para as ações do CJ, mas a esse respeito deve-se observar o exemplo que Carrano (2007) apresenta como experiência de um Centro da Juventude na cidade de Niterói (RJ), que funcionava em uma pequena sala, dentro de um edifício ocupado por autarquias municipais; o local não impedia o estabelecimento de relações de

sociabilidade consideradas bastante positivas na opinião dos jovens que frequentavam aquele ambiente.

Apesar de o espaço físico ser um ponto que os coordenadores classificaram como problemático na maioria das cidades, nenhum deles relatou uma precariedade dos espaços, tendo estas condições mínimas para o desenvolvimento de suas atividades.

Nas entrevistas com os coordenadores dos CJs, algumas peculiaridades foram apontadas sobre esta questão. Por exemplo, uma das cidades em que o CJ possui um excelente espaço físico, bem dimensionado, sofre pelo esvaziamento do local, sendo ele também frequentado por outros grupos populacionais, como crianças e idosos, além de existir preconceito da comunidade do entorno com os jovens que frequentam o espaço, havendo uma disputa pela apropriação do local por todos.

Em outra cidade, o gestor relata o funcionamento de um CRAS dentro do espaço físico do CJ. Isso aconteceu porque, na implantação do SUAS que ocorreu no município, ao mapear os equipamentos públicos sociais do bairro em que este CJ está alocado, percebeu-se que era o único espaço de prestação de serviços públicos da assistência social que existia naquele território, e pela necessidade de implantar o serviço de forma mais ágil a solução foi alocar o CRAS no CJ.

Esses dois exemplos mostram que, apesar do espaço físico ser de extrema importância para as ações executadas, até por um sentido de visibilidade, de haver um local que demonstre ser um Centro da Juventude e não algo improvisado, estes espaços devem ser preenchidos com um conteúdo de atividades e estratégias que promovam o pertencimento e a apropriação do local pelo jovem. As práticas são esvaziadas de sentido quando não se criam condições materiais e sociais para a frequência de jovens naqueles espaços (CARRANO, 2007).

O ponto a ser problematizado aqui é se o jovem tem no Centro da Juventude uma perspectiva de não somente ir ao espaço, por exemplo, em decorrência de um curso, uma oficina, ou cumprir as atividades socioeducativas do Projovem, mas também de frequentar o local no intuito de encontrar “amigos”, usar do espaço em outros momentos, não importando a adequação da estrutura física.

Para isso os espaços devem repensar suas institucionalidades e evoluir nos aspectos democráticos na relação com os jovens que os frequentam. O que foi visto nas entrevistas foi exatamente o contrário: o CJ como um lugar onde o jovem busca uma qualificação

(profissional, de habilidade etc.), e não um espaço público que pode ser utilizado no seu “tempo livre”:

Então realmente é um trabalho que nós do serviço temos nos colocado em reflexão, como tentar fazer um projeto com que todos se interajam e sintam que este espaço pertence a eles? Onde eles façam um “grupo de atividade” e não fiquem presos neste espaço, somente por isso. A impressão é de que os jovens estão em “caixinhas”, onde vão pra essa atividade, vai para aquela, vai para aquela outra e todos são grupos isolados que ninguém se fala. (Coordenador de Centro de Juventude 2)

É importante frisar que grande parte dos Centros da Juventude analisados pela pesquisa possui uma proposta de serem espaços de referência para os jovens de um determinado território. Porém, para que isso ocorra, é necessário que sejam avaliados quanto a sua capacidade de promover autogestão pelos jovens frequentadores, tornando-os participantes ativos do planejamento e gestão cotidianos (SILVA, 2010).

Dentro desta proposta de reavaliação institucional do formato usado, outro ponto recorrente nas entrevistas com os coordenadores dos CJs foi o preparo da equipe técnica para trabalhar nos locais:

A Secretaria tinha que dar mais atenção nas contratações dos serviços para definir melhor os perfis dos técnicos. Todos dizem que fazem e trabalham, e o espaço onde as pessoas lidam com arte, cultura, problemas sociais, para uma população jovem, precisa de um perfil específico. É diferente de você que em outra atividade fica na frente do computador fazendo cálculos, você tem que saber como colocar as pessoas pra ninguém sofrer, sofre aquele que não consegue dar aquilo que não tem e sofre aquele que espera mais do outro que também não tem. No fim você fica numa angústia generalizada. (Coordenador de Centro da Juventude 2)

No relato dos coordenadores, para as atividades específicas realizadas nos CJs, como oficinas (teatro, música, dança etc.), a maioria dos municípios realiza contrato temporário com educadores profissionais. Já os técnicos, ou operadores sociais, como são denominados nos municípios estudados, são cargos concursados ou comissionados, não havendo nenhum requisito específico com relação ao perfil profissional ou formação para trabalhar com as temáticas que fazem interface com a juventude.

Esse aspecto revela que nas cidades existe uma cultura política (e isso não é exclusivo do trabalho com a juventude) da contratação para postos de trabalho sem uma formação específica, contando muitas vezes apenas com uma exigência mínima (como formação em ensino médio ou superior completo) no intuito de preencher vagas com maior facilidade e com um custo reduzido para as instâncias públicas. Porém o trabalho nos

Centros da Juventude exige, segundo o discurso dos gestores, um perfil para efetuar suas ações:

Esse papel do Operador Social do Centro da Juventude tem que ser de educador. O olhar do educador é complexo, pois se não tiver o interesse pessoal de aprender, de ler, de buscar, ele vai ficar para trás e não vai contribuir para o serviço, é muito subjetivo tudo isso, então essa equipe tem que estar bem selecionada, pois temos que correr atrás de diversos problemas que surgem no meio do caminho. (Coordenador de Centro da Juventude 3)

Com isso, encontram-se no desenvolvimento das atividades nos CJs resistências permeadas de conflitos, podendo existir no serviço uma interação de pessoas com distintas concepções, práticas e interesses (CARRANO, 2007). Tomando como exemplo o excerto acima, no qual o coordenador do CJ aponta a necessidade do operador social ser um “educador”, este também deve estar alinhado com o propósito do serviço, assim como com o panorama nacional que instaura a juventude com direitos sociais específicos e que são aplicados nestes espaços através das ações realizadas.

Os coordenadores também provêm outras definições das competências que o educador social tem que possuir na condição atual do trabalho dos CJs, dentro das facilidades e dificuldades encontradas:

Quero ver o dia que chegar prontinho um “arte-educador”. Aqui no CJ se pensa muito e busca soluções para os problemas o tempo inteiro. Como o brasileiro que é criativo e vai dando um jeito para as coisas, o que a gente não pode ficar é sucateado, já trabalha na assistência e vai sucatear, faz com o que tem, e sempre se dá um jeito com o que tem. Nós, enquanto educadores sociais, somos daquelas pessoas que ficam “ai porque não tem isso, então vamos fazer dessa forma!”. (Coordenador de Centro da Juventude 2)

O que esses discursos procuram transmitir é que o perfil e a postura dos educadores sociais podem interferir muito para ampliar o desenvolvimento das ações socioeducativas (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2007). Neste exemplo fica nítida a necessidade dos funcionários nos CJs promoverem a articulação técnico-política, com a qual possam se apropriar do discurso político para a juventude e da representação dessas ações em meio a um panorama maior.

Porém, conforme apresentado acima por uma das falas de um gestor que realiza a separação completa entre a ação política e a ação técnica esse aspecto é dificultado pela concepção que estes gestores têm sobre seu trabalho, não havendo uma compreensão que o trabalho técnico é, ao mesmo tempo, uma ação política.

O coordenador apresenta também um aspecto fundamental das políticas sociais para a juventude nesses organismos, que é a falta de orçamento justo e específico para o CJ,

dependendo de verbas que surgem de outras fontes, como editais de projetos e programas sociais do governo (SILVA, 2010; ALMEIDA, 2001). Como exemplo:

O recurso para o pagamento dos funcionários vem da SEAS (Secretaria de Assistência Social) do município e também do projeto que venceu um edital da prefeitura, do qual pagamos os monitores das oficinas, além de conseguirmos com ele comprar algum tipo de material. O dinheiro deste projeto passa por Organização Não Governamental (ONG), por uma questão burocrática da prefeitura, que desconheço, mas, o dinheiro tem que passar pela ONG para ela administrar o recurso e nós que direcionamos. O nosso CJ não tem verba para material de recursos, esta verba deixamos para outros CJs porque temos o ProJovem, que tem uma verba também e que é administrado por uma ONG, e tudo isso se encerra em dezembro de 2012, e ficaremos sem verba. (Coordenador de Centro da Juventude 2)

Neste movimento é que a constituição das ações dos Centros da Juventude vai se configurando com certa fragilidade, pois, no entendimento dos municípios, as políticas sociais podem ser feitas com o mínimo de recurso aplicado, devido à proporção que elas possuem frente a outras demandas impulsionadas pela economia das cidades (ALMEIDA, 2001).

Na projeção das condutas do Centro da Juventude, os serviços devem observar que o trabalho efetuado naqueles espaços incide na vida dos jovens frequentadores, seja positiva ou negativamente, que as ações estabelecidas criam significados para eles. Portanto, é importante que os gestores dos Centros da Juventude estejam atentos a que são eles que estão diretamente ligados aos jovens, tratando-se das esferas políticas, sendo de extrema importância saber usar esse artifício no estabelecimento de uma relação muito mais democrática e participativa na gestão dos espaços, assim como no estabelecimento de criação de significados e oferta de ações que propiciem acesso a alguns direitos sociais.

O âmbito local deve ser identificado como o lugar de gestação de experiências inovadoras, emergentes, sobretudo nas administrações que se auto intitulam progressistas, pois muitas delas, nos últimos anos, têm investido na criação de mecanismos de interlocução com a sociedade civil para a conformação de uma esfera pública democrática (TOMMASI, 2007).

Assim, se as propostas dos Centros da Juventude se firmam sobre uma perspectiva universal para a juventude, na projeção de ações culturais, de criação de um espaço de convivência, elas estão em consonância com a Política Nacional da Juventude. Porém, se estes espaços focalizam suas ações em demandas específicas, por exemplo, atividades no contraturno escolar e realização das atividades de transferência de renda, este diálogo com a PNJ não existe, pois o que ocorre é uma reprodução assistencialista, que podem se inserir

em outras esferas políticas (como a da assistência social e a da educação) que não nas políticas para a juventude.

3.5. A relação do jovem e o “protagonismo juvenil”

Outro ponto recorrente no discurso de todos os gestores foi o discurso acerca do protagonismo juvenil, sendo um termo que tem sido usado fortemente em torno das políticas sociais, na intenção de convidar o jovem a participar das ações que podem ser protagonizadas por ele. Souza (2009) revela que a expressão começou a circular em meados da década de 1990, especialmente pelas organizações do terceiro setor que trabalhavam com a juventude pobre, fazendo com que o termo fosse se popularizando nesses espaços.

A definição do termo apresentada por Costa (2001) é de que o protagonismo juvenil pressupõe o modelo de relacionamento do mundo adulto com as outras gerações, no qual, a partir das regras básicas do convívio democrático, o jovem vai atuar para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em propostas, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas.

Com essa definição podemos pensar que os discursos políticos trazem a questão do protagonismo naturalmente, porém existe uma confusão nos diferentes discursos dos entrevistados, que denominam o jovem protagonista em diferentes âmbitos. A imprecisão do termo é definida propositalmente para existirem diversas interpretações na apreensão dos discursos:

A imprecisão, aliás, não é um fator de debilidade do discurso, mas uma importante estratégia, ou uma peculiar operação discursiva, de fabricação do consenso, que não se deduza do uso do termo estratégia que, necessariamente, deva existir uma intenção do discurso ou um grupo de mentores, representantes do capital, sempre prontos para criarem armadilhas de dominação (SOUZA, 2009, p. 3).

Assim, em cada nível da gestão, pode-se encontrar um tipo de discurso. A Secretaria Nacional da Juventude menciona o investimento no fortalecimento da participação do jovem dentro dos aparatos institucionais do governo federal, nesse caso o CONJUVE:

O protagonismo juvenil pode ser visto desde a disposição de participar da vida comunitária, seja no bairro, no movimento cultural, meio ambiente. A partir destes espaços é que vamos construindo um sentimento de engajamento do jovem e apresentando a ele outros espaços de participação, contextualizando e ampliando aquilo que o jovem pensava numa projeção “micro”, em uma projeção “macro”. O CONJUVE é assim como outros conselhos de direitos, ele parte do desenho aqui da secretaria, só que ele conta com a participação majoritária da sociedade civil. Ele é um dos poucos conselhos que tem na sua composição 60% de representantes da sociedade civil. (Gestor da Secretaria Nacional da Juventude)

Na Coordenadoria do estado de São Paulo, o protagonismo aparece como um elemento com possibilidades de alavancar as ações projetadas no governo para a participação dos jovens:

Nós pretendemos em 2013, no máximo em 2014, já ter o nosso Conselho Estadual novamente constituído. Temos buscado, a partir de nossas conferências, estabelecer o vínculo com jovens, incentivando o protagonismo para que ocupem o espaço do conselho, realizando a interlocução de levantamento das demandas da juventude, convidando a sociedade se organizar e ficar mais presente, dialogar de uma forma mais próxima do estado. (Gestor da Coordenadoria Estadual do Estado de São Paulo)

A definição sobre protagonismo juvenil nos municípios também é confusa, não sabendo os seus gestores definir claramente o conceito. Houve gestores municipais que sinalizaram a questão do protagonismo juvenil em espaços de representatividade, como fóruns, conferências, debates:

Eles acabam participando ainda mais agora com um número reduzido de funcionários que temos no CJ. Tem uma menina que era da comunicação e este ano ela foi para a administração para ajudar a gente. Sempre temos este “protagonismo”, por exemplo, estamos preparando eles para um seminário sobre juventude e trabalho, nós podíamos levá-los ou não, mas a gente fez questão de ir e prepará-los. Fizemos fórum para mostrar para eles o que era, pois muitos não sabiam o que eram leis trabalhistas, por isso tem esta preocupação sim. (Coordenador de Centro da Juventude 3)

O trecho acima também apresenta outra vertente do “protagonismo dos jovens” nos ambientes de gestão dos Centros da Juventude. Ao relatar da inserção deste jovem no ambiente administrativo do espaço, de maneira “informal”, levanta-se a hipótese de que o serviço encontra-se sucateado por não conseguir prover-se de um quadro de funcionários mínimo, demonstrando que a intenção de colocar o jovem no espaço que compete a um funcionário só auxilia na comprovação de que o governo municipal encontra dificuldades para realizar a gestão. Se existe a necessidade de funcionários no espaço e não existe o investimento para isso, uma possível resolução está em uma gestão participativa dos CJs com diferentes representantes para a composição dos locais, incluindo os jovens que os frequentam.

O protagonismo juvenil não pode ser visto como uma entrada dos jovens na gestão do serviço por uma ausência da própria política que, neste caso, não efetua a contratação de novos funcionários. Por conta dos formatos institucionais em que estão os Centros da Juventude, existe uma necessidade de se repensar e trazer os jovens para uma gestão partilhada, deixando de lado algumas projeções da tutela que ainda estão intrínsecas na gestão pelos adultos.

Em algumas cidades, os gestores apontam as propostas de uma gestão participativa para os jovens não só para dentro do Centro da Juventude, mas também no diálogo com outras esferas de administração do município:

A gente tinha um grupo gestor, tínhamos dificuldades de fazer reuniões porque este grupo era formado por pessoas indicadas pela secretaria da prefeitura e pela população, principalmente pelos jovens, sempre chamávamos os jovens para participar desta reunião também. Sentimos certa dificuldade neste último ano aqui de montar este grupo gestor. Como solução, procuramos sempre estar em contato direto com o jovem, ver qual era a perspectiva, ver o que ele queria, o que gostaria que tivesse no CJ, pra poder chamá-lo também, então essa foi a nossa aproximação, porque o grupo gestor ele foi se perdendo no caminho, então era mais o contato direto mesmo, tanto que colocamos os cursos de “garçom”, de “pizzaiolo” por demanda deles mesmos, eles que pediram. (Coordenador de Centro da Juventude 5)

Essas iniciativas apresentam um avanço quanto a aproximar o jovem da gestão, abrindo o espaço para a escolha do que será ofertado no Centro da Juventude, porém questiona-se se realmente essas atividades são os reais desejos dos jovens. As necessidades trazidas pelos jovens devem não ser só debatidas com eles, mas a organização das demandas deve também ser compartilhada, demonstrando outro tipo de relação entre a gestão e os frequentadores dos CJs.

A questão do jovem nas decisões do serviço dialoga com os pressupostos da Política Nacional da Juventude, promovendo, ainda que minimamente, a gestão dentro do que os jovens projetam de ações que sejam significativas para os Centros da Juventude.

Outro aspecto importante no discurso dos gestores municipais estava na relação do protagonismo com a visibilidade que a categoria tem ganhado nas esferas políticas mais amplas:

Hoje o jovem está sendo visto pelo governo com outros olhos, e tem sido prioridade. Discute-se muito as questões que afetam a juventude e se investe muito, hoje em dia, na questão da juventude. Acho que é o momento bastante especial, o jovem deixou de ser invisível e passou a ser visto, passaram a investir neste jovem, em formação, em recurso para que este jovem possa ser protagonista da sua história, mas eu acho que as ações ainda são bastante incipientes. (Coordenador de Centro da Juventude 4)

Contudo, essa perspectiva está sobre um patamar contrário ao que foi apresentado no início deste item, demonstrando um aspecto contraditório em que o discurso se apresenta, expondo a falta de conhecimento sobre os reais objetivos das políticas em vigência, depositando um investimento em soluções para os problemas, porém nenhum exemplo concreto dessas ações, pois existe um desconhecimento sobre elas.

Esse distanciamento acerca do conhecimento sobre o funcionamento da Política Nacional da Juventude faz com que os gestores estejam habituados a terem suas ações sob a perspectiva de outras políticas, como acontece na forte relação que estes gestores municipais possuem com as secretarias de assistência social, demonstrando o aspecto histórico e metodológico que a juventude foi construindo nas cidades.

Portanto, os Centros da Juventude pela perspectiva dos gestores apresentam um distanciamento das ações efetuadas pela Política Nacional da Juventude, demonstrando seus aspectos dentro da perspectiva da assistência social, pelos discursos apresentados quanto à terminologia usada, os programas de transferência de renda, e a questão dos conceitos trazidos sobre o protagonismo juvenil. Com isso os gestores demonstraram não compreender o papel de articuladores técnico-político que estes precisam desenvolver nestes espaços.

Além disso, é importante ressaltar que estes espaços necessitam ser mais bem explorados na questão de trazer os jovens que o frequentam para a gestão, criando uma melhor relação de pertencimento nesses espaços para os jovens não só busquem suas atividades, mas também um espaço de convivência.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o Centro da Juventude na sua consonância e interface com a Política Nacional da Juventude, a partir dos discursos obtidos dos gestores envolvidos nos três níveis governamentais, propondo a análise de suas semelhanças e diferenças. Os resultados foram trazendo questionamentos e levantando hipóteses sobre a falta de clareza entre os princípios das ações efetuadas e as anunciadas diretrizes para eles.

Os discursos dos gestores apresentaram uma diferenciação nos níveis governamentais, em que, no âmbito nacional, a juventude é tida como um grupo populacional amparado de direitos específicos e, pelo que foi trazido em entrevista, o investimento da gestão atual tem sido em ações que visem à promoção de tais princípios. Nos âmbitos municipais ficou evidenciada uma lógica associada à política de assistência social, para os jovens considerados vulneráveis socialmente, a partir da focalização das políticas para aqueles desfavorecidos economicamente, cuja concepção coloca a juventude como um “problema” a ser resolvido por serviços socioassistenciais (SPOSITO, 2007). Seria importante conhecer, no nível local, no cotidiano daqueles serviços, que concepção de assistência social tem sido impingida em tais ações, se a partir da perspectiva do direito à assistência social ou se nos moldes históricos de ações assistencialistas e de controle aos grupos pobres.

Entre os níveis federal e municipal encontra-se o estado de São Paulo, que, segundo a entrevista, coloca-se como articulador das políticas para a juventude nos municípios. Isso demonstra que o espaço atual da coordenadoria estadual sofre com um esvaziamento das ações que o estado efetua, por conta da lógica governamental aplicada nos âmbitos da gestão (nacional, estadual e municipal), na qual a vinculação, por exemplo, a projetos do governo federal, é feita com autonomia pelos municípios sem a necessidade de passar pela esfera estadual. Isso é fruto da política federal dos últimos governos, a qual não priorizou o pacto federativo possibilitando o acesso direto a recursos financeiros dos municípios com a gestão federal. No caso de São Paulo, pelas diferenças partidárias entre o governo federal e o estadual, é praticamente inexistente a parceria em ações para a política da juventude.

Com isso, as ações desenvolvidas nos Centros da Juventude são resultado das parcerias que vão sendo articuladas pelas cidades diretamente com o governo federal, passando raramente pela esfera estadual, somada as próprias ações e projetos que os

municípios desenvolvem. Contudo, nessa organização, a pesquisa foi demonstrando a forte ligação dos quatro Centros da Juventude estudados com a pasta da assistência social, sobretudo com relação à efetivação de políticas sociais para uma juventude pobre.

Entende-se que isso ocorra porque os Centros da Juventude analisados são anteriores ao aparato institucional da SNJ, ou seja, foram criados em outros setores dos governos, não específicos para a juventude, bem como pela urgência do forte quadro de desigualdade social que acomete a sociedade brasileira. Mesmo nos municípios em que os CJs tiveram sua criação em órgãos locais, específicos para essa população, não foram planejados dentro da lógica de pensar a juventude como categoria amparada por direitos sociais, nos princípios da universalidade da atenção, mas sim com o foco de priorizar grupos vulneráveis, o que pode ser compreendido na lógica da priorização das políticas sociais, no interior de uma estrutura de escassez de recursos.

Outro entendimento para as ações estarem na pasta da assistência social é a projeção atual dos movimentos governamentais cujas ações políticas visam à redução das desigualdades sociais, o que é muito valioso dentro dos aspectos de construção de uma sociedade menos injusta e desigual. O que deste aspecto necessita ser visualizado é como essas ações devem ser projetadas a curto, médio e longo prazos, para que não venham a ser, com o decorrer do tempo, ações coercitivas, assistencialistas, tornando-se uma via fácil na resolução de problemas que ao final não são enfrentados com efetividade. Entretanto, para essa discussão, é fundamental que se esteja em loco, no cotidiano das ações dos serviços.

A pesquisa demonstrou que as ações efetuadas por todas as esferas governamentais sofrem um recorte de classe social, ficando mais evidente nos municípios. Quando me refiro a políticas sociais, essas não devem ser projetadas sobre a lógica de efetuar “políticas para pobres”, tornando delas pobres políticas para uma determinada classe social, incitando um aspecto preconceituoso e segregativo (DRAIBE, 1997). A política social deve estar sob a lógica de políticas que assegurem o acesso da população aos direitos que são formatados pelo Estado, contribuindo com o acesso aos bens sociais e, conseqüentemente, a redução das desigualdades sociais. Contudo, para que isso se efetive, é necessário o reconhecimento social pela demanda e a destinação orçamentária efetiva, para que não seja apenas discurso sobre uma política, mas sim ações efetivas para sua concretização.

Dentro da SNJ, por exemplo, existe atualmente o investimento na implantação do projeto Estação Juventude nos municípios (BRASIL, 2013e), demonstrando que existe a

intenção do governo federal em institucionalizar espaços públicos para a juventude direcionados à promoção da convivência e da cultura. O que se deve atentar é que tais espaços podem repetir os erros de que já acometeram os Centros da Juventude, tornando-se locais de atividades socioeducativas que não promovem a convivência de jovens. Podendo também ocorrer a extinção na troca de gestão presidencial, dependendo dos paradigmas políticos de cada formato de governo, como ocorreu com os CJs.

As políticas estabelecidas atualmente retratam um formato de governo e suas prioridades. A projeção do legado que vem sendo construído é ainda muito recente para que possam ser estabelecidas conclusões. Entretanto, os projetos em curso demonstram uma direção diferente para a consolidação de uma política que possibilite o acesso aos direitos sociais e à cidadania, o que ainda não está institucionalizado na agenda política brasileira. Além do projeto Estação Juventude, a SNJ vem estabelecendo, na Política Nacional da Juventude, projetos e ações focalizados na juventude pobre, mesmo que o discurso trazido nas entrevistas enfoque o princípio da universalidade das políticas, o que deve ser priorizado pelas ações governamentais.

O recorte de classe social estava praticamente no discurso de todos os gestores entrevistados, confundindo-se, inclusive, com a própria conceituação de juventude, outro ponto abordado nesta pesquisa. É preciso que se elucide se as ações são destinadas a partir de um enfoque do setor da assistência social, com todos os desafios que se tem para o estabelecimento de uma política de direitos e que possibilite o mínimo para a vivência social; ou se a pauta é a universalidade, na qual se muda os princípios e diretrizes das ações a serem efetuadas. Importante ressaltar que ambas concepções são relevantes e necessárias no contexto das políticas para a juventude brasileira.

A questão das políticas sociais tem entrado em conflito com a visão moral e social acerca da juventude, conforme busquei elucidar acima, demonstrando certa dúvida sobre a necessidade de ampliação nos investimentos para toda a juventude brasileira. Observam-se discursos que abarcam posições tradicionais e extremistas que ora situam os jovens como a “redenção da humanidade”, ora como a ameaça ou desvio da ordem social posta (BARBIANI, 2007).

As visões sobre a concepção de juventude não se apresentaram de maneira uniforme nos discursos dos entrevistados, revelando que em alguns municípios as ações políticas que levam o nome de ações para a juventude são destinadas a beneficiar outros grupos populacionais, como crianças e adolescentes.

O que se questiona aqui não é o investimento das ações para outros grupos, pois, se existe a demanda para essas populações, projetos devem ser implementados; o que se aponta é que essas ações não devem ser intituladas como política para a juventude. Entretanto, pela lógica econômica atual atribuída no Estado Capitalista de minimização de gastos sociais, as ações acabam sendo denominadas assim, dando a entender a abrangência a diferentes faixas etárias e demandas. Contudo, acabam por camuflar a inexistência de política para a especificidade que cada um desses grupos populacionais.

Vale destacar que a análise das políticas sociais deve se voltar não apenas ao investimento financeiro, embora ele seja central. A política para juventude no Brasil vem demonstrando um avanço, principalmente no desenho institucional dentro da agenda pública do governo brasileiro, o que é extremamente significativo, pois a entrada na agenda é o primeiro passo para que ações possam ser debatidas, disputadas com outras prioridades do governo e, efetivamente, implementadas no contexto das políticas sociais. A defesa de desenhos institucionais específicos para a gestão reuniu atores importantes nos últimos anos, exprimindo consensos que orientaram os debates e algumas ações no nível federal (SPOSITO, 2007).

É importante que a construção institucional das políticas para a juventude seja um processo com a participação dos diversos atores da sociedade, seguindo com cautela as propostas de atalho para a invenção de novos organismos públicos (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005), buscando garantir uma construção que inclua uma ampla participação de todos os responsáveis envolvidos com o movimento de juventude no país e que implique em destinação orçamentária efetiva para a sua concretização.

Fica evidente que as políticas que estão em vigência atualmente necessitarão serem revistas nas próximas gestões. Quer efetivando o discurso de que as políticas públicas para a juventude brasileira são políticas para uma juventude pobre, ou seja, numa escolha de focalização de um determinado segmento, na pasta de assistência social e seu direito envolvido; ou ampliando as projeções para outros grupos juvenis, criando novas demandas e ações para as problemáticas da juventude de uma forma universal.

Projetar uma perspectiva longitudinal dentro do que vem sendo consolidado implica expandir as políticas nos aspectos intersetoriais do governo, provocando a implementação efetiva das ações projetadas nos diferentes níveis políticos, atentando-se para uma real garantia de direitos da população juvenil. Não há ainda como avaliar os benefícios, por

exemplo, que o Estatuto da Juventude pode trazer para a população do país, porém é preciso que se reconheça e se debata a assunção da demanda na esfera pública social.

As Políticas Públicas para a Juventude no Brasil, como apontam Castro e Aquino (2008), devem continuar na ampliação da proposta da Política Nacional de Juventude para todos os segmentos que compõem a juventude, integrando programas emergenciais com os programas universais, sob a ótica de direitos sociais, no princípio de que se trata de sujeito de direitos, sempre considerando as suas especificidades e a integralidade de suas demandas.

Dessa forma, os Centros da Juventude, assim como outros tipos de espaços e ações políticas que estão em funcionamento para esse grupo, devem buscar uma consonância com os aparatos governamentais que estão sendo institucionalizados atualmente, para que se busque um diálogo nas projeções políticas que garanta efetivamente ações significativas para as problemáticas enfrentadas pelos jovens.

Os Centros da Juventude analisados apresentaram características específicas que apontam o formato da conduta dos municípios para essa população e, apesar destas especificidades, os CJs não fugiram da lógica de uma oferta de atividades socioeducativas, culturais e principalmente de seu funcionamento institucional hierárquico, não facilitando os processos de horizontalidade, trazendo o jovem para a gestão, aspecto que poderia potencializar o que tanto se denominou nos discursos de “protagonismo juvenil”.

Esses espaços deveriam priorizar os aspectos democráticos, para incitar nos jovens o sentimento de pertencimento e de apropriação de um espaço de convivência e não somente um espaço prestador de serviços, caminhando na institucionalização efetiva de espaços públicos. Existem, além deste, outros aspectos dos CJs que precisam ser problematizados em pesquisas, mas que não puderam ser abarcados aqui devido ao recorte estabelecido por este trabalho, tais como: o cotidiano dos serviços, o papel do técnico, a percepção dos jovens sobre aqueles espaços, as experiências que os CJs dedicam efetivamente à convivência, à expressão dos jovens e ao lazer, entre outros.

O desafio que está posto é o de expandir o olhar sobre o jovem em todas as áreas buscando novas perspectivas, através de novas formas de participação que são próprias da juventude, atuando os jovens no centro de sua própria construção, como indivíduos e como sujeitos sociais (RIVERA, 2001) com direitos garantidos, os quais devem ser assumidos pela sociedade civil e política do país.

Essa construção implica em mudanças de paradigmas acerca da juventude para que possamos atrelar a resolução das políticas públicas com as reais necessidades que abarcam a trajetória da juventude como um todo e também em seus subgrupos específicos.

Espera-se que as proposições atuais estejam sendo pensadas como estratégias temporárias de um determinado governo, com a preocupação de institucionalizá-las ao longo dos próximos anos e futuras gestões governamentais para que se possa, num futuro próximo, afirmar a incorporação efetiva da demanda dos jovens na agenda pública brasileira. Espera-se ainda que o princípio da universalidade venha a ocupar a preocupação dos gestores, num processo progressivo que caminhe para a efetividade de uma real política para a juventude e não apenas de projetos sociais isolados e desarticulados destinados aos jovens pobres. Que o desafio de integração de projetos de assistência social, necessários e relevantes para o contexto de desigualdade social, com ações universais possa ganhar a agenda política para a efetivação de ações públicas pela juventude no Brasil.

As políticas brasileiras precisam caminhar por trajetórias que não priorizem apenas a ordem econômica mundial, mas que tracem planos criativos e equitativos buscando viabilizar o acesso aos direitos sociais e à cidadania de todos, incluindo os jovens. As ações políticas precisam tomar a juventude como prioridade. Os discursos devem assumir verdadeiramente a juventude por uma perspectiva de inclusão na lógica do planejamento, implantação e avaliação das políticas sociais executadas para essa população.

Referências

ABRAMO, H.W. *Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis – Relatório Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Ibase e Pólis, 2007.

ABRAMO, H.W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005. p.37-72.

ABRANCHES, S.H. Política social e combate à pobreza: A teoria da prática. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.D.; COIMBRA, M.A. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.10-31.

ADORNO, R.C.F.; CASTRO, A.L. O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade. *Saúde e Sociedade*, vol.3, n.2, p.172-185, 1994.

ALMEIDA, E. Política pública para a juventude. 2001. 329p. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ANDRADE, J.E.; RODRIGUES, J.A.M. Ação pública para a juventude. *Cadernos CENPEC*, n.5, p.101-107, 2008.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARRETCHE, M.T.S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.14, n.40, p.111-141, junho, 1999.

ARRETCHE, M.T.S. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo Perspectiva*: São Paulo, vol.18, n.2, p.17-26, abr/jun, 2004.

BARBIANI, R. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Textos & Contextos*: Porto Alegre, v.6, n.1, p.138-153, jan/jun, 2007.

BARDIN, L. *A análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70, 2008.

BARROS, D.D.; GHIRARDI, M.I.G.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, vol. 13, n.3, p. 95-103, 2002.

BARROS, D.D.; LOPES, R.E. GALHEIGO, S.M. Terapia Ocupacional Social: Concepções e Perspectivas. In: SOUZA, A.C.A.; GALVÃO, C.R.C. *Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007. p.347- 353.

BARROS, D.D.; LOPES, R.E. GALHEIGO, S.M. Novos Espaços, Novos Sujeitos: A Terapia Ocupacional no Trabalho Territorial e Comunitário. In: SOUZA, A.C.A.; GALVÃO, C.R.C. *Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007. p.354- 363.

BENEVIDES, S.C.O. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BRENNER, A.K.; LÂNES, P.; CARRANO, P.C.R. A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil: Processos sociais e propostas políticas. *Jovenes*, v.9, n.22, p.194-211, 2005.

BRENNER, A. K. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários. 2010. 309p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOURDIEU, P. A Juventude é a apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

BOURDIEU, P. “Você disse popular?”. *Revista Brasileira de Educação*, v.1, n.1, p.16-26, 1996.

CANÍGLIA, M; CARVALHO, FB; LOPES, RE. Terapia Ocupacional: Ciência da atividade humana. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v.4, n.1-2, p.68-78, 1993.

CARRANO, P.C.R. Ações públicas para jovens na cidade: a Coordenadoria e o Centro da Juventude de Niterói. In: Sposito, M.P. *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Ação Educativa, 2007. p.339-369.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). *Saúde loucura*, n. 4. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

CASTEL, R. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. A Juventude como foco das políticas públicas. In: *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Instituto de pesquisa econômica aplicada - IPEA, 2008. p. 9-32.

CASTRO, J.A; AQUINO, L.M.C. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Instituto de pesquisa econômica aplicada - IPEA, 2009. p.43-69.

CASTRO, M.G; ABRAMOVAY, M. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude*. Brasília: RITLA, 2009.

CICHELLI, V. The contemporary engagement of young people in France: normative injunctions, institucional programs, and the multiplying forms of Grouping. *Italian Journal of Sociology of Education*, n.2, p.104-127, 2009.

COSTA, A. C. G. *Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo: um guia para o educador*. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

COSTA, S. La esfera pública y las mediaciones entre cultura y política: el caso de Brasil. *Metapolítica*, vol.3, n.9, p.95-107, 1999.

CRUZ, R.R. *Emergencia de culturas juveniles: Estrategias del desencanto*. Buenos Aires: Grupo Editora Norma, 2000.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: _____. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.209-301

DAYRELL, J. LEÃO, G. REIS, J.B. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, M.P. *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Ação Educativa, 2007. p.47-82.

DRAIBE, S.M. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. *São Paulo em Perspectiva*, vol 11, n.4, p.3-15, out-dez, 1997.

FUNDAÇÃO OTÁCILIO COSER. Fórum Nacional de Movimentos e Organizações da Juventude - FONAJUVES. Disponível em <<http://iniciativacomum.org.br/redes/fonajuves>>. Acesso em 22 de julho de 2013.

FREIRE, P. *Ação cultural para Liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica a pesquisa educacional. In: _____. *Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1984. p.71-90.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada (as ilusões armadas)*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

HEIN, K.; CÁRDENAS, A. Perspectivas de juventude en el imaginário de la política pública. *Última década*: Valparaíso, v.17, n.30, jul, 2009. p. 95-120

HOLANDA, F.R.B. A Emergência da criança no Brasil. 1990. 179p. Dissertação de Mestrado (Departamento de Psicologia do Instituto de Estudos Avançado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.

HOUAISS, A. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2014. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

IANNI, O. *Dialética e Capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto 2004-2008*. 2012a. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/tabelas_pdf/tab02.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estados@ São Paulo*. 2012b. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sp&tema=sinopse_censodemog2010>. Acesso em 13 de junho de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@ São Paulo - Barretos*. 2013a. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350550&search=sao-paulo|barretos>>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@ São Paulo - Jacareí*. 2013b. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352440&search=sao-paulo|jacarei>>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@ São Paulo - Santos*. 2013c. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354850&search=sao-paulo|santos>>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@ São Paulo – São Carlos*. 2013d. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354890&search=sao-paulo|sao-carlos>>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

JUNQUEIRA, L.A.P. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. *Revista de Administração Pública*: Rio de Janeiro, v.02, n.32, mar/abr, 1998. p.11-22.

KERBAUY, M.T.M. Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.18/19, p.193-203, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C.; TEIXEIRA, J.J.V. *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEON, O.D. Adolescencia y Juventud: de las nociones a los abordajes. *Ultima década*: Valparaiso, n.21, p.83-104, dez, 2004.

- LOPES, R. E. Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional. 1999. 2v. 539p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1999.
- LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e Juventude de Grupos Populares Urbanos no Brasil e as Políticas Públicas: Apontamentos Históricos. *Revista HISTEDBR*, v. 23, p. 114-130, 2006.
- LOPES, R.E; ADORNO, R.C.F; MALFITANO, A.P.S; TAKEITI, B.A; SILVA, C.R; BORBA, P.L.O. Juventude Pobre, Violência e Cidadania. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, 2008.
- LOPES, R.E.; MALFITANO; A.P.S.; SILVA, C.R. *Projeto político pedagógico para o centro da juventude da região sul de São Carlos*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos – Laboratório METUIA, 2008.
- MALFITANO, A.P.S. Políticas Públicas e Movimentos Sociais: Atenção à infância e o Programa Saúde da Família. 2004. 193p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004.
- MALFITANO, A.P.S. A tessitura da rede: Entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção á juventude – A situação de rua em Campinas, SP. 2008. 350p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP, 2008.
- MALFITANO, A.P.S. Experiências de Pesquisa: entre escolhas metodológicas e percursos individuais. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.20, n.2, p.314-324, abr/jun, 2011.
- MALFITANO, A.P.S. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. *Etnográfica*. Lisboa, v.15, n.3, p.523-542, 2011.
- MÂNGIA, E.F. Terapia Ocupacional: práticas, discursos e a questão da legitimidade científica. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v10, n.2/3, p.55-9, mai/dez, 1999.
- MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L; FORACCHI, M.M. *Educação e Sociedade: Leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p.91-97.
- MANNHEIM, K. Os problemas das gerações. In: _____, K. *Sociologia*. FORACCHI, M.M.; WILLEMS, E; ULIANA, S; MARCONDE, C. (org.). São Paulo: Atica, 1982. p.66-95.
- MASCARO, A.L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARCILIO, M.L. *Historia social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. “La juventude és mas que uma palavra”. In: MARGULIS, M. *La juventude és mas que uma palavra: ensayos sobre cultura y juventude*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998. p. 3-12.

NOVAES, R. As juventudes e a luta por direitos. *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo: a. 6, n. 64, p.10-11, 2012.

OFFE, C.; LENHARDT, G. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. p.10-53. 2ed.

ORLANDI, E.P. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*. Brasília, v.14, n.61, 1994.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad: ORLANDI, E.P. et al. 4ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

RIVERA, D.C. Política Social de Juventud: ¿Excluir o integrar a que?. *Ultima Decada*, v.14, p.49-64, 2001.

SANDOVAL, M. Jóvenes del siglo XXI, Sujetos y actores em uma sociedade em cambio. Santiago: ediciones UCSH, 2002.

SÃO PAULO. Portal da Juventude. Disponível em <<http://juventude.sp.gov.br/portal.php/minha-cidade/apresentacao>>. Acesso em 03 de maio de 2012.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Social. Ação jovem. Disponível em <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/acaojovem>>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

SÃO PAULO. Decreto de lei nº 14.945 de 14 de janeiro de 2013. Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica instituído na lei nº 12.640 de 11 de julho de 2007. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2013/lei%20n.14.945,%20de%2014.01.2013.htm>>. Acesso em 01 de outubro de 2013.

SAMERARO, G. A concepção de sociedade civil. In: _____. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p.69-99.

SILVA, C.R.; LOPES, R.E. Adolescência e Juventude: Entre conceitos e Políticas Pública. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 17, n.2, p 87-106, jul/dez, 2009.

SILVA, E.R.A.; ANDRADE, C.C. A Política Nacional da Juventude: Avanços e dificuldades. In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M.C. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p.41-70.

SILVA, F.A. Grupos juvenis e equipamentos públicos: um estudo do Centro Cultural da Juventude na cidade de São Paulo. 2010. 242p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: _____. *Gramsci: A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p.37-64.

SIRKIS, A. “Os paradoxos de 1968”. In: Garcia, M. A.; Vieira, M. A. (orgs.). *Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. 2ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 111-116.

SOUZA, R.M. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*: São Paulo, v.1, n.1, 2009. p. 1-28.

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n.24, set/nov, 2003. p.16-39.

SPOSITO, M.P.; CORROCHANO, M.C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*: São Paulo, v.17. n.2, nov, 2005. p.141-172.

SPOSITO, M.P. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*. n.12, jan/abr, 2000. p.73-94.

SPOSITO, M.P. Espaços Públicos e Tempos Juvenis. In: _____, *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Ação Educativa, 2007. p.5-44.

TOMMASI, L. A mobilização de jovens na cidade do Recife: produção de cultura e direito ao lazer. In: Sposito, M.P. *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Ação Educativa, 2007. p.199-230.

TSSARA, E.T.O. Terapia Ocupacional: ciência ou tecnologia?. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v.4/7, p.43-52, 1993/6.

VIANNA, A.L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol.30, n.2, p.5-43, mar/abr, 1996.

Anexo I



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional

Barreiro, RG; Malfitano, APS. Cenários e Traços Juvenis: O desenho dos Centros da Juventude nas ações da política brasileira

Roteiro para entrevistas com os Gestores Nacional, Estadual

1. Conte sua história até ocupar este cargo
 - 1.1. Se for relevante, qual foi sua formação acadêmica?
2. Qual é o seu trabalho aqui?
3. O que você pensa sobre os jovens? Quem são estes jovens? Quais as diferenças de quando você era jovem?
4. Qual é sua visão sobre as Políticas para a Juventude que estão sendo realizadas no país atualmente?
5. Qual o trabalho deste órgão para a juventude? Você pode especificar todas as ações realizadas (e até mesmo apresentar documentos), projetos desenvolvidos, número de profissionais envolvidos, recursos empregados, número estimado de jovens atendidos pelos programas, locais de maior desenvolvimento das propostas da política?
6. Há diferenças das políticas dependendo da classe social dos jovens? Por quê?
 - 6.1. Se sim, o que se tem feito especificamente para os jovens mais “carentes”?
7. Quais são as políticas estabelecidas pelos programas de transferência para os jovens? Como estão sendo implementadas?
8. No órgão que você é responsável, há alguma instância pensada para a participação de jovens? Qual? Como ela acontece?
9. Se você pudesse implementar uma política (uma nova proposta, ou até mesmo uma que já exista), independente de recurso ou outra questão, o que faria?
10. Qual ação que você avalia com maior impacto para os jovens?
11. Qual ação que você avalia com menor funcionalidade, comparada aos seus objetivos?
12. Minha proposta é a discussão da Política Nacional da Juventude e, especificamente, os Centros da Juventude. O que sabe sobre os CJs? Quais ações que são executadas por este órgão? Qual o debate em torno da proposta?
13. Você gostaria de dizer algo mais?



Anexo II

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional

Barreiro, RG; Malfitano, APS. Cenários e Traços Juvenis: O desenho dos Centros da Juventude nas ações da política brasileira

Roteiro com os Gestores municipais

1. Conte sua história até ocupar este cargo
 - 1.1. Se for relevante, qual foi sua formação acadêmica?
2. Qual é o seu trabalho aqui?
3. O que você pensa sobre os jovens? Quem são? Quais as diferenças de quando você era jovem?
4. Qual é sua visão sobre as Políticas para a Juventude que estão sendo realizadas no país atualmente?
5. Qual o trabalho deste órgão para a juventude? Você pode especificar todas as ações realizadas (e até mesmo apresentar através documentos), projetos desenvolvidos, recursos empregados, público atendido, número de profissionais envolvidos?
6. Há diferenças das políticas dependendo da classe social dos jovens? Por quê?
 - 6.1. Se sim, o que o município tem feito especificamente para os jovens mais “carentes”?
7. No serviço que você gere, há alguma ação específica para a transferência de renda? Qual? Como ela foi implementada?
8. Qual a sua opinião sobre os programas de transferência de renda para os jovens criados dentro da PNJ?
9. Qual sua opinião sobre a PNJ, em geral?
10. No órgão que você coordena, há alguma instância pensada para a participação de jovens? Qual? Como ela acontece?
11. Se pudesse implementar uma política atualmente (uma nova proposta, ou até mesmo uma que já exista), independente de recurso ou outra questão, o que faria?
12. Qual ação que você avalia com maior impacto para os jovens desta cidade?
13. Qual ação que você avalia com menor funcionalidade, comparada aos seus objetivos?
14. Minha proposta é a discussão da Política Nacional da Juventude e, especificamente, os Centros da Juventude. O que sabe sobre os CJs? Quais ações são executadas neste município? Qual o debate em torno da proposta?
15. Você gostaria de dizer algo mais?



Anexo III

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional

Barreiro, RG; Malfitano, APS. Cenários e Traços Juvenis: O desenho dos Centros da Juventude nas ações da política brasileira

Roteiro para entrevistas com os Coordenadores/Técnicos dos Centros da Juventude

1. Conte sua história até ocupar este cargo
 - 1.1. Se for relevante, qual foi sua formação acadêmica?
2. Qual é o seu trabalho aqui?
3. O que você pensa sobre os jovens? Quem são? Quais as diferenças de quando você era jovem?
4. Pensando nas Políticas para a Juventude estabelecida no país atualmente, qual é sua visão? Você as conhece?
5. Qual o trabalho realizado aqui no Centro da Juventude? Você pode especificar todas as ações realizadas (e até mesmo apresentar documentos), projetos desenvolvidos, recursos empregados, público atendido, número de profissionais envolvidos?
6. No Centro da Juventude, há alguma ação específica para a transferência de renda? Qual? Como ela foi implementada?
7. Existe alguma instância pensada para a participação de jovens na administração do Centro da Juventude? Qual? Como ela acontece?
8. Conte-me uma ação que considerada significativa, realizada pelo Centro da juventude.
9. Se tivesse poder de implantar uma mudança, independente de recurso ou qualquer outra coisa, o que faria imediatamente no Centro da Juventude?
10. Se você fosse o responsável pela criação de um “Centro da Juventude” ideal, como ele seria?
11. Qual a maior demanda não atendida aqui por vocês? Conte-me uma história em que isso acontece.
12. Como você avalia a proposta de Centros para a Juventude, em geral?
13. Você gostaria de dizer algo mais?



Anexo IV

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Dados do Entrevistado

Nome:.....

Local de Trabalho:.....

Função:.....

Contato: (.....)..... (.....).....

Dados do projeto

Título do projeto: Cenários e Traços Juvenis: O desenho dos Centros da Juventude nas ações da política brasileira

Nível da pesquisa: Mestrado

Pesquisador: Rafael Garcia Barreiro

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Serrata Malfitano

Você está recebendo informações sobre a pesquisa intitulada “Cenários e Traços Juvenis: O desenho dos Centros da Juventude nas ações da política brasileira”. A pesquisa objetiva compreender a Política Nacional da Juventude, especificamente a proposta dos Centros da Juventude, por meio dos diferentes níveis federativos (união, estado e municípios) e pela gestão política dos Centros da Juventude.

Solicito sua autorização para entrevista-lo e gravar seu depoimento para serem utilizados nesse estudo. A duração estimada da entrevista é de 60 minutos e ela trata de questões relativas ao seu trabalho, propostas da política nacional e as atividades relacionadas ao Centro da Juventude. Sua participação neste estudo é voluntária e mesmo que decida participar, você tem plena liberdade para solicitar, a qualquer momento, a interrupção da entrevista ou retirar seu consentimento.

Sua colaboração enriquecerá nosso estudo e as propostas de reflexões sobre a Política Nacional da Juventude, em geral, e dos Centros da Juventude, em particular.

A entrevista gravada será transcrita e concedida a você, posteriormente, para futuras correções, se considerar necessário. Não haverá identificação de seu nome na transcrição, apenas o serviço que integra. O uso desta gravação ficará restrito aos propósitos desta pesquisa e as informações que fornecer não serão associadas ao seu nome, portanto não haverá possibilidade de que você venha a ser identificado. Os registros estarão disponíveis para uso da pesquisa e para a produção de artigos científicos. Se desejar, poderá ter acesso às informações deste estudo. Se você concordar com essas condições, por favor, assine este termo de consentimento e receberá uma cópia do mesmo.

O estudo não apresenta riscos para os participantes. Não há benefício direto para o participante. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador Rafael Garcia Barreiro, pode ser encontrado no Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar – São Carlos – Rodovia Washington Luís, km 235 SP-310, São Carlos - SP - tel. 16. 3351-8637 e pelo email rgbarreiro@gmail.com.

Anexo V

Relação dos documentos oficiais consultados

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 de março de 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.860 de 13 de julho de 1993. Institui a Semana Nacional da Juventude. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8680.htm>. Acesso em 28 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 10.678 de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. 2003a. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10678.htm>>. Acesso em 11 de agosto de 2013.

BRASIL. Decreto nº 10.683 de 28 de maio de 2003. Dispõe da organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 2003b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm>. Acesso em 18 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 10.748 de 22 de outubro de 2003. Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. 2003c. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.748.htm>. Acesso em 18 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. 2005a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em 17 de maio de 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.490 de 14 de julho de 2005. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Juventude – CNJ, e dá outras providências. 2005b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5490.htm>. Acesso em 18 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 11.530 de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm>. Acesso em 22 de julho de 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. *Natureza, Composição e Funcionamento – Agosto de 2005/Março de 2007*. Brasília: 2009. 44p.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o artigo 227, para cuidar dos interesses da juventude. 2010a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm>, Acesso em 28 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 12.314 de 19 de Agosto de 2010. Cria a Secretaria de Políticas para as mulheres; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências. 2010b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm#art1>. Acesso em 11 de agosto de 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. *Reflexões sobre a Política Nacional da Juventude, 2003-2010*. Brasília, 2011, 116p.

BRASIL. Decreto nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui do Estatuto da Juventude e dispõe os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. 2013a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

BRASIL. 2ª Conferência Nacional da Juventude. Propostas Finais Aprovadas. 2013b. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/propostas-finais>>. Acesso em 24 de agosto de 2013.

BRASIL. 2ª Conferência Nacional da Juventude. Resoluções Finais para Desenvolver o Brasil. 2013c. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/para-desenvolver-o-brasil>>. Acesso em 24 de agosto de 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Sobre a Secretaria. 2013d. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view>>. Acesso em 15 de agosto de 2013

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. *Cartilha Políticas Públicas de Juventude*. 2013e. Brasília, 2013. 35p.

BRASIL. 1ª Conferência Nacional da Juventude. Prioridades da Conferência Nacional da Juventude. 2013f. Disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1aConf_22Prioridades.pdf>. Acesso em 22 de março de 2014.

NOVAES, R; CARA, D; MOREIRA, D. *Política Nacional da Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. Conselho Nacional da Juventude, 2006, 140p.